

Diário do Legislativo de 28/08/2004

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado George Hilton - PL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 66ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - 29ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Realização do Ciclo de Debates Dez Anos do Plano Real

1.3 - 30ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Realização do Ciclo de Debates Dez Anos do Plano Real

1.4 - 33ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada a Homenagear o Grupo Martins pelo Transcurso dos seus 50 Anos de Fundação

1.5 - 47ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.6 - Reunião de Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 66ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 26/8/2004

Presidência do Deputado Rêmoló Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofício nº 19/2004, do Presidente do Tribunal de Contas - Ofícios - Telegramas - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 1.848 e 1.849/2004 - Requerimentos nºs 3.221 a 3.225/2004 - Requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva e outros, Biel Rocha e Carlos Pimenta - Comunicações: Comunicações da Comissão de Turismo e dos Deputados Mauri Torres e Wanderley Ávila (2) - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Designação de Comissão: Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Escolha de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva e outros, Biel Rocha e Carlos Pimenta; deferimento - Discussão e Votação de Pareceres: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 766, 997 e 1.149/2003 e 1.351, 1.398 e 1.399/2004; aprovação - 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Adalclever Lopes - Alberto Pinto Coelho - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Dalmo Ribeiro Silva - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Ermano Batista - Fábio Avelar - Gil Pereira - Gustavo Valadares - Jô Moraes - João Bittar - Leonardo Quintão - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Marília Campos - Olinto Godinho - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Navarro Vieira - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- A Deputada Jô Moraes, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Márcio Kangussu, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Nº 19/2004, do Sr. Simão Pedro Toledo, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando laudo pericial realizado pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal para o efetivo esclarecimento do incêndio ocorrido nas dependências desse órgão em 12/4/2002.

Do Sr. Bilac Pinto, Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, solicitando empenho para que sejam apresentadas emendas ao Orçamento de 2005, destinando recursos financeiros à UNIMONTES, a fim de que a instituição possa dar continuidade aos serviços relevantes que tem prestado a Minas Gerais. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Cel.-PM Hélio dos Santos Júnior, Chefe do Estado-Maior da PMMG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.076/2003, da Comissão de Participação Popular, em que se pleiteia elevar a categoria da 2ª Companhia PM Independente de Ribeirão das Neves.

Do Sr. Paulo César Gonçalves de Almeida, Reitor da UNIMONTES, agradecendo manifestação de aplauso formulada por esta Casa por meio do Requerimento nº 3.017/2004, do Deputado Wanderley Ávila, por sua posse no cargo de Presidente das Instituições Públicas de Ensino Superior.

Do Padre Lázaro de Assis Pinto, Presidente do Conselho Estadual de Educação, encaminhando a "Carta de Caxambu", documento-síntese da XXII Reunião Plenária Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação, realizada em Caxambu. (- À Comissão de Educação.)

Da Sra. Isabella Madeira, Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva do Ministério da Cultura, agradecendo convite formulado por esta Casa ao Secretário Executivo do Ministério da Cultura para proferir palestra no Fórum Técnico Cultura, Política e Financiamento, justificando ausência do Secretário ao evento.

Do Sr. Fernando Antônio Fagundes Reis, Secretário Particular do Governador, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.155/2004, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. Ronaldo Scucato, Presidente da OCEMG/SESCOOP/MG, acusando recebimento do Requerimento nº 3.081/2004, do Deputado Doutor Viana.

Do Sr. Afonso Mauro Pinho Ribeiro, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Ponte Nova - ACIP -, manifestando-se, em nome da entidade, contrariamente ao Projeto de Lei nº 1.253/2003, em tramitação nesta Casa. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.253/2003.)

Do Sr. Luiz Deoclécio Massaro Galina, Diretor em exercício do Departamento Regional do Serviço Social do Comércio no Estado de São Paulo - SESC -, agradecendo convite formulado por esta Casa ao Sr. Danilo Santos de Miranda, Diretor do Departamento Regional do SESC, para participar, como expositor, do Fórum Técnico Cultura, Política e Financiamento, justificando a ausência do convidado ao evento.

Telegramas

Do Sr. Marco Aurélio, Ministro do STF, comunicando que declarou extinto, sem julgamento do mérito, o processo referente à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.115, em virtude da existência de outra ação com o mesmo objeto.

Da Sra. Martha Lyra Nascimento, Chefe de Gabinete da Presidência do Senado Federal, acusando o recebimento do Requerimento nº 2.845/2004, da Comissão de Participação Popular.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 1.848/2004

Dispõe sobre a obrigatoriedade do exame de toxoplasmose no Sistema Único de Saúde - SUS - no Estado de Minas Gerais e pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Dispõe sobre a realização de exames nas gestantes e nos recém-nascidos com finalidade de estabelecer a prevenção e o tratamento da toxoplasmose nos hospitais da rede pública ou conveniados do Sistema Único de Saúde - SUS - no Estado de Minas Gerais e pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG.

Art. 2º - Os hospitais da rede pública ou conveniados são obrigados a realizar nas gestantes e nos recém-nascidos os exames necessários para detectar se são ou não portadores do protozoário da toxoplasmose, e, se detectada a doença, receberem o tratamento compatível.

Art. 3º - Na regulamentação desta lei, o Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado de Saúde, poderá expedir as normas que disciplinam este projeto.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 25 de agosto de 2004.

Doutor Viana

Justificação: A toxoplasmose é causada por um protozoário chamado "Toxoplasma gondii", que pode infectar qualquer animal de sangue quente.

A doença pode ser facilmente confundida com resfriado comum ou gripe: causa cansaço, dores no corpo, e os linfonodos se apresentam inchados. Esses sintomas podem persistir de alguns dias a algumas semanas, e a única forma de se obter um diagnóstico definitivo é o exame de sangue.

A toxoplasmose é transmitida para o ser humano por meio da ingestão de cistos presentes em produtos (frutas, verduras) que estiveram em contato com terra contaminada e não foram devidamente lavados antes da ingestão; carne mal cozida de animais contaminados - principalmente o porco, a cabra, a ovelha - que comeram alimento advindo da terra contaminada pelos cistos; de facas, garfos e mãos que manusearam carne crua de animais contaminados e em seguida manusearam outros alimentos; mãos contaminadas pela terra e em seguida colocadas na boca; mais raramente, pela inalação dos cistos; por moscas e baratas que transportam os cistos para outros locais.

A toxoplasmose também pode ser transmitida pela passagem do cisto pela placenta de mulheres grávidas que adquirem a doença durante a gravidez. A transmissão congênita não ocorre se a mãe já teve toxoplasmose antes de engravidar.

Por esses motivos, vê-se a necessidade de detectar a presença do protozoário e, dessa forma, garantir à gestante e aos recém-nascidos o tratamento adequado. Por isso, conto com o apoio dos meus nobres pares para a aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Saúde e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.849/2004

Dispõe sobre o direito de privacidade assegurado aos usuários do serviço de telefonia no âmbito do Estado de Minas Gerais, no que tange à oferta invasiva de comercialização de produtos ou serviços por via telefônica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - É assegurado o direito de privacidade aos usuários do serviço de telefonia no âmbito do Estado de Minas Gerais, no que tange ao recebimento de ofertas de comercialização de produtos ou serviços por via telefônica.

§ 1º - Para consecução do disposto no "caput" deste artigo, ficam as empresas prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado e de Telefonia Móvel que atuam na área de abrangência do Estado de Minas Gerais obrigadas a constituir e manter cadastro especial de assinantes que manifestem oposição ao recebimento, por via telefônica, de ofertas de comercialização de produtos ou serviços.

§ 2º - Os assinantes dos serviços de telefonia, para que constem no cadastro previsto no § 1º deste artigo, deverão requerer sua inclusão junto às empresas prestadoras desses serviços, por escrito ou por telefone, sem ônus, na forma por elas estabelecida.

Art. 2º - As empresas que utilizam os serviços de telefonia para oferta de bens ou serviços deverão, antes de iniciar qualquer campanha de comercialização, consultar o cadastro de usuários que tenham requerido privacidade, bem como se absterem de fazer ofertas de comercialização para os usuários nele constantes.

Art. 3º - As empresas prestadoras de serviços de telefonia têm o prazo de noventa dias a contar da data de publicação desta lei, para constituir e divulgar a existência do referido cadastro, bem como as formas de inscrição.

Art. 4º - O descumprimento desta lei sujeita o fornecedor e o consumidor lesado às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.078, - Código de Defesa do Consumidor, de 1990.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 26 de agosto de 2004.

Lúcia Pacífico

Justificação: Vários veículos da imprensa vêm divulgando o incômodo dos usuários dos sistemas de telefonia com as comunicações telefônicas invasivas da privacidade, na sua maioria contendo mensagens de oferta de produtos e serviços não solicitados.

Nos Estados Unidos existe uma lei semelhante à que consta na presente proposição, que institui o "Não Me Ligue", cujos interessados afluíram às inscrições em volume de mil pedidos por segundo. Estima-se que pelo menos 60 milhões de famílias aderiram ao serviço.

No Brasil, esses abusos não têm sido diferentes. Essas condutas empresariais violam os direitos de cidadania inerentes à privacidade e também os direitos do consumidor.

A cidade de Porto Alegre, RS, desde fins do ano passado conta com a Lei nº 9.053, instituidora de limites e sanções referentes ao assunto.

É dever desta Casa dotar nosso Estado de um diploma legal que liberte definitivamente os usuários dos sistemas de telefonia de incômodos causados por empresas inescrupulosas que atuam livremente neste setor.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Célio Moreira.

Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.822/2004, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 3.221/2004, da Deputada Ana Maria Resende, solicitando seja formulado apelo à Presidente da HEMOMINAS com vistas à implantação de um Banco de Sangue no Hospital Municipal de Jaíba. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 3.222/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando seja formulado voto de congratulações com a Igreja Evangélica Avivamento da Fé em Minduri, pelos cinco anos de consagração de seu templo, em Minduri. (- À Comissão de Educação.)

Nº 3.223/2004, do Deputado Doutor Viana, solicitando seja formulada manifestação de aplauso à Paranasa Engenharia e Comércio, pelas comemorações dos seus 30 anos de funcionamento no Estado. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 3.224/2004, do Deputado Doutor Ronaldo, solicitando seja consignada nos anais da Casa manifestação de aplauso aos profissionais de educação física, pela comemoração, em 1º/9/2004, do "Dia do Profissional de Educação Física". (- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Anexe-se ao Requerimento nº 3.215/2004 nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno)

Nº 3.225/2004, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo à Corregedoria da Polícia Militar com vistas a que se tomem providências quanto à denúncia do abuso de autoridade apresentada por membros do Candomblé do Município de Ouro Preto.

- São também encaminhados à Mesa requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva e outros, Biel Rocha e Carlos Pimenta.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações da Comissão de Turismo e dos Deputados Mauri Torres e Wanderley Ávila (2).

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Não havendo oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Designação de Comissão

- A seguir, o Sr. Presidente designa os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Escolha de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, cujos nomes foram publicados na edição anterior.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foi recebido e aprovado, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, o Requerimento nº 3.225/2004, da Comissão de Direitos Humanos. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada nesta reunião pela Comissão de Turismo - aprovação, na 16ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, do Requerimento nº 3.204/2004, do Deputado Doutor Viana (Ciente.

Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

- A seguir, o Sr. Presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva e outros, solicitando a convocação de reunião especial para homenagear a Associação Mineira do Ministério Público pelo transcurso dos seus 50 anos de fundação; nos termos do inciso VII do art. 232, c/c o art. 140, do Regimento Interno, requerimento do Deputado Biel Rocha, solicitando que o Projeto de Lei nº 1.661/2004 seja encaminhado à comissão seguinte a que foi distribuído, uma vez que a Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir seu parecer; e, nos termos do inciso VII do art. 232, c/c o art. 141, do Regimento Interno, requerimento do Deputado Carlos Pimenta, solicitando a inclusão em ordem do dia do Projeto de Lei nº 144/2003.

Discussão e Votação de Pareceres

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 766/2003, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Arcos o imóvel que especifica; 997/2003, do Deputado Mauri Torres, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 14.608, de 23/1/2003; 1.149/2003, do Deputado Laudelino Augusto, que dispõe sobre apresentação de relatório de avaliação de risco ambiental, na forma que especifica; 1.351/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pouso Alegre o imóvel que especifica; 1.398/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica; e 1.399/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Doresópolis o imóvel que especifica (À sanção.).

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 360, 438, 621, 743 e 985/2003, apreciados na reunião extraordinária realizada ontem, à noite.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as reuniões especiais de logo mais, às 20 horas, e de segunda-feira, dia 30, às 8h30min e às 14 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 29ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 13/8/2004

Presidência do Deputado Adelmo Carneiro Leão

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Sr. Ofir Viana Filho - Palavras do Sr. Carlos Alberto Teixeira de Oliveira - Palavras da Sra. Maria Dirlene Trindade Marques - Palavras do Sr. Luís Paulo Rosenberg - Palavras do Sr. Francisco de Oliveira - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Adalclever Lopes - Miguel Martini - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Adelmo Carneiro Leão) - Às 8h45min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomarem assento à mesa os Exmos. Srs. Ofir Viana Filho, Presidente do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais; e Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, Presidente da Sociedade de Economistas de Minas Gerais; a Sra. Maria Dirlene Trindade Marques, Presidente do Sindicato dos Economistas de Minas Gerais; e os Srs. Luís Paulo Rosenberg, Presidente da Rosenberg & Associados e Assessor Econômico da Presidência da República no Governo José Sarney; e Francisco de Oliveira, Professor Emérito da USP.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença em Plenário do amigo Mauro Santos Ferreira, Diretor-Presidente da PRODABEL.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do Ciclo de Debates Dez Anos do Plano Real.

Palavras do Sr. Presidente

A década de 80 e o início da década de 90 constituíram um período em que a população brasileira vivia atormentada pelo problema da inflação. Nos anos mais críticos dessa fase, era penoso e inglório o exercício da economia doméstica: a cada vez que o consumidor entrava em um supermercado, deparava-se com preços remarcados. Era quase impossível acompanhar o valor dos produtos.

Os reajustes salariais não tinham o mesmo ritmo da carestia, o que acarretava seguidas perdas do poder aquisitivo dos trabalhadores. Os segmentos empresariais não se entendiam sobre custos e margem de lucro, nas diversas etapas da cadeia produtiva. A solução prática e rotineira, para ninguém se sentir prejudicado, era o repasse automático de preços, que o Governo não conseguia evitar. A desvalorização rápida do dinheiro tornava quase obrigatórias as aplicações de curto prazo em cadernetas de poupança, na Bolsa de Valores, em fundos de investimentos e outras modalidades de rendimento bancário, como alternativa para minimizar os prejuízos. A especulação e as espertezas tomaram conta do mercado financeiro, que enriquecia um pequeno grupo de privilegiados e especialistas, alimentava a ilusão do lucro fácil e desestimulava as atividades produtivas.

Nesse contexto, em que poucos ganhavam e quase todos perdiam, a inflação tornou-se o inimigo público número um. Governo após Governo, a meta principal era a estabilidade da moeda. Vieram com esse propósito vários planos econômicos, experimentando um amplo leque de medidas antiinflacionárias, como congelamento de preços e de salários, variações cambiais, corte de gastos públicos, aumento de impostos e de juros, confisco de ativos financeiros, entre tantas outras.

Todos esses planos fracassaram. Após um período curto sob controle, a inflação sempre retornava. Até que veio o Plano Real, em 1994, com estratégias inovadoras. E, no objetivo central estabelecido, deu certo. Os índices inflacionários, que atingiam 40% ao mês, caíram rapidamente, estabilizando-se depois em patamares abaixo de 1%. E até hoje, entre oscilações e sobressaltos, a estabilidade da moeda é um trunfo inegável da economia brasileira.

Passados dez anos de sua implantação, o Plano Real suscita indagações. Se, no combate ao descontrole inflacionário, ele foi considerado um sucesso, em outros aspectos, pode - e deve - ser questionado. Como instrumento de política econômica criado para promover o desenvolvimento, em seu sentido amplo, certamente deixou lacunas.

A estabilidade econômica pode ser vista apenas como uma condição, um pré-requisito para se alcançarem objetivos que signifiquem melhor qualidade de vida para a população, como o crescimento produtivo, o aumento do número de empregos, a melhoria da distribuição de renda, dos serviços públicos essenciais, do bem-estar social.

Esse conjunto de benefícios - todos sabem - não foi alcançado. Ao tímido desempenho da economia, ao desemprego e às disparidades sociais, somam-se outros problemas, como a elevação excessiva da carga tributária e o crescimento das dívidas interna e externa, fonte de incontrolável sangria dos recursos públicos.

O objetivo deste ciclo de debates é fazer um balanço dos aspectos positivos e negativos do Plano Real, assim como - se os participantes o desejarem - apontar possíveis correções de rumo para que a economia brasileira caminhe, de forma segura, para gerar melhores condições de vida para a população.

Gostaríamos de lembrar que a realização deste evento no dia de hoje se deve não apenas ao fato de o Plano Real ter completado dez anos no mês de julho. Deve-se também à comemoração de uma data muito especial: 13 de agosto, Dia do Economista. Aproveitamos a oportunidade para parabenizar todos os profissionais dessa área e, especialmente, as entidades que os representam em nosso Estado: o Conselho Regional de Economia, o Sindicato dos Economistas e a Sociedade de Economistas de Minas Gerais, idealizadores, organizadores e parceiros da Assembléia Legislativa neste ciclo de debates.

Agradecemos a essas entidades, representadas na Mesa por seus Presidentes, às demais autoridades, aos ilustres expositores e a todas as pessoas que nos honram com sua presença, com a certeza de que sairemos deste encontro com informações e análises que nos farão compreender melhor a economia brasileira e, dentro do campo de atuação de cada um, contribuir para a construção de um Brasil mais próspero e mais justo. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Ofir Viana Filho

Exmo. Sr. 2º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Adelmo Carneiro Leão, aqui representando o Exmo. Sr. Presidente desta Casa, Deputado Mauri Torres; Sra. Presidente do Sindicato dos Economistas de Minas Gerais, Maria Dirlene Trindade Marques; Sr. Presidente da Sociedade de Economistas de Minas Gerais, Carlos Alberto Teixeira de Oliveira; Sr. Presidente da Rosenberg & Associados e Assessor Econômico da Presidência da República no Governo José Sarney, Luís Paulo Rosenberg; Sr. Professor Emérito da USP, Francisco de Oliveira; Srs. Deputados, Sras. Deputadas, prezados colegas professores, queridos alunos, colegas e companheiros nesta nobre carreira, que hoje comemoram mais um aniversário de profissão e aos quais cumprimento na pessoa do colega Mauro Santos Ferreira; caríssimos expositores e debatedores, que nos honram com sua erudição, meus senhores e minhas senhoras, quantas vezes choramos as decisões tomadas e quantas vezes nos esquecemos de chorar aquelas que não tomamos! Neste 13/8/2004, data comemorativa de 53 anos da profissão de economista, a Casa do Economista, em promoção conjunta com a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, apresenta à sociedade mineira este seminário sobre os dez anos do Plano Real.

Por meio dos notáveis expositores, que aquiesceram ao nosso convite e aos quais agradecemos a honrosa presença, estaremos levando a sociedade mineira ao debate e à reflexão sobre um assunto de significativo interesse. Os nossos agradecimentos a esta Casa Legislativa, cuja vivência democrática é materializada, entre outras atividades, nas discussões competentes dos problemas que o Estado e o País enfrentam.

A Casa do Economista espera quebrar, com este debate, a postura leniente de quantos se acanham perante os acontecimentos sociais, políticos e econômicos de nosso País, desnudando, por meio de idéias e palavras, as repercussões do Plano Real, que, conforme um de seus formuladores, como plano de estabilização, terminou após seu terceiro ano.

No entanto, o que se observa é que o que deveria expandir-se - desenvolvimento e renda do trabalhador - contraiu-se. E o que deveria contrair-se - desemprego, dívida e carga tributária - expandiu-se. Nesta semana, revista de circulação nacional expressa que o real perdeu 63% de seu poder de compra desde que foi lançado, em julho de 1994.

Várias questões surgem nos arrabaldes do Plano Real. A política fiscal é compatível com a estabilidade? Quanto o País necessitaria crescer para absorver os desempregados e a mão-de-obra que está chegando ao mercado formal? Quais as alternativas de política econômica para o Brasil crescer?

São algumas das questões que por certo ouviremos e refletiremos. Na verdade, livre-nos Deus dos demiurgos, das retóricas sedutoras tantas vezes em contradição entre si, da predisposição expedita para perder de vista a fronteira entre o certo e o errado, entre o lícito e o ilícito e da desprezível negligência na hora de levantar-nos e dizermos: basta. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

Sr. Presidente, Deputado Adelmo Carneiro Leão, na pessoa de quem saúdo os demais Deputados presentes; prezado Prof. Ofir Viana, prezada Maria Dirlene Trindade Marques, prezados expositores Francisco de Oliveira e Luís Paulo Rosenberg, economistas, alunos, senhoras e senhores, cumprimento e parabênzito todos os economistas pelo seu dia, que ora aqui se comemora.

Em primeiro lugar, quero dizer da minha honra em estar presente nesta Casa da democracia e da liberdade de Minas Gerais para, junto dos meus colegas, realizar este importante seminário sobre os dez anos do Plano Real.

Por meio de inúmeros artigos e entrevistas, há muito venho alertando para o enorme custo imposto à sociedade brasileira pelos desvios de rota do Plano Real com pouco mais de dois anos de seu estabelecimento. Em artigo publicado na revista "Mercado Comum", contendo mais de 20 páginas, sob o título "O Real Furado", fiz severas críticas aos gestores públicos de então, afirmando sobretudo a importância do Plano Real e da estabilidade monetária, mas também que eles não se constituíam o suficiente ou o bastante para que o País alcançasse o vigoroso crescimento econômico sustentado e o desenvolvimento social almejados pela população.

Hoje, decorridos dez anos de sua implantação, entendo que o modelo econômico adotado desde então encontra-se esgotado e superado e que o Brasil está perdendo o foguete do futuro em direção ao desenvolvimento. Atualmente, não somos mais um país emergente ou em desenvolvimento, e, sim, uma nação atrasada que não consegue se reconciliar com o crescimento. As taxas de crescimento, principalmente quando analisadas sob o aspecto da renda "per capita", têm sido mediócras, inferiores à média dos países em desenvolvimento e, até mesmo, inferiores à dos desenvolvidos. Na verdade, a economia brasileira tem parecido muito mais com um rabo de cavalo, que só cresce para trás e para baixo. Neste momento, é verdade que estamos assistindo a um espasmo de crescimento econômico que parece muito mais um vôo de galinha, de atuação rasante e de curta duração.

Não seria oportuno expandir os comentários, neste curto espaço de tempo, sobre a onerosa herança que atualmente nos resta a pagar pela imprudência cometida por nossos governantes. Merece destaque, em primeiro lugar, o declínio da nossa atividade econômica, quando ora se constata que o PIB brasileiro se deslocou da posição de 8ª maior economia mundial para o 14º lugar. A síntese dessa herança, entre inúmeros outros aspectos, pode ser assim resumida e listada:

- por dez anos seguidos temos praticado a mais elevada taxa de juros real da história da humanidade;

- aumentou-se em 25% a "des-carga" tributária, que alcança atualmente 38% do PIB (sem considerar o resultado do déficit nominal). Ela já é considerada uma das mais elevadas de todo o mundo e causa inveja à da Coroa portuguesa, cobrada no Brasil ao final do séc. XVII. Naquela época se cunhou a expressão "vá para o quinto dos infernos", porque o quinto representava os 20% exigidos dos produtos nacionais. Para modernizar a expressão, ela hoje teria que ser usada como "vá para o terço dos infernos". Há ainda que mencionar que as contribuições já atingem mais de 40% da arrecadação federal e nunca se redistribuiu tão pouco do bolo tributário a Estados e municípios como agora;

- obtiveram-se déficits acumulados no balanço de transações correntes superiores a US\$163.000.000.000,00 no período, dos quais US\$115.000.000.000,00 somente a título de pagamento de juros e US\$43.000.000.000,00, de remessa de lucros e dividendos ao exterior;

- apurou-se a maior dívida externa registrada do planeta, hoje superior a US\$215.000.000.000,00 (em 1994, era de US\$148.000.000.000,00). A dívida externa brasileira atual equivale a 2,8 vezes o total anual de nossas exportações. De outro lado, verificou-se a quase duplicação da dívida pública líquida, que hoje alcança cerca de 59% do PIB;

- atingiu-se taxa recorde de desemprego (de 19,6% em maio último, medida pelo DIEESE) e, também, taxa recorde do emprego informal (de 56%);

- a renda "per capita" atual, de US\$2.790,00, é inferior à de US\$3.464,00 em 1994, ano da implantação do Plano, não se constatando no período melhorias no processo redistributivo, mantendo-se os mesmos níveis de concentração verificados antes. Em reais e no acumulado de dez anos, a renda "per capita" brasileira registra um crescimento medíocre da ordem de 11%, considerado um dos menores de todo o mundo. Em 2002, de acordo com o Banco Mundial, a renda "per capita" brasileira ocupava o vergonhoso 91º lugar entre todos os países. A nossa posição era o 36º lugar em 1996;

- houve sucateamento do patrimônio público por meio de um processo de privatização sem precedentes, em que se apuraram quase US\$80.000.000.000,00 com a venda de ativos e de empresas públicas nacionais, principalmente a grupos internacionais. A remessa de dividendos ao exterior passou a trazer uma nova vulnerabilidade ao equilíbrio das nossas contas externas;

- ocorreu uma brutal exponenciação do déficit público potencial, ao mesmo tempo em que se praticou uma das menores taxas de investimento público já verificadas e se promoveu, de forma irresponsável, uma deterioração da infra-estrutura existente, comprometendo as chances de uma retomada mais imediata do crescimento econômico.

Senhoras e senhores, a inspiração e a aspiração do Brasil devem voltar a ser de desenvolvimento maior, amplo e qualitativo. Ademais, antes de todas as outras, requer-se relançar as premissas do crescimento econômico vigoroso e sustentado. Esses temas precisam voltar a invadir os palcos das discussões, com paixão e exigência firme, para se estabelecerem novos padrões da Nação em relação a sua inserção no resto do mundo.

Antes, já crescemos vigorosamente por longos períodos, a taxas similares às que hoje se verificam em inúmeros países, a exemplo da China. Se esse foi o caminho que nos possibilitou viver no passado a esperança de país do futuro, há que firmar agora, com fé e convicção, a possibilidade de reencontrá-lo.

O nosso maior desafio continua sendo o de nos reconciliarmos o quanto antes com o crescimento econômico vigoroso e sustentado, em sintonia com a equalização social e o desenvolvimento para todos. Essa tem de ser a grande meta nacional a preceder todas as demais. Sem crescimento econômico, não atingiremos o futuro que queremos, o que pode também colocar seriamente em risco todos os esforços já despendidos para o alcance da maturidade democrática. Muito obrigado.

Palavras da Sra. Maria Dirlene Trindade Marques

Bom dia. Queria cumprimentar a todos os componentes da Mesa, em especial os palestrantes, agradecendo a disposição de estarem conosco nesta sexta-feira, 13 de agosto, data que a tradição popular considera de muito azar. Mas temos hoje muito a comemorar com os 78 anos de nascimento do líder da revolução socialista cubana. Portanto, este não é um dia de tanto azar assim. Esperamos que as palestras a que assistiremos nos ajudem a superar os problemas enfrentados atualmente.

Acreditamos que falar sobre os dez anos do Plano Real é buscar entender a sociedade brasileira atual e todo o processo de globalização e neoliberalismo. O Plano Real faz parte de um conjunto de planos implantados nos países subdesenvolvidos nos anos 80 e 90, tais como o Plano Austral, da Argentina, e o plano mexicano. Esses planos vieram como resposta à crise do capitalismo dos anos 70. Apesar de todo o seu discurso modernizador, na realidade ele retomava uma visão do séc. XVIII sobre a teoria econômica liberal de que o mercado é mais eficiente para resolver os problemas da sociedade. A intervenção do Estado deve, assim, ser reduzida ao mínimo. Esse princípio retorna com muita força e se transforma em uma panacéia. No nosso País, será introduzido com tal força, em especial a partir do Plano Real, que passa a ser visto como o único pensamento econômico, isto é, não há outro caminho para a sociedade brasileira.

Este seminário, realizado pelas entidades dos economistas e pela Assembléia Legislativa, traz palestrantes com linhas de pensamento econômico diferenciadas. Nós, do Sindicato, temos um norte: a teoria econômica, como uma teoria social, é fruto das circunstâncias sociais em que é concebida. Isso não é estático. As pessoas agem, criam, formam e mudam essas circunstâncias econômicas e sociais com base em idéias que têm sobre essas circunstâncias. Esta é outra discussão relevante, distante hoje de nossas escolas de economia, e muitos alunos do curso de Economia estão presentes. A ciência econômica não é uma ciência exata, é uma ciência social. Portanto, não existe teoria econômica que não esteja pautada por um juízo de valor, e nenhuma delas, ao se dizer neutra, assume os valores do capital hegemônico na sociedade. Hoje, quando alguém diz que não há outro caminho para a economia brasileira, está assumindo o lado do capital financeiro especulativo.

O Sindicato dos Economistas tem o seu lado: o lado dos trabalhadores, do povo excluído de nossa sociedade; portanto, o lado da maioria do povo brasileiro, pois entendemos que existem alternativas econômicas que podem atender a essa maioria. Depende de vontade política. A vontade política pode ser impulsionada pela força dos movimentos sociais organizados. Por isso, participamos do Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial, que está organizando o III Fórum Social Mineiro, a ser realizado de 3 a 7 de setembro, em Belo Horizonte. A bandeira do Fórum Social Mundial dá conta deste nosso projeto: um outro mundo é possível. Essa bandeira resgata a utopia de um mundo pautado pela igualdade e pela solidariedade, e não pelo individualismo e pela competitividade, próprios da hegemonia do mercado, a marca do Plano Real. Contamos com todos vocês para participarem da construção desse outro mundo. Muito obrigada.

Palavras do Sr. Luís Paulo Rosenberg

Agradeço o privilégio de ser um dos dois paulistas a falar em Minas Gerais. Há mais de 20 anos fazemos eventos de discussão sobre economia em Belo Horizonte, trazidos pelo amigo Carlos Alberto, e é sempre um privilégio participar dessa comunidade.

O tema é extremamente auspicioso. Ganho a vida analisando conjuntura econômica para grupos econômicos nacionais e internacionais. O meu dia-a-dia é discutir sobre a estupidez da política econômica atual, o esbulho da política de juros, a condução do País à proximidade da insolvência.

Adoraria que houvesse uma nova oportunidade promovida pela Assembléia para discutirmos sobre a conjuntura. Entretanto, o tópico de hoje são os dez anos do Plano Real. Acho importante irmos lá para trás e analisarmos esse evento. Primeiro, gostaria de separar claramente o Plano Real da condução da política econômica nesses dez anos. O Plano Real é um evento cirúrgico, um evento que, num dado momento, tem uma pequena continuidade para sua implementação e, depois, é como um rio entrando no mar: você já não sabe mais o que é o plano e o que é a condução natural da política econômica. Associar as mazelas do Dr. Henrique Meirelles ao Plano Real, de dez anos atrás, ou atribuir muita importância ao Plano Real é atribuir muita importância ao Dr. Meirelles. É um evento cirúrgico, e assim tem de ser analisado.

Para entender realmente o mérito do Plano Real, temos de voltar - principalmente diante de tantos jovens que não conviveram com a inflação - a entender o processo. A inflação é a doença mais devastadora que existe na economia. É um câncer que entra, apropria-se das forças produtivas e destrói a economia. No mundo inteiro foi assim. O peculiar da inflação é que ela atua tanto sobre distribuição de renda quanto sobre capacidade de produção, sobre a eficiência da economia. Ela vem e destrói o referencial mais importante para o funcionamento dos agentes econômicos, famílias e empresas, que é o sistema de preços. Ninguém mais sabe o que custa, o que rende, o que ganha, o que perde. Portanto, são surtos os processos inflacionários. Uma inflação começa com 0,5%, pula para 3% ao mês, 5%, 50%, 500%, 8.000%, e acabou. A economia entra em colapso. Nunca um processo inflacionário deixou de desaguar numa hiperinflação, e esta nunca deixou de destruir o Governo que presidiu esse processo.

Qual é a peculiaridade brasileira? O jeito. A inflação brasileira não tem similar no resto do mundo. Um pouco Israel tentou copiar, mas sem o nosso gingado. Qual é essa peculiaridade? Conseguimos imunizar a inflação em relação aos efeitos sobre a eficiência da economia. O que estou querendo dizer? A economia brasileira conseguia funcionar, aumentar ou diminuir saldo comercial, gerar emprego, crescer, etc, com inflação. Por quê? Pelo maldito mecanismo da indexação. A indexação permite à economia funcionar independentemente da inflação. De que maneira? Para se entender indexação, tem-se de imaginar o seguinte: se você convocasse Jesus Cristo para resolver o problema de inflação através de indexação e lhe explicasse que os preços sobem de uma forma imprevisível e os agentes econômicos não sabem mais como se comportam, o que diria Jesus? Simples: Todo dia, calcule o que foi a inflação e distribua igualmente, com justiça, a todos os preços, montante igual à inflação de ontem. E acabou seu problema de inflação. Coitado... Não tem vocação para economia. Se entrássemos num mecanismo desses, a hiperinflação ocorreria em questão de horas, porque um pequeno chocho inflacionário seria alavancado, exponencializado, e a economia escaparia de controle. Então, se alguém imaginou chamar Jesus, imediatamente o demitiu e chamou a pessoa certa, o demônio. Ele, sim, entende. E pergunta ao demônio: quem é o grande herói da economia, quem é seu cidadão benemérito? E obterá a resposta: certamente o exportador, pois é o que gera dólares, que nos permitem comprar os bens essenciais; é o que paga a dívida. Então faremos o seguinte: toda noite, calcule-se o que foi a inflação, revertendo esse valor integralmente para esse herói exportador. Perguntamos ainda: Quem mais é importante? Ele diz: Quem carrega a dívida pública, quem poupa e coloca sua poupança na mão de um Governo leviano é um herói. Então, faremos o seguinte: todo mês, você calcula a inflação desses 30 dias e corrige os juros recebidos pelo carregador da dívida pública. Excelente. Quem mais? E, ao final, você pergunta: não sobrou ninguém? Sobrou: o trabalhador. Você faz o seguinte: a cada seis meses, você verifica quanto ele perdeu, quanto foi a inflação, e dá para o cidadão.

Agora, por exemplo, para uma viúva que recebe um aluguel, reajustamos a cada 12 meses. Essa é a mágica. O mecanismo da indexação trata diferentemente os agentes. E é claro que os mais fortes ficam muito mais protegidos do que os mais fracos. Quando fazemos isso, a economia funciona. Por isso, conseguimos exportar, investir, produzir, crescer. Só que o aspecto de equidade, o aspecto perverso de concentração de renda fica potencializado como nunca se conseguiu imaginar um mecanismo igual.

Durante 40 anos trabalhamos com essa loucura. A economia conseguiu crescer até quando essa inflação chegou a 90%, mas com um processo de concentração de renda hediondo. Como podemos explicar que um país com esse grau de desenvolvimento apresente uma das quatro, cinco distribuições de renda de toda a ONU? É óbvio que não podemos explicar isso só com a ditadura nem com a peculiaridade do modelo. Só a inflação consegue, com tanta rapidez, com tanta competência, colocar uma pipeta na jugular do trabalhador e jogar lá para cima. Resultado: eliminar a inflação brasileira era a coisa mais nobre que tínhamos a fazer em favor da classe trabalhadora, da classe desprivilegiada. Esse foi o maior pecado da elite brasileira entre os inúmeros que cometeu. Ela foi a grande responsável pelo processo de marginalização e favelização, pois jamais deu a prioridade devida ao combate à inflação. Esse processo se prolongou e gerou essa estrutura. Não se pode criar justiça social, funcionamento eficiente de uma economia com aquele processo inflacionário.

A ansiedade por estabilidade foi percebida pela primeira vez no malfadado Plano Cruzado, talvez a coisa mais grotesca que se tentou no mundo em matéria de estabilidade de preço. Na eleição seguinte o povo deu uma vitória esmagadora para o demagogo que concebeu esse plano, mostrando para os políticos, pela primeira vez, que tinha votos na estabilidade. Esse é um dos mais graves problemas da economia. No caso do Brasil, essa gravidade foi aliviada, pois tornou-se simplesmente um problema de concentração de renda, já que fazíamos a economia funcionar. Com toda a força de mercado e do nosso instrumental, não temos receita para fazer o Japão crescer, não temos competência para garantir que os Estados Unidos não entrem em crise no ano que vem. É trivial acabar com a inflação. Inflação é a vã tentativa de se consumir e investir mais do que se produz. Então, precisamos de um mínimo de seriedade, de vontade política de equalizar esses dois agregados. A partir daí, sim, você vai construir uma política econômica. Mas, se no momento inicial oferta e procura estiverem razoavelmente balanceadas, elimino a crise inflacionária. Tenho de saber quais são os fatores de pressão sobre a produção. Há o consumo, o investimento, o gasto público e a exportação. Então, montamos a equação que queremos de maneira que esses agregados tenham, entre si, equilíbrio com a oferta de bens existentes com a produção e com a exportação. É uma mescla de controle de gasto público, controle de consumo, limitação temporária de investimento e administração da exportação. Em todo o mundo, sempre que se tentou combater a inflação com seriedade, obteve-se êxito. Então, por que oito planos mal-sucedidos no Brasil? Porque o que tentávamos era substituir um bom programa de combate à inflação com mágica, com química, com a gracinha de um PhD de plantão.

O Plano Real teve precondições necessárias ao sucesso de um programa de estabilização. Dos oito, foi o único implementado com a dívida externa renegociada. Todos os outros eram implementados em cenário de moratória. Como se pode ter credibilidade sem haver perspectiva para a dívida externa?

Em segundo lugar, se vocês se lembram, ele veio logo depois do Collor, que, por meio do mecanismo impiedoso do confisco, do congelamento, entre tomar o dinheiro e devolvê-lo defasado na indexação, fez um corte de dívida pública, deu um calote na dívida pública de quase 60%. Foi o primeiro plano em que o estoque de dívida pública era o mais baixo de décadas.

Em terceiro lugar, ele conseguiu um razoável equilíbrio fiscal que foi preservado pelo Itamar.

Em quarto lugar, a economia brasileira não estava mais à mercê da FIESP. Vocês não viveram esse fenômeno; vai parecer mentira, mas, até 1990, existia uma lista de 115 produtos cuja importação era totalmente proibida. Vocês devem imaginar que era cocaína, haxixe, "crack". Não: carro, geladeira, liquidificador, automóvel, computador... Já imaginou que delícia ser produtor de um desses bens e saber que a importação é proibida? Quem segura o preço? Essa era a realidade até 1990. Quebrar isso é precondição para combater a inflação. Quem pode segurar margem de lucro em um País em que basta ter carteira verde e amarela para abrir uma empresa e fazer do consumidor seu refém? Isso tinha sido quebrado. Havia-se iniciado um processo de concorrência.

O Brasil presidido por Itamar tinha condições favoráveis a um programa de estabilização como nunca havia existido. O que faltava? Faltava livrar-se da cocaína, esse maldito mecanismo de indexação que a elite criou. É complicado libertar-se disso. É como o drogado em alto grau, que morre se sua droga for cortada. Precisava ser feito um processo de administração controlada, regrada, dessa droga. Cria-se uma moeda que está-se lixando para o nível de inflação, porque ela é a inflação, ela incorpora a inflação. Você dá à sociedade o placebo de cocaína. Isso foi feito por um período; equilíbrio fiscal, abertura da economia, gastos sob controle, contas externas arrumadas. Entra-se com o plano, e ele vai funcionar. Para mim, esse é o Plano Real; esse é o plano que aplaudimos: o "timing", a relevância e o sucesso eleitoral.

O Plano Real foi feito com o Lula tendo 40% de apoio popular. Uma figura com o carisma de Fernando Henrique, com sua comunicabilidade... O plano, sozinho, elegeu-o. Para mim, essa é a história do processo inflacionário e de seu aborto no Brasil.

Vamos analisar o que foi não o "day after", mas o que foram os anos "after" do Plano Real. Alguma coisa em sua concepção falava em manter taxa de câmbio constante, em praticar juros reais estratosféricos? Nada. Isso não é da essência do plano. O que aconteceu depois do Plano Real? Se fizermos uma análise cuidadosa da política e da economia da época, perceberemos que, no primeiro mês de sua posse, o príncipe dos sociólogos resolveu que o povo brasileiro merecia ter mais quatro anos do Presidente notável que havia eleito. E sai com a bandeira da reeleição no primeiro ano de mandato. Aprovar emenda à Constituição neste País é uma pedra.

Aprovar emenda à constituição de reeleição de Presidente é complicado, porque cada um dos 545 eleitores dessa medida são potenciais candidatos a Presidente. No entanto, aprovar para valer para o Presidente que está no poder tem um custo fantástico. E esse custo expressou-se em quê? Na geração de déficit fiscal colossal.

Dos Ministros do Planejamento e da Fazenda espera-se que digam "não" - para isso são pagos; do Presidente, espera-se competência para arbitrar o "sim" e o "não". Sob o comando do Ministro do Planejamento, José Serra - aliás, foi a primeira vez que vimos um vampiro tomando conta de banco de sangue -, aconteceu o maior crescimento de déficit público em um ano, em toda a história do Brasil.

No primeiro ano do mandato de Fernando Henrique, o déficit público disparou. Muito bem. Vejam o dilema: imagine-se sendo a figura demoníaca do Gustavo Franco, Presidente do Banco Central, que vê seu Presidente detonando o gasto como nunca se fez, e dando-lhe, como missão, segurar a inflação. O que você faz? Logicamente, pede demissão, não é mesmo? Qualquer um de nós faria isso, menos o Gustavo. Ele se pergunta: "Tem jeito de manter preços estáveis com déficit público em explosão?". Claro, claro que tem.

Como eu disse, combater a inflação é equilibrar dispêndio e produção. Dispêndio é consumo, investimento, exportação. Qual foi a receita do Gustavo? Pensou: "Esse doido está com o gasto público disparando. Se eu pegar o câmbio e sobrevalorizar, a exportação despenca - ótimo, ajuda a inflação -, mas ponho a taxa de juros na casa do chapéu". E aí, o que acontece com o consumo? Despenca. O que acontece com o investimento? Despenca. O que acontece com a inflação? Cai. É perfeitamente possível fazer a estabilidade de preço com a expansão de déficit público. É ferro no setor privado. Empresários, consumidores e trabalhadores pagam a conta.

Essa foi a execução da política econômica no primeiro reinado do Sr. Fernando Henrique, e foi a catástrofe que todos vimos. Quase se quebrou o País, não fosse, em 1998, o FMI entrar com US\$40.000.000.000,00. E por quê? Porque nossa capacidade de gerar exportação desapareceu, constatou-se um déficit comercial brutal e o déficit público estava quase estourando. Foi a primeira vez que vi um Ministro da Economia comemorar o País ter passado de superávit para déficit comercial. O Brasil quase foi à bancarrota.

Com seu projeto de reeleição, com seu déficit público, com sua alta taxa de juros e com a política de sobrevalorização do real, FHC jogou fora o primeiro momento importante de reativar um projeto nacional.

Fomos inundados por importação. Imaginem o coitado do empresário nacional... Tinha um câmbio sobrevalorizado de 20%, o que é a mesma coisa de se promover uma liquidação de todos os artigos produzidos no mundo 20% mais barato do que o custo. Ao mesmo tempo, tinha uma carga tributária crescente - essa foi a tônica do Governo Fernando Henrique -, tinha uma conta de juros estratosférica e, pior, com o concorrente internacional, pagando juros cinco vezes mais baixo. Com todo o respeito por esta Casa, o empresário, àquela época, sentia-se um anãozinho em baile de nudista. Pinto na cara para onde se vira.

Esse Governo só foi salvo pela intervenção do FMI. E aí, o que houve? Houve a mudança radical. Aí, sim, esse Governo foi trazido para algo

mais ortodoxo: o modelo liberal ortodoxo, que pegou o câmbio e soltou: "esse câmbio é o que tiver de ser."

Não sou louco de ficar segurando uma variável dessa, que leva ao colapso das contas externas. Déficit fiscal, jamais! Vamos passar para superávit. E a taxa de juros? Aí é que vem o efeito pendular. Vamos segurá-la mais alta que o necessário "just in case", só para ter certeza. Essa é a política do segundo mandato. O que uma política desse tipo faz com a economia? Melhora as contas externas, aumenta a confiança no País, por ter interrompido a seqüência explosiva do déficit interno, mas é recessiva até às orelhas.

Tivemos de passar por quatro anos de crescimento medíocre, com a tônica do Governo Fernando Henrique: o gasto sempre crescendo. Não houve um ano em que alguma rubrica do orçamento federal parasse de crescer durante o Governo FHC. Mas não existia déficit, pois havia um maníaco sexual na Secretaria da Receita Federal aumentando os impostos todos os anos. Essa foi a gestão da política econômica no segundo reinado. O que isso tem a ver com o Plano Real? Absolutamente nada. Por que culpá-lo por isso? Ele poderia ter feito diferente, havia opções, culpem o Fernando Henrique.

Aí tivemos uma nova eleição, quando, pela primeira vez, houve alternância de poder neste País. Uma alternância tão assustadora para a comunidade internacional, que quase quebramos outra vez durante o período eleitoral. Nem a Vale do Rio Doce conseguia levantar US\$10.000.000,00 no exterior, porque o Lula, que come criança - por via oral -, chegaria ao poder, faria a estatização e acabaria com a economia brasileira.

Lembrem-se de outubro de 2002 para manter sempre viva a chama do que é a nossa vulnerabilidade. Passada a eleição, percebemos que Fernando Henrique conseguiu uma prorrogação de seu mandato. Se alguém consegue ver alguma diferença entre 2002-2003 e o período anterior, só se for pelo excesso praticado nessa prorrogação. Não há nenhuma diferença. Pelo contrário, se o Armínio Fraga estivesse lá, a taxa de juros jamais estaria onde está. O pessoal é absolutamente alienado, jejuno em relação à realidade brasileira, trazidos ou da universidade ou do FMI diretamente para o Banco Central.

Acho importante ser dito o seguinte: pelo amor de Deus, não pensem que o que está aí é ortodoxia liberal e que temos de procurar uma alternativa não liberal. Podemos discutir essa questão com o maior prazer. Isso é lixo, é violência contra à teoria econômica! Em nenhum país é necessário uma taxa de "overnight" de 9% para segurar um processo inflacionário. É a manifestação mais esdrúxula de corporativismo que já vi. A política relativa à meta inflacionária coloca a credibilidade da autoridade monetária acima do bem-estar do País. Entregam a autonomia do Banco Central a um bando de xiitas, e podem se esquecer do crescimento neste País.

É claro que há espaço para uma reformulação, e temos de fazê-la. Temos de entender que o Brasil está inserido num "Triângulo das Bermudas". Falou-se aqui em vô de galinha, e não tenham dúvida disso. Eu me vesti de cor-de-rosa para ter alguma coisa rosa para apresentar. Só um alienado ou analfabeto em economia pode imaginar que tenhamos começado um processo de crescimento. Por que? Porque estamos com 40% de carga tributária. Não há como crescer com 40% de carga tributária! A taxa de juros média, paga pelo empresário nacional, é de 40% ao ano.

Como ele pode investir ou sequer bancar capital de giro? Taxa interna de retorno semelhante só com droga. Prostituição, do jeito que existe oferta concorrente, não tem mais esse nível de retorno.

E falta de infra-estrutura. Vamos parar um pouco de olhar o lado financeiro. Este País não tem estrada, não tem mais capacidade de porto; este País depende de chuva para não ter crise de energia. Não há a menor condição de reativação de investimento público a curto prazo, mesmo assim cria-se toda essa celeuma sobre o risco Brasil, a instabilidade Brasil, como se fôssemos piores que a Rússia, que já tem "investment grade".

A verdade é que não há investimento algum. Entre falta de infra-estrutura, juros escorchantes e carga tributária intolerável, os crescimentos são apenas surtos. O que estamos vendo é a recuperação salarial por causa da incorporação de um reajuste com inflação alta do passado, da exportação e do ano eleitoral, que tem uma capilaridade de contratação que passa depois de outubro e novembro.

Tentei ser compacto e, por isso, talvez até um pouco obscuro. Mas acho importante colocar o tal Plano Real dentro do seu contexto, falar da importância de ter sido feito, da qualidade das pré-condições em que nasceu, da genialidade do lance da URV, para nos livrar daquele cacete, e a tragédia da condução da política econômica, daí para a frente, em razão de ambições pessoais e da própria realidade internacional. Agradeço muito a atenção de todos.

Palavras do Sr. Francisco de Oliveira

Agradeço à Assembléia Legislativa de Minas e ao CORECON o convite para participar deste seminário. Cumprimento todos que fazem parte da Mesa e o público presente.

Não sou exatamente especialista em Plano Real, de modo que até me surpreendi por fazer parte desta Mesa. De qualquer maneira, tentarei discutir algumas das questões mais importantes que o Plano Real nos legou.

Apesar de ter gostado muito da exposição do Luís Paulo, discordo dele em que o desenvolvimento da política econômica pós-edição do Plano Real não tem nada a ver com ele mesmo. Acho que tem tudo a ver, uma coisa é inseparável da outra, até mesmo pelos dados e conseqüências que o próprio plano mostrou.

Não haveria dívida pública interna em explosão, porque o FHC não fez dívida alguma para atender a gastos sociais. A explosão da dívida pública interna ocorreu exatamente para segurar a inflação que viria certamente, pela enorme injeção de dólares que o País recebeu. Então, a dívida interna está fundamentalmente ligada ao truque do Plano Real.

O que é o Plano Real? Qual é o seu truque? É fazer dos preços externos a polícia dos preços internos. Em outras palavras, é aquilo que ele falou: o empresário nacional foi destruído para conter os preços internos, já que a experiência do cruzado demonstrou que não há fiscalização possível, principalmente em uma economia altamente oligopolizada, poucos grupos econômicos comandam a estrutura de preços, mas o pacote, que antes era estatal, agora foi privatizado. É como usar a Scotland Yard para vigiar a polícia brasileira. Esse é o primeiro componente dele. A dívida interna está fundamentalmente ligada a esse truque que foi o Plano Real. Daí todas as conseqüências, como passar a balança comercial para superávit, apesar do déficit, aumentando a necessidade de financiar novamente a dívida externa e o crescimento exponencial da taxa de juros.

Como acreditar que o elenco de iluminados que fez o Plano Real, uma brilhante estratégia, depois entrou em demência precoce, precisando quase que de hospital psiquiátrico? A equipe que fez o Plano Real não tinha nada de estúpida. A maior parte deles saiu depois para grandes empresas, Bancos, e o último, Ministro da Fazenda, depois de cumprida a quarentena, terminou na Presidência do Conselho de Administração do UNIBANCO. Eles eram dementes quando fizeram o Plano Real e ficaram sãos depois, ou eram sãos e ficaram dementes? Não dá para seguir

a linha da política econômica desenvolvida nos quatro primeiros anos do FHC e depois revertida no segundo mandato. Ela é inteiramente conseqüente e está amarrada à concepção do Plano Real.

Há outros modos de controlar a inflação? A economia, como a Dirlene falou, é uma ciência social, não existem modelos. Os modelos se atêm à formalização que a ciência faz para reduzir a complexidade do mundo, porque, senão, não dá para lidar com os movimentos do mundo real. Quem tiver consciência disso formaliza sabendo o que está fazendo, quais são os limites dessa formalização. Não dá para estender além de um certo ciclo histórico. O que temos é uma modelação que torna eternos os mecanismos de reprodução do sistema, como se não mudassem nunca. Essas concepções chocam-se de frente com a história brasileira. Ouvimos reiteradamente o atual Ministro dizer que não há como pensar crescimento econômico sem estabilidade de preços. Desculpem-me, mas esse senhor é um ignorante de pai e mãe. Não conhece a história do País dele, que se desenvolveu durante 50 anos com alta inflação, com os efeitos perniciosos já apontados pela Mesa e que o Luís Paulo reiterou.

Mas, falando para este grupo de economistas e para os alunos de economia que aqui se encontram, não há, em toda a literatura econômica, nas toneladas de papel que ela já produziu - às vezes um gasto de papel inútil -, nenhuma relação inequívoca entre a estabilidade econômica de preços e o crescimento econômico, ou o contrário. Não há nada, absolutamente. É louco quem diz que com inflação há crescimento, mas quem diz que sem inflação há crescimento econômico é tão louco quanto o primeiro. Essas coisas são comportamentos e trajetórias históricas, o que não nega o caráter científico da economia, como muitos defendem, dizendo que a economia não é uma ciência, mas uma arte - coitada da arte! A economia é, sim, uma ciência social, que trabalha com a formalização de relações que se dão em certos tempos, e é possível fazer disso algo distinto de um exercício de amadores. Do contrário, não haveria sentido em formarmos economistas. Para quê? Para que gastar dinheiro público, ou mesmo privado, se os economistas serão formados para nada? Para que gastar com isso, se tudo são nuvens, aproveitando o que dizem os mineiros, com muita graça e ironia, que a política é como a nuvem, que muda de acordo com o vento? Ora, não é nada disso! E Minas, que ensina política para o resto do País, sabe muito bem que a política nada tem de parecido com as nuvens. A economia também não.

Então, há uma relação inextricável entre os pressupostos, a concepção e a execução do plano e a política econômica conseqüente. A literatura econômica, repito, é incapaz de estabelecer qualquer relação inequívoca entre esses fenômenos. Ou seja, em certos ciclos históricos, isso leva ao crescimento; em outros, não. Essa é uma lição fundamental, e é preciso ver o que o Plano Real abandonou na experiência brasileira: exatamente o conhecimento da especificidade desta sociedade e desta economia, em favor de modelos abstratos. Abandonou a história. Se não tivesse feito isso, teria visto que há outras formas de controlar a inflação. Acontece que essas outras formas são penosas e demoradas; precisam de um largo consenso social, transformado em força política. Em outras palavras, um controle democrático da inflação é infenso a fórmulas; detesta milagres e fórmulas que resultam no tipo de coisa que resultou do Plano Real.

Vejamos o que aconteceu. No momento anterior, quando o então Ministro Mailson da Nóbrega deixou o Ministério da Fazenda, a inflação andava na casa dos 88% ao mês. Aproveito para avisar aos navegantes que ainda há empresas que contratam o Sr. Mailson da Nóbrega como consultor - valha-me Deus! Ora, se uma inflação que, apesar do confisco que o Collor produziu, já voltava em curva exponencial, foi reduzida, de um dia para o outro, a 1%, isso é milagre! E por que se opta por esse método? Porque o outro método de controle da inflação é penoso.

Exige "concertação" social e política, exige distribuição de custos entre os vários setores da sociedade e da economia. Quem está apressado, até mesmo para reeleger-se, como disse o Luís Paulo, não pode esperar pelos efeitos de uma política socialmente concertada e politicamente elaborada. Por isso, todos os Governos recorrem aos milagres. O Collor deu uma paulada, reduzindo a inflação e a dívida pública. Logo depois começaram a crescer. Com o Plano Real aconteceu a mesma coisa.

Hoje Mike Tyson é um pobre derrotado. Se fosse colocado, no auge de seus punhos, em cima de um ringue, tendo um cearense como adversário, quem apostaria no cearense? Estou dizendo cearense porque pertencem à mesma região. Portanto, não se trata de uma expressão pejorativa. Para evitar críticas, podemos fazer a pergunta de outra forma: se o Mike Tyson fosse enfrentar o Chico de Oliveira, quem, na Bolsa de Londres, apostaria em Chico de Oliveira? Todos os setores possuem parâmetros estabelecidos de acordo com sua força na sociedade, mas os trabalhadores não têm qualquer tipo de parâmetro. Não precisamos ser mágicos ou adivinhos para saber quem serão os ganhadores e quem serão os perdedores. Esse ponto é importante para discussão, e não para o estabelecimento de qualquer afirmação definitiva.

A origem teórica, a concepção teórica e a perda de conhecimentos, de incorporação à teoria da história brasileira, pesam gravemente e cobram caro. Isso é importante. As escolas de economia não ensinam mais a história econômica brasileira. Ensinam modelitos, como se todas as formas de reprodução social atuassem igualmente com a mesma força, velocidade e temporalidade em qualquer sociedade e em qualquer economia. Não é assim. Se fosse assim seria bem mais fácil. O pecado dos agentes mais importantes da regulação da economia mundial - FMI - é pensar que se pode atuar da mesma forma na economia brasileira e na economia boliviana.

Existem dois fatos importantes: a concepção teórica e a perda de conhecimento da nossa especificidade. A teoria econômica originalmente latino-americana havia logrado façanha teórica formidável, ou seja, o pensamento econômico conhecido como cepalino é uma original construção teórica, uma novidade teórica mundial. Isso tudo foi perdido. Agora adotamos formulitas.

Quais serão os resultados, após todos os reparos e ajustes necessários? Existe o paradoxo de que quando o País crescia não havia estabilidade monetária. Ao lograr estabilidade monetária, não cresce mais. É somente um paradoxo? Não é propriamente um paradoxo.

Um outro fato importante é que estamos frente a uma concepção de teoria da moeda que é completamente anacrônica. Enquanto não tivemos a obsessão de ter uma moeda forte - é isso que faz o "ai, Jesus" do ensino da economia hoje e que é repetido "ad nauseam" pelos meios de comunicação e pela mídia -, a economia crescia; passou a tê-la, não cresce mais. Basta isso para mostrar que há algo errado na concepção do próprio Plano Real e na política econômica que se desdobrou durante os oito anos do Governo FHC e nos dois anos do Governo Lula. Houve uma inflação quase suíça, com taxas de crescimento medíocres. Pelo andar da carruagem, se você projetar a taxa de crescimento do PIB "per capita" brasileiro, podem esperar que nos próximos 100 anos o PIB per capita vai dobrar. Como dizia Lord Keynes, a longo prazo estaremos todos mortos. Serão quatro gerações passando o pior para ter estabilidade monetária. O Prof. Reinaldo Gonçalves, da UFRJ, tem um trabalho em que ele faz o "ranking" de todos os Governos da República. Tirando Deodoro e Floriano, de Prudente de Moraes para cá, ele pegou todas as variáveis fundamentais, listou-as, hierarquizou-as e ponderou-as. O seu trabalho mostra como foi feita a ponderação e como obteve o surpreendente resultado, devido à louvação do Plano Real e da política econômica, de que o Governo Fernando Henrique foi o pior Governo da República. Todas as variáveis foram ponderadas. O Governo de FHC foi pior do que o de Wenceslau Brás, que era conhecido como o pior Governo republicano do ponto de vista do crescimento econômico. FHC conseguiu ganhar de Wenceslau Brás. Não pode ser um acaso. Não acredito que o sujeito tenha tentado suicidar-se. Quem conhece um pouco da personalidade da figura sabe que qualquer outra pessoa no mundo pode tentar o suicídio, menos FHC. Ali o ego é de tal tamanho que atentar contra a própria vida, para ele, é como se Deus estivesse fazendo o haraquiri.

Não é um capricho nem foi estupidez. Ele não se entregou diretamente ao mal. Acredito que ninguém se elege para um mandato que representa a vontade de seus cidadãos para dar com os burros n'água. Mesmo o Maluf, em São Paulo, não tenta se eleger para fazer o mal. Tenta para fazer o contrário, mas seus métodos levam a outros resultados. Não se tratou de uma política deliberada para estropiar as contas nacionais, as contas externas. Tratou-se de que a concepção e a execução do plano, que são muito coerentes, produziram aquele resultado numa economia periférica, atentando para essas especificidades. Os Estados Unidos podem ter o déficit que quiserem, apesar de possuírem a maior dívida externa do mundo, pois são os emissores da moeda mundial. Então, isso é outra coisa. Não se pode aprender teoria monetária achando que o dólar e o real são moedas iguais, que desempenham a mesma função no sistema econômico. O que é isso? Estamos desaprendendo que esse é um fenômeno social? Exigimos a moeda agora como o nosso deus intocável? É evidente que não. Um país que, do

ponto de vista das finanças mundiais e do comércio internacional é relevante - e o Brasil é irrelevante -, foi utilizado em gerações anteriores como uma vantagem. Quando se considera um país com essa presença externa e se abre a economia, não se pode esperar outra coisa a não ser a figura de vendavais financeiros que passam de um lado para o outro no mundo. Enquanto éramos anacrônicos, passadistas e jurássicos, não abrindo a economia, pelo fato de que a chave estava na mão da FIESP, a que o Luís Paulo fez referências, havia outras formas de se imprimir competitividade. Escolheram a pior para um país que é irrelevante do ponto de vista internacional. Não poderia haver outro resultado. Ele é pífio e tem algo a ver com o método pelo qual o Plano Real foi concebido e pela execução da política econômica, que também ocasionou muitas outras coisas importantes, como a extroversão definitiva do processo de acumulação de capital. Em outras palavras, não existe mais processo de acumulação de capital, ou, utilizando-se termos mais neoclássicos, de formação de capital, que não passe pelo circuito internacional.

O que o Plano Real fez foi definitivamente retirar a capacidade de fazer política econômica dos atores da política nacional. Por um bom ciclo histórico, sepultou qualquer capacidade interna de gerar crescimento econômico, que dependerá, daqui por diante, de afagos, de sufocos e de soluços ou de um incremento exponenciado por forças externas. Todos sabemos da origem do crescimento de 4% de hoje: o agronegócio. Como disse João Pedro Stédili, exportamos soja para a China para que ela exporte bagulhos eletrônicos para os Estados Unidos. O agronegócio tem fôlego curto, não irriga a economia. O seu lugar na cadeia de relações interindustriais é muito fraco para irrigar os outros setores da economia.

Então, acontece uma extroversão definitiva, num ciclo histórico em que não sabemos qual é o tempo. A capacidade interna nacional de decidir sobre o crescimento econômico está gravemente anulada. Isso passa pelo circuito internacional e, portanto, por todas as restrições que o sistema financeiro internacional propõe sobre isso. Não é uma conspiração para não deixar o Brasil crescer, mas, simplesmente, como disse o Luís Paulo, não é possível fazermos crescimento baseado em qualquer teoria econômica. De acordo com a teoria convencional, não há economia que cresça a essas taxas de juros reais; se seguirmos a crítica da economia política, não há economia que possa, ao mesmo tempo, pagar juros e lucros nesse montante. Como o sistema capitalista é forçosamente um sistema de reprodução ampliada, uma espécie de lei histórica do capitalismo, ele só se mantém se crescer ampliando-se. Para isso, temos de baixar o componente de juros, levando o investidor a reinvestir e a usar o sistema de crédito, que é clássico em economia política, como a alavanca que projeta o futuro. Caso contrário, taxa de juros e taxa de lucro entram em choque. Nesse ponto, o Plano Real foi decisivo. Agora, por um longo tempo, esperamos que as novas gerações sejam capazes de desfazer esse nó.

A decisão sobre como crescer não está mais inteiramente nas mãos dos brasileiros. Isso traz um grave comprometimento democrático, que não está somente no fato de que gastos sociais e de equidade são potencialmente anulados, mas também no fato de que o voto dos que estão nesta Assembléia vale pouco e pode ser anulado por uma decisão do Banco Central. O novo trabalho republicano de elaborar um orçamento, com todos os defeitos que tenha - o Congresso demora seis meses para votar um orçamento -, com todas as restrições, com o que houver de malandragem, é, como dizia Inácio Rangel, o tempero do capitalismo. O Banco Central, pressionado pelos acordos feitos com o Fundo Monetário, anula o trabalho republicano e democrático, tornando seu voto inútil, pois não é você quem decide.

Essas questões estão no fundo dos comprometimentos e dos constrangimentos que tiraram a decisão de crescimento das nossas mãos durante um bom tempo. Esse o trunfo. Se você não entende exatamente qual é a sua inserção no sistema internacional, se não elabora nem compreende a sua especificidade, como você entra nesse sistema e se entrega a modelos formais e abstratos? Danou-se. Utilizamos com engenho e arte, durante décadas, fizemos de nossa fraqueza força... Não temos uma moeda forte, usamos política fiscal. Agora, o que era uma vantagem se transformou em desvantagem. Você tem uma moeda forte, gaba-se de estabilidade monetária, e a política fiscal perdeu toda a eficácia porque há um comprometimento de superávit que anula a capacidade da referida política. E a história econômica do País mostra que cresceu com o uso de instrumentos fiscais como substituto de uma moeda, usando-se o poder de coerção do Estado para indicar os caminhos do crescimento econômico. Não foi para fazer uma economia socialista; foi para fazer uma economia capitalista forte, o que também é uma bobagem, porque o tolo que pensar que se tem, em economia, Estado mínimo precisa voltar aos bancos escolares. Não existe economia com Estado mínimo, isso é conversa fiada, é pura ideologia. O Estado está presente através da moeda porque toda moeda é estatal. Já se foram os tempos em que Bancos privados emitiam moeda. Portanto, não existe economia capitalista com Estado mínimo. O que pode existir perversamente é economia capitalista com Estado mínimo na política; na economia, não. Tira-se o Estado da política e privatiza-se de novo a política, isto é, reprivatizam-se as relações sociais, que é o que nos legou o Plano Real, ainda em vigência no Governo Lula. Tudo vira de novo mercadoria, tudo está no âmbito do mercado. Retira-se dele o Estado, portanto, retira-se a nossa capacidade cidadã de intervir na política e, através dela, intervir na economia. Esse é o legado mais sério, mais importante, que este Governo não está sabendo decifrar, está-se deixando engolir por ele.

Essas são as lições que, a meu ver, o Plano Real deixou, às quais devemos estar atentos. O Plano Real foi uma espécie de nó de marinheiro. Nó de marinheiro é o seguinte: quanto mais perfeito, mais apertado. Você dá um nó de marinheiro e, toda vez que quer cumprir uma das metas, aperta-o. E ele é eficientíssimo, não desata. Nós nos metemos numa contradição em que, quanto mais se aperfeiçoam esses instrumentos, mais o nó aperta. E o desenvolvimento e o crescimento econômico ficam inteiramente erráticos. Mas ninguém fará, agora, a profecia definitiva, uma "jeremiada" de que, daqui para a frente, já não haverá crescimento econômico. Vai haver, só que ele independe...

Dizem os que se dedicam a seguir esses indicadores convencionais: o risco-Brasil diminuiu. Grande façanha do Governo Lula! O risco-país diminuiu em todos os países chamados emergentes, mesmo na Venezuela, que a imprensa brasileira tomou como bode expiatório. Mesmo para a Venezuela, o chamado risco-país diminuiu.

O que significa isso e por que diminuiu? Pela competência do Chaves ou do Lula? Absolutamente. Diminuiu porque as condições do mercado internacional de capital são outras. Afrouxou tudo. O dia em que o FED americano for obrigado a perseguir tenazmente uma elevação da taxa de juros, quero ver o risco dos chamados países emergentes manter-se nesses patamares.

A Dirlene disse que o Fidel fará 78 anos. Não tenho a vocação dele nem vou durar 78 anos. Quero deixar aqui o meu recado: a consequência mais nefasta do real é ter tirado, por um simples histórico que não sabemos ainda quanto irá durar, a autonomia de decisões internas - não só do mercado interno - que repousam, finalmente, sobre a vontade dos cidadãos. Esse é o legado que ainda carregaremos por muito tempo. Muito obrigado.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - A Presidência informa que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões devem ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para agilizarmos o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensando a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer a sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

A ata deste ciclo de debates, contendo a transcrição completa das exposições e dos debates, será publicada no jornal "Minas Gerais - Diário do Legislativo", na edição do dia 28 de agosto. Aos interessados em gravar em vídeo as reuniões do "ciclo de debates", esclarecemos que não será possível fornecer cópias das gravações, razão por que haverá reprise do evento pela TV Assembléia. A reprise deste evento será exibida no dia 20 de agosto, nos seguintes horários: palestras da parte da manhã, às 9 horas, e palestras da parte da tarde, às 14 horas.

Informamos aos interessados no certificado de participação que este poderá ser solicitado na ante-sala do Plenário.

O Sr. Marcelo Barbosa - Sr. Presidente, dirijo a minha pergunta a qualquer membro da Mesa que se sentir à vontade para a ela responder.

O Sr. Presidente - Se você puder indicar o componente da Mesa, prefiro.

O Sr. Marcelo Barbosa - Gostaria que o senhor respondesse. Segundo estatística, no início do Plano Real, a assinatura básica da linha de telefone custava R\$0,85, hoje custa R\$33,00. Foram mais de 5.000% de aumento ao longo destes dez anos. Os serviços públicos vêm pesando no bolso do consumidor, 40% deles referem-se a água, luz e telefone. Há um projeto de lei tramitando no Congresso Nacional que estabelece que as tarifas públicas dos serviços públicos essenciais tenham aumento de acordo com índice inflacionário. Pela atual política econômica do Brasil, pelo papel desempenhado pelas agências reguladoras, haverá guarida a esse projeto, caso seja aprovado? Ou seja, as tarifas dos produtos públicos essenciais, em especial as de água, luz e telefone, só terão aumento de acordo com a inflação?

O Sr. Presidente - Antes de responder-lhe, daremos a palavra ao Sr. Tadeu Mendonça, da Associação Mineira de Municípios, para que faça a sua pergunta.

O Sr. Tadeu Mendonça - Prof. Luís Paulo, o senhor se referiu à política atual como incompetente e estúpida. Em 1986, os comerciantes abaixaram as portas dos supermercados para segurar os preços. Quando íamos ao supermercado e nos esquecíamos de comprar algum produto, quando voltávamos, ele já custava mais caro.

O exército e os fiscais do povo caçavam bois nos pastos porque ninguém mais queria vender boi aos frigoríficos, por causa dos preços.

Em 1990, a Ministra Zélia Cardoso seqüestrou as poupanças, antes estimuladas, e quem estava em mesa de cirurgia depois não tinha como pagar a conta. Isso ocorreu em minha família.

Em 1994, a inflação chegou a 916% ao ano.

FHC passou a mão no sucesso do Plano Real e partiu para a reeleição. Em nome do pagamento da dívida, vendeu as empresas de telecomunicação, de energia e aciarias.

Em 2004, estamos novamente com o mesmo debate, o processo neoliberal. Os municípios pagam a conta da Lei de Responsabilidade Fiscal. Os municípios têm 4,16% de endividamento. Se os Prefeitos não gastarem somente o que arrecadam, correm o risco de serem presos.

Pergunto se não é o momento de dizer a esse público jovem que não sabemos qual é a solução. Qual é sua visão? Que Governo vem sendo mais estúpido? Quem deve realmente pagar a conta, quando a vida acontece nos municípios? Os municípios devem apenas 4,16% da dívida total. Governadores serão colocados na cadeia por não cumprirem a Lei de Responsabilidade Fiscal? O Presidente será colocado na cadeia se não cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal? Enfim, vivemos um ciclo de experimentalismo. A vida acontece nos municípios. Os jovens estão aqui. Os empregos não existem. Hoje, as empresas que foram vendidas contratam por R\$300,00, no mercado de Belo Horizonte, jovens terceirizados, para venderem carros; por R\$500,00, para venderem telefones. Os jovens estão submetidos a esse tipo de jogo porque não existe emprego. O mesmo processo que admite a venda de estatais do Governo também escraviza mão-de-obra. Temos tido Governos, experimentos e testes.

Para ficar doente, pelo SUS, tem-se de marcar a data. Para colocar o jovem na escola, tem-se de saber se há vaga. Mas, na ponta da linha, só os Prefeitos respondem. Se não há vaga na escola, prende-se o Prefeito; se não há vaga no SUS, prende-se o Prefeito.

Enfim, que Governo o senhor acha que tem sido mais estúpido? Qual o plano mais estúpido? De estupidez em estupidez a vida está como está no Brasil. Não seria o momento de um novo pacto federativo, quando está em discussão no Congresso a Proposta de Emenda à Constituição nº 255, o projeto dos consórcios, que vem agora por lei federal, a discussão da Previdência, a nova Previdência, a antiga Previdência, a Previdência que paga as contas?

Não se aumenta o salário mínimo porque a Previdência não pode pagar o salário mínimo aos aposentados. Em sua análise, o que temos de fazer? O que o País tem? Enfim, o que temos de fazer para dizer à juventude que não sabemos e para não dizer à juventude que, quando as coisas dão certo os políticos passam a mão no sucesso e partem para a reeleição ou passam a mão no sucesso e usam em proveito próprio? Muito obrigado.

O Sr. Luís Paulo Rosenberg - Na verdade, o senhor não formulou uma pergunta, mas uma resposta.

Enfatizo para os jovens e para os futuros colegas minha absoluta confiança na qualidade da nossa ciência. É preciso deixar bem clara a desassociação entre esses desatinos, com que o Prof. Chico Oliveira e eu concordamos plenamente. Nem de perto tocam na qualidade do modelo de mercado para a administração de uma economia. Associar esses desvarios com uma política ortodoxa é um insulto à qualidade da teoria econômica que não pode passar despercebido.

Qual a essência, o fundamento da teoria de mercado? Alinhamento doméstico aos preços internacionais. E o que vocês vêem sendo praticado no Brasil desde a instituição do Plano Real? Câmbio abaixo do que deveria ser, juros acima dos que deveriam ser, carga tributária acima do que deveria ser. Trata-se de ruptura com a lógica, como jamais se cometeu em governos esquerdistas. Esse ponto é crucial.

É muito fácil enfatizar novamente que não havia nenhum determinismo na concepção do Plano Real. Aplique-se em ortodoxia no momento da criação. A carga tributária quando o Plano Real foi implementado era de aproximadamente 20%. A dívida pública em relação ao PIB, que hoje é 60%, antes era perto de 30%. A dívida externa era metade do que é hoje.

Numa realidade dessas, em que havia opção e espaço para endividar sadicamente o Estado fazendo obras sociais, o que, ao contrário, foi criado? Déficit público. Mas para acabar com endemias ou construir a melhor rede de estradas do Brasil? Não. Para distribuir favores a parlamentares, para fazer fonte luminosa, para dar um dinheirinho para a associação da cunhada e conseguir os votos necessários para aprovar a reforma constitucional em quatro votações.

Aí começa o problema. Se se promove um déficit público colossal e, ainda assim, quer-se manter a estabilidade, o que se tem de fazer? Juros acima do preço que o mercado recomendaria e câmbio abaixo do que a lógica econômica sugeriria. Quando se fazem essas duas aberrações, produzem-se dívida interna e dívida externa.

O "ranking" de pior Governo de Fernando Henrique deve-se a isso. Esse sacana, sozinho, endividou o Governo brasileiro mais do que de Pero Vaz de Caminha a Itamar Franco. Como ganhou o mandato para fazer isso? Pagando juros e distribuindo benesses que o elegeriam.

Partamos para a simulação: toma posse e avisa que é absoluto o compromisso do Governo brasileiro com a diminuição da dependência externa. Conseqüentemente, vamos comprar reservas e olhar o câmbio para impedir que se valorize. Vamos também manter a austeridade fiscal, mas promovendo, por esquemas criativos, expansão de investimento. Vamos captar a credibilidade internacional não para contrair empréstimos, e sim investimentos diretos num Estado forte, que tem o poder de orientar adequadamente tais investimentos. A taxa de juros deve ser alinhada com o patamar internacional. Quando houver abundância de liquidez no mundo, a nossa liquidez será baixa. Na medida em que isso complica, não seremos loucos. Mas o que fizemos? Exatamente o contrário.

Um Plano Real, seguido de uma política econômica dessas, não teria endividado o País.

Pelo contrário. É importante ser dito o seguinte: a rapidez com que se corrige a distorção da dívida externa é uma coisa espetacular. Se vocês pesquisarem quais eram os índices de endividamento do Brasil há três, quatro anos e o que são hoje, verão que é animador, porque é a metade; melhorou em 50%. É claro que ainda estamos muito longe da Rússia. Com mais três ou quatro anos de consistência na política externa, recuperaríamos o poder de formular políticas econômicas. É por isso que digo que a diminuição da vulnerabilidade é uma questão de afirmação da soberania nacional. Com uma política dessa eu teria conseguido taxas de crescimento significativamente maiores. Não sonhem com 6%, mas 4,5% ao ano, caminhando para 5% no segundo mandato, teríamos conseguido tranquilamente. A inflação teria ficado praticamente onde esteve ou um pouco mais. Que diferença faria, se ela estivesse sob controle, se fosse 7% ou 8%? Vocês verão o sofrimento que o Banco Central vai nos impor, porque o mercado está projetando para o próximo ano uma inflação maior que a dele. Ele vai, sim, aumentar juros, passadas as eleições, para frustrar as nossas expectativas.

Quero mostrar que seria possível ter havido uma trajetória em que hoje estaríamos crescendo algo em torno de 6%, com a vulnerabilidade externa trazida para um nível perfeitamente controlável, com equidade e sem aumento de impostos. Como redistribuir renda com essa política maluca e aumentar a carga tributária em 100% com base em impostos indiretos? É uma loucura! Não se tributa a empresa, mas a pessoa física. Existe um imposto sobre o cheque, há a COFINS sobre o faturamento, que afeta o nível de emprego e a decisão sobre investimento. Um economista com uma consultoria absolutamente "papai-mamãe" nos seus pagamentos de impostos paga 13%. Tem cabimento, com a concentração de renda existente no País, uma empresa de prestação de serviço de consultoria - em que, obviamente, a margem de lucro é 96% - pagar 13%, e acabou? Por que não se ter instituído uma política de Imposto de Renda da pessoa física progressivo? Teria sido mantida uma carga tributária decente, gerando ingressos que não afetam o nível de investimento de produção de economia e promovendo a adequação social do País.

Quero mostrar a vocês, jovens, que não há nada de errado com a nossa profissão. Está errada a maneira como se formulam os objetivos e como se ilude a sociedade. O dado concreto é este: o endividamento é brutal, temos de diminuí-lo. Há escassez de infra-estrutura. Não adianta questionar por que não se fez do modo certo no passado. O nosso horizonte de crescimento é definitivamente pior do que o que havia há oito anos. É o que Prof. Oliveira explicou. Não adianta chorar, aconteceu. Não é que não vamos crescer, otimizaremos o que pode ser feito daqui para frente.

Em relação à primeira pergunta, não gosto, como neoclássico, de garantir nem a inflação para a empresa prestadora de serviço, porque estudamos microeconomia. Quando procuramos conhecer o empresário, vemos que o capitalismo não endeusa o empresário. Sabe apenas que é um crápula, um sacana, um ente uniojetivo, um rato atrás do queijo, tão fantásticamente obstinado que só existe uma espécie capaz de segurá-lo: outro empresário. Não adianta querer segurá-lo só com governo ou com polícia. É ferro nele, colocando outro empresário em cima.

Não acho que nem o prestador de serviço público tem de ter a garantia de que receberá a inflação. Temos mecanismos muito mais eficientes de controle, em que, mesmo sendo ele um concessionário, primeiro, estimulam-no a buscar ganho de produtividade e, segundo, criam mecanismos de transferência desse ganho de produtividade para o consumidor, como, por exemplo, gestão sobre taxa interna de retorno do investimento.

Esse tipo de modernidade é que deve ocorrer. Aí tenho a dizer o seguinte: se há algo de relevante para ser feito, é sair da discussão de se o Governo deve ou não investir, porque isso ele não tem a menor condição de fazer. A colocação dramática da segunda questão deixa isso claro: a política de taxa de juros praticada nestes 20 anos quebrou o setor público. É ridículo falar em Lei de Responsabilidade Fiscal se o Banco Central não tem a responsabilidade de fixar taxa de juros.

Sinto o País à beira de um precipício. Se tivermos condições de substituir a capacidade de investimento e de endividamento que o Governo tinha por investimentos privados que venham a complementar essa deficiência, aí concordo com você: sou a favor de uma modificação radical da estrutura fiscal do País. Se não temos condição de discutir, com toda a objetividade, que filho de pai rico vai ter que pagar anuidade em universidade brasileira, então não temos do que tratar. Iremos levar o País para o brejo, porque esse é o menor dos problemas. Isso já deveria ser consenso há muito tempo. Vamos criar mecanismos para permitir que o ensino superior seja um instrumento de mobilidade social para o pobre, sem dúvida. Sou favorável até a esta opção: ou se paga anuidade ou se subscreve um título comprometendo-se a, durante dez anos, pagar 30% a mais de Imposto de Renda. Assim o Governo pode ser sócio de todo o mundo, de quem quiser. O que já não podemos é fugirmos dessas questões. O Estado está quebrado, e temos de pagar a conta.

Quando imagino um Estado, sou a favor de concentrar no Governo Federal a coordenação de todas as políticas de forma extremamente competente. Nada de Estado minimalista, mas de Estado que passe de um Ford Landau para uma Porsche, quer dizer, ganha poder, força e eficiência, porque delega a outros níveis. Tenho uma simpatia enorme por delegação para baixo, por passar responsabilidade federal para estadual e estadual para municipal. Quanto mais perto do eleitor a decisão e a cobrança, melhor.

Se a Roseana Sarney nos ensinou algo, foi essa concepção de governo no Maranhão: em vez de haver Secretário de Fazenda, Secretário de Educação, Secretário de Transportes, há na Capital apenas as Secretarias de Planejamento e de Fazenda. Mas, nas regiões, existe o gerente regional, que cuida da escola, do hospital, enfim, da qualidade de todos os atendimentos. É ali, olho no olho, cara na cara.

Essas revoluções, teremos de fazer. E aí vamos recuperar, sim, as condições de crescimento. Caso contrário, escrevam: estamos muito perto de um calote geral. Não tenham dúvida de que um dos jeitos de recuperar capacidade de investimento é por meio de um calote geral. O Prof. Oliveira disse muito bem aqui que não sabemos como os Estados Unidos escapou de uma crise, principalmente se reelegerem esse descerebrado, que não tem pejo algum em fazer o maior déficit público e comercial da história dos Estados Unidos. O dólar é uma moeda diferente do real, mas é uma moeda. É questão de anos, de meses, haver uma desconfiança em relação a uma moeda tão irresponsavelmente gerenciada.

Não estamos em condições de tocar esse circo. Continuamos andando sobre areia movediça. Até hoje, pelo menos, a história dos calotes não administrados é perversa com o caloteiro. O último exemplo é a Argentina, cuja queda de 20% do PIB em dois anos mudou a natureza do país.

Então, quando vimos aqui discutir Plano Real, fazemos um apelo, uma postura histórica, e não jornalística. A dramaticidade do quadro

econômico nos leva sempre ao presente e à projeção do futuro.

Aos colegas, no Dia do Economista, não tenham dúvida, temos de enfrentar a inflação com objetividade, sem histeria, sem "slogans" ou, como disse o professor, sem importar, simplesmente, os modelos do FMI que têm como qualidade jamais terem funcionado em nenhum país do mundo. Mas temos de olhar nossa realidade, sem desprezar aquilo que estudamos. Há 500 mil anos de conhecimento acumulado, depurado nos livros de teoria econômica, e eles funcionam.

A Sr. Maria Dirlene Trindade Marques - Como participante de movimentos sociais, estou doida para participar deste debate, mas vou me conter e fazer uma pequena propaganda. Estamos organizando o 3º Fórum Social Mineiro, lá fora há vários "folders", cartilhas da campanha contra a ALCA, livros dos palestrantes e livros produzidos pelo Movimento. Convido vocês a passarem por lá para levar "folders" para suas escolas, locais de trabalho e também os convido a participar conosco do Fórum Mineiro. Todos são bem-vindos. Obrigada.

O Sr. Presidente - Formularei três perguntas ao Prof. Francisco de Oliveira. O senhor poderá respondê-las em bloco.

Pergunta de Sérgio Moreira, da PUC: "O senhor não acha que, sem inflação controlada, fica difícil se pensar em investimento sustentável? A expectativa é um componente importante para os investidores".

De Pedro Antônio Ursine: "O que existe em comum entre o Plano Real e a teoria da dependência (crescimento desigual e combinado) do Prof. FHC e de Enzo Faletto?".

De Newton Ferreira de Queiroz: "O senhor concorda com a afirmativa de que a inflação baixa, durante os períodos FHC, foi fruto de uma exigência do capital financeiro internacional, que precisava de estabilidade nos preços em todo o mundo para saber rapidamente onde aplicar ou desaplicar seus recursos financeiros, de sorte que a inflação baixa ocorreu em todo o mundo?".

O Sr. Francisco de Oliveira - Deixo claro que minha fala não é uma apologia à inflação. Estou tentando dizer que não há nada na teoria econômica, apesar do seu longo acúmulo, que mostra relações inequívocas entre um fenômeno e outro. A boa teoria econômica deve estar atenta aos ciclos em que se produzem esses fenômenos. Essa é uma lição de história. Há períodos em que houve crescimento com inflação. Há períodos em que houve inflação e não houve crescimento. Há períodos em que não há inflação nem crescimento. Portanto, são formulações de natureza histórica.

É preciso estudar as especificidades de cada economia e sua inserção no capitalismo mundial. Não é para rejeitar teorias. Não sou um assassino de teorias. No Japão há estabilidade monetária, poupança formidável e há dez anos está mergulhado em uma recessão.

O Governo atua, mas não sai do canto - evidentemente, porque o Japão de hoje é muito diferente.

Ou seja, não há modelos eternos; eles valem durante algum período histórico, e é preciso que os economistas aprendam isso de uma vez. Atualmente, as ênfases dadas no ensino de economia são aistóricas, "desestoricizadoras", mas é preciso voltar a conjugar a teoria, a história e a economia. Senão, vamos dar com os burros na água, o que prejudica alguns, mas não todos. Supondo que as pessoas estão em escolas de economia para aprender o melhor, é preciso, então, voltar a insistir no caráter histórico da ciência econômica.

A economia é uma ciência, sim; não é arte ou adivinhação. Mas é uma ciência mais complicada do que as ciências físicas, da natureza. Até o Delfim Netto, que nem sempre tem graça, já disse, em tom de piada, que o problema da ciência social é que seu objeto se move; ele ri, chora, esperneia, protesta, diz "não". Isso não acontece com a lua, por exemplo. Pode parecer uma aberração - e não seria maluco de destratar Newton -, mas ela é mais difícil e exigente do que qualquer ciência da natureza. E o ensino de economia está perdendo essa exigência. Está levantando sobre realidades. Essa ciência faz o exercício de reducionismo, como toda ciência - não é aí o seu problema -, limitando o número de variáveis com as quais pode trabalhar. Esse é um procedimento científico. O problema é a qualidade das variáveis que reduz, para que possa operar? Essa é a questão posta ao ensino.

Assim, não estou fazendo apologia da inflação, mas apenas dizendo que a inflação e o crescimento econômico são fenômenos históricos, condicionados a períodos e ciclos da história, e darão certo em uns e não em outros. Não devemos nos refestelar pensando que, se aplicarmos a fórmula correta, a coisa vai dar certo; pode não dar. E não foi nenhum comunista nem socialista, mas talvez o maior economista do século XX - embora haja quem discorde -, Keynes, quem disse que a soma das racionalidades privadas pode resultar em uma irracionalidade total. É por isso que houve a depressão. Os empresários comportam-se racionalmente: se não há demanda à vista, eles se contraem. Quer dizer, cada um se comportou racionalmente, mas a soma dessas racionalidades privadas deu uma enorme irracionalidade total. Então, nada de pensar que a economia tem leis eternas. Não tem, e é preciso estar atento a isso, notadamente quando se lida com variáveis que têm tudo que ver com o bem-estar do cidadão, a qualidade de vida e a igualdade.

E nenhuma aplicação das teorias é inocente; nenhuma delas. Em outras palavras, os administradores do Plano Real não fizeram o que fizeram por demência, mas por defenderem certas concepções e interesses. Aqui, já faço uma ligação com a terceira pergunta desse conjunto, em que indagamos se o Plano Real não teria sido fruto da exigência do mercado financeiro internacional. Não foi.

Não devemos fazer uma teoria conspiratória do tamanho do mundo, ou seja, aqui precisamos ajeitar para conseguir ganhar dinheiro. Isso satisfaz a nossa tendência de jogar o problema para os outros. É mais: absolve as autoridades internas de sua responsabilidade. Não foi exigência de capital financeiro algum. Essa exigência ocorreu depois: já que você procedeu assim e o dinheirinho que lhe emprestei está no fogo, deve comportar-se dentro de certas regras. Para a adoção do Plano Real não houve exigência de capital financeiro abstrato. São interesses. Os interesses dos agentes privados movem a economia, e os interesses concretos levam a isso para não absolver a culpa e a responsabilidade das autoridades que tomaram as decisões. O capital abstrato nada impõe, mas o faz por meio de interesses concretos.

O Sr. Newton Ferreira de Queiroz - Sr. Presidente, solicito-lhe que releia a pergunta, porque não foi isso o que indaguei.

O Sr. Presidente - Farei isso quando todas as perguntas forem feitas ao Sr. Francisco de Oliveira. Neste momento procederei à leitura de todas as perguntas dirigidas ao Sr. Luís Paulo Rosenberg.

O Sr. Francisco de Oliveira - Sr. Presidente, responderei agora à indagação sobre teoria da dependência e o Plano Real. Há quem diga que FHC aplicou a teoria da dependência. Isso é uma ofensa ao Faletto, que não tinha esse ponto de vista, não fez um esforço teórico que depois seria usado como justificativa para a política adotada por FHC. Nem suponho que na época, ao formular a teoria da dependência, tivesse alguma intenção de vê-la na prática. O Plano Real não é uma espécie de clonagem da teoria da dependência, que é um esforço não muito exitoso. Apesar de haver recebido muitos lauréis, quando examinada mais criticamente, a teoria da dependência é fraca. Foi um esforço para superar a teoria do imperialismo, de inspiração marxista, muito manejada pelo movimento comunista internacional. O Plano Real não é clonagem nem aplicação da teoria da dependência. Isso facilitaria as coisas, porque encontramos no Fernando Henrique da década de 60 o personagem Presidente da República de 94. Embora tenha feito oposição durante todo o tempo à sua política, não faço essa concessão. Não estou disposto

a revisitar o passado, condenando-o a partir do presente. Não sou favorável a essa espécie de revisionismo.

Foi um esforço original, falho, mas não para justificar, depois, o Plano Real. Tem gente que acredita que ele não fez mais do que levar às últimas conseqüências aquilo que havia constatado nos seus trabalhos sobre teoria da dependência. Se examinarmos direitinho, veremos que não há nada, do ponto de vista teórico, que ligue o Plano Real à teoria da dependência.

O Sr. Presidente - Perguntas feitas ao Luís Paulo Rosenberg, da PUC-Minas: "É possível o Governo abrir mão de parte da receita tributária e, ao mesmo tempo, investir em infra-estrutura para viabilizar um crescimento continuado?".

Tales Gomes Braga, da PUC-Minas: "Na sua crítica ao atual Governo, pergunto se o desalinhamento com o FMI já não é um sinal de crescimento e autonomia? Caso contrário, explique-se um pouco quanto a esse aspecto."

Sindicato dos Contabilistas de Belo Horizonte, Sandoval Prado de Oliveira: "Os juros de 16% são o vilão do crescimento. Na ponta do consumo, engorda o lucro dos Bancos em torno de 200% ao ano. Qual a relação entre juros básicos, juros bancários e desenvolvimento?".

Guilherme Vestim, da Assembléia: "A estabilidade de preços tem uma significativa importância para a programação financeira e orçamentária dos governos, União, Estados e municípios, além de aumentar o controle social. Você concorda?".

Leônidas Cota, da PUC-Minas: "O senhor é apocalíptico quando se trata do passado, do presente, do Governo atual. Qual a sua perspectiva quanto ao futuro econômico e a sua esperança para revertermos essa situação que atinge o País?".

Fabiana Santos e Jussara Vieira, da PUC-Minas: "Devido ao grande crescimento da dívida externa no Governo FHC fica cada vez mais difícil ao Brasil pagar os seus juros. O que acarretaria ao Brasil parar de pagar a dívida externa?".

Jackson Bueno, da PUC-Minas: "Para chegar ao crescimento que a China tem hoje, quais os principais passos que este Governo tem que dar para que possamos dizer que o Brasil está crescendo de fato?".

O Sr. Luís Paulo Rosenberg - O tempo é suficiente, não sei se usarei economia para responder a tudo isso.

Quanto à primeira pergunta: Pode cortar receita tributária e aumentar investimento? Claro que não. Como os outros gastos do Governo são de difícil compreensão, a menos que comecemos a modificar radicalmente a estrutura do gasto federal, vamos ter que, a curto prazo, contar com investimento privado. Daí, a importância da parceria público-privada. É a única solução de curto prazo que podemos encontrar. A outra é fazer uma reestruturação, redesenhar o gasto público, passar para outras esferas e, de alguma forma, cuidar da dívida. Aquele dinheiro que precisaríamos para investir está indo para pagar juros.

Falou-se aqui em desalinhamento do Governo brasileiro com o FMI. O FMI nunca imaginou que pudesse ter um servo dessa qualidade. Começou no Governo FHC em que eles abriram filial em Brasília. Imaginem se na ditadura se cogitava de o FMI ter escritório no Brasil. É o alinhamento mais completo que existe. Esse pessoal é mais radical do que o FMI. Não há divergência.

Os juros de 16% são o vilão. Não tem como ser racional, neoliberal, devoto de uma economia de mercado com uma taxa de juros real, média dos últimos dez anos, de 15% a 16%. Isso é uma violência ao capitalismo absolutamente inaceitável.

É claro que existe um "spread", taxa entre Bancos, taxa alta de governo. Falta competição no Brasil, mas esse não é o principal problema. Quanto maior a taxa de juros, maior a chance de calote. Essa história de que banqueiro gosta de juros altos é besteira. Ele gosta de juros altos nos títulos que compra do Governo, mas, para emprestar, prefere as taxas mais baixas, para ter a chance maior de recebimento. Então, o risco de receber aumenta na medida em que os juros básicos são mais elevados. Em conseqüência, o "spread" tende a subir. Voltando à racionalidade, o "pau comendo" entre os banqueiros, e poderemos voltar ao passado, com uma estrutura razoável de taxa de juros.

A estabilidade de preços causa um impacto positivo na programação financeira das empresas e do Governo. A subida da inflação não traz o seu gasto na mesma proporção, ou seja, o gasto fica e a receita sobe. Então, a tendência do Governo de acalantar o sonho inflacionário passa por aí. Sem dívida, com a inflação, é o ganhador líquido. O estoque de moeda que coloca custa zero. É o único capaz de fazer isso. Quanto maior a inflação, maior o seu ganho.

Se eu sou apocalíptico em relação ao passado? Vocês ouvirão alguns expositores mais radicais aqui. Não sou apocalíptico, mas absolutamente factual. Aliás, disponibilizei alguns dados para os que desejarem consultá-los, mostrando o que é crescimento de dívida externa, a conta de juros e como aconteceu o sufoco das finanças públicas e privadas. Não sei se é pelo fato de ter participado do Governo e de ser consultor de empresas, não gasto muito tempo lamuriando os erros do passado. Eu simplesmente aprendo. Passado é passado. Vamos ver o melhor Brasil que dá para construir daqui para a frente.

Não direi a vocês que só houve desacertos. O Brasil de hoje está muito mais amadurecido e preparado para fazer as indagações corretas e enfrentar os seus problemas que o de dez anos atrás. O fato de ter havido o congruamento de interesses entre o povo e o Governo de aceitar a prioridade de combate à inflação é muito importante. O conceito de responsabilidade fiscal, a solidez das instituições democráticas, a qualidade da transferência do mandato do Fernando Henrique para o Lula são conquistas estruturais extremamente fundamentais.

Sou muito otimista em relação ao nosso futuro. Trata-se de um País com uma inserção mundial absolutamente única. Nenhum outro mantém uma relação com o mundo árabe e com Israel como o nosso. Somos idolatrados pela África, aceitos pelo Leste Europeu e possuímos ótimo relacionamento com o Japão. Então, é legítimo o nosso sonho de transferir esses valores de liberdade, de tolerância e de ousadia para o resto do mundo. Estamos avançando. Eliminamos as elites políticas absolutamente arcaicas e corruptas do passado. Olhem a qualidade do Governo do Ceará em 16 anos! Com uma carga genética negativa, a Roseana conseguiu fazer um governo muito progressista. Estão ocorrendo pré-condições extremamente importantes para a construção da sociedade que queremos. Estamos aqui debatendo. Há Deputados economistas da esquerda e da direita, assim como estudantes.

Se me perguntarem se cresceremos 5,5% a 6% nos próximos 30 anos, como prometeu o Presidente, aí, estou rasgando o meu diploma.

O Prof. Francisco Oliveira disse uma coisa muito importante: não devemos nos voltar para as teorias conspiratórias, descarregando a culpa de nossas mazelas no imperialismo internacional. É muito trabalhoso crescer, temos de estudar, trabalhar e abrir mão do nosso descanso. É muito trabalhoso e difícil fazer desenvolvimento e ocupar espaços no mercado mundial, mas, havendo vontade política e um projeto de consenso, chegaremos a isso.

A última pergunta foi sobre como crescer como a China, como entrar num padrão de crescimento sustentável? Hoje em dia, a diferença entre o crescimento chinês e o coreano é pequena. Observamos governos fortes, vontade de crescer, direcionamento do crescimento e suporte do investimento privado. Um processo de sedução do investimento privado é indispensável. Quem é sábio e olha longe seduz o capital de risco, o dinheiro estrangeiro que vem junto com a tecnologia. Quem é imediatista se endivida e não tem como encontrar a porta de saída no futuro.

Agradeço muito ter sido convidado para este evento, pela amplitude e pela riqueza dos temas debatidos, mas vocês são jovens, não passaram por isso, e quero enfatizar que a inflação pode ser comparada a uma infecção. O professor lembrou bem que não existe nenhuma correlação inequívoca entre crescimento e inflação. Há momentos em que há crescimento e inflação, há momentos de recessão sem inflação e vice-versa. O que não existe é melhoria de distribuição de renda durante processos inflacionários prolongados. Ou seja, quem paga a conta da inflação é a classe baixa. Quando há inflação, detona-se um processo de salve-se-quem-puder. E, na hora da briga, realmente o "Mike Tyson" é mais forte que o Prof. Francisco de Oliveira. Não abram mão de lutar. A inflação é como uma infecção. É possível assistir a um jogo ou viver um grande amor, se tivermos uma infecção? Sim, mas no dia seguinte estaremos mais fracos. A sociedade não pode se entregar, é melhor ter inflação zero e crescimento -5 do que inflação 2 e crescimento 3? É óbvio que existe um "trade-off" nessa escolha. É estudando nos nossos livros que chegaremos a uma solução. Espero que este evento melhore nosso conhecimento. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Agradeço ao Prof. Luís Paulo Rosenberg, dizendo que pode ficar à vontade, considerando seu tempo limitado.

Formularemos perguntas feitas ao Prof. Francisco de Oliveira. Reapresentarei a pergunta de Nilton Ferreira de Queiroz: "O senhor concorda com a afirmação de que a inflação baixa durante os períodos de FHC foi fruto de uma exigência do capital financeiro internacional, que precisava de estabilidade nos preços em todo o mundo para saber rapidamente onde aplicar e onde desaplicar seus recursos financeiros, de sorte que a inflação baixa ocorreu em todo o mundo?".

Pergunta de Vinícius Gontijo e João Lucas, do Centro Universitário UNA: "O Brasil utiliza alta taxa de juros para contrair a demanda e atrair capital externo. Entretanto, gera recessão e desemprego. Qual seria sua sugestão para manter a estabilidade e melhorar o bem-estar social, gerando emprego e crescimento, se não é possível investimento interno por falta de poupança?".

Pergunta de Gilberto Furtado: "A extroversão a que o senhor se refere já não havia ocorrido em 1968, 1969, quando Delfim Neto modificou a taxa de poupança objetivada por Bulhões - aproximadamente 16%, 20% - e a elevou para 25%, para adição de poupança externa, a partir de estudo de Paulo Lyra, criando, com isso, a dependência de capitais externos, que nos levou à crise de 1979, a qual, em última análise, dura até hoje?".

Pergunta de João Lucas e Vinícius Gontijo, do Centro Universitário - UNA: "Com a política estatal privatizada, a sugestão do senhor seria o Banco Central independente?".

Finalmente, pergunta do Gleidson Batista, jornalista da Assembléia: "O senhor disse que os erros da política econômica de FHC não foram capricho nem estupidez nem vontade de fazer o mal. O que foram, então? Incompetência?".

O Sr. Francisco de Oliveira - Quanto à questão do Newton, respondo "não". Não foi exigência do sistema financeiro internacional. Foi opção de política interna do FHC e de seus formuladores, na ilusão de que, como existe uma massa financeira mundial, um capital fictício circulante, que se estima na casa de trilhões de dólares, quebrar-se-ia exatamente a incapacidade de investimento da economia brasileira e das finanças estatais capturando-se recursos do sistema financeiro internacional, onde existe essa circulação de trilhões de dólares. Essa era a essência da estratégia. Evidentemente, pavimentada por um pensamento de que o mundo estava num novo ciclo - portanto, o estatismo, o intervencionismo estatal, já era coisa do passado -, e que, frente à incapacidade financeira do Estado, não convinha manter como estatais as empresas, que, depois, foram privatizadas, porque não havia como expandi-las. Não foi exigência do capital, foi opção interna. É preciso enfatizar isso para não absolvermos a responsabilidade de quem governa, de quem tem autoridade, de quem toma decisões. Ninguém salta de uma dívida interna que, em 1994, estava na casa dos R\$63.000.000.000,00 para uma dívida interna que, em 2002, já se encontrava na casa dos R\$620.000.000.000,00. Foi o que aconteceu. Enquanto a inflação, no período FHC, cresceu de 60 a 70%, a dívida interna multiplicou-se por dez. Não há essa exigência. O que há é o seguinte: você tomou emprestado no sistema financeiro internacional e, agora, tem de saber como vai pagar. Aí vêm as exigências todas. Mas, quanto ao início da explosão da dívida, não se pode dizer que foi uma exigência do capital para ver onde ele lucra mais. É preciso que nos desvinculemos dessa espécie de ufanismo do Conde de Ouro Preto - que era daqui, de Minas - de que o Brasil é a presa do capital internacional.

Isso é ufanismo pelo avesso. Não somos a presa mais cobiçada do capital financeiro internacional. Vai muito mais dinheiro para a China, para a Índia e para todos os outros países do Oriente do que para o Brasil. Fato é que fizemos uma opção interna e agora temos de pagar por ela. Depois, os credores aliam-se ao FMI, somos obrigados a assinar cartas-compromisso pelas quais o Fundo passa a monitorar a nossa economia. Ninguém está disposto a ver o seu dinheiro sumir pelo ralo. Não é que o capital financeiro internacional não tenha nada a ver com a situação do Brasil. Tem, mas não como uma imposição. Há outros centros de crescimento para ganhar dinheiro. Por um equívoco teórico de que há dinheiro circulando no mercado internacional e que o capturamos com taxas de juros altas, escolhemos essa opção. Só que para capturarmos essas altas taxas de juros, é preciso que a economia cresça o dobro para que possamos pagar sem garrotear o nosso processo de crescimento. Isso não ocorreu aqui. A taxa de crescimento média do período do Fernando Henrique não é mais do que 2%. Se descontarmos 1,3% no crescimento da população, teremos um crescimento do PIB "per capita" de 0,7%. Quer dizer, não há milagre.

Quanto à questão formulada pelo Gilberto, realmente ele tem razão: a extroversão começou com Delfim Neto, quando fez a operação da dívida externa, estatizou a dívida externa privada e jogou aquele pacote no colo do Estado brasileiro. Mas não naquelas proporções. Aliás, Delfim não cumpriu compromisso algum. Ele assinou pelo menos dez cartas-compromisso com o FMI e não cumpriu nenhuma delas. A qualidade cínica do gordo é fenomenal. Fazia isso porque as empresas estatais eram boas para tomar recursos no mercado internacional. Ele as usou conscientemente, da forma mais descarada possível; endividou-as até a raiz do cabelo e depois usou esse pretexto para privatizá-las, porque tinham cotação internacional. Um papel da Vale do Rio Doce ou da PETROBRAS tem credibilidade internacional. Depois, transformou-as num passivo e a justificativa era privatizá-las porque não tinham como pagar nem a dívida externa.

Mas o salto exponencial da extroversão foi dado por FHC. Ou seja, tínhamos uma dívida externa que cobrava 4% de juros do seu PIB e o fato de passarmos a ter uma dívida externa que cobra 9%, é outra coisa. A dimensão quantitativa dá outra qualidade a esse processo. A extroversão também é um fenômeno que tem a ver com a dinâmica interna.

Este é um país que não produz sua tecnologia, que não cria seus processos de produção. Toda vez que você quer correr atrás do prejuízo você tem de se ligar à dinâmica do capital externo. E aí é uma eterna corrida contra o prejuízo. Tomemos o caso do celular. Hoje, como se diz, é carne de vaca; todo o mundo tem. Se você lançou a economia nesse roteiro, não tem volta atrás. Aí você é obrigado a fazer um esforço de acumulação que supera sua proposta interna; não tem jeito. Quem, aqui deste Plenário, está disposto a recuar no sistema bancário? Quem está disposto a passar 10 horas em uma fila de Banco? Ninguém; você vai ao caixa eletrônico. Não há volta atrás. Não se pode desfazer todo o sistema que agora gira em torno da tecnologia eletrônica. Você é obrigado a um esforço descomunal para seguir na carreira. Aí a poupança interna é, de fato, insuficiente; você recorre à chamada poupança externa. Só que você paga por essa poupança. Pela interna, você paga quase nada. Quanto se paga pela famosa caderneta de poupança? Quanto se paga convertendo isso pela poupança externa? É uma diferença fundamental. Nossa dinâmica de reprodução do capital está ligada à dinâmica externa. Como o País não tem uma política para contemporizar os prazos dessa dinâmica, ele se dana. O empresário privado quer usar a tecnologia mais moderna. A coisa entra em uma corrida para a qual

um país com nossa capacidade técnica produtiva não tem condições.

Admiro muito o otimismo do Rosenberg. Talvez até por ser consultor tenha de ser otimista. Se você estiver vendendo pessimismo, ninguém compra. É por isso que não sou consultor. Mas, quando você pára para pensar as condições, esse otimismo vai pela janela; não há condições para agüentar o ritmo da acumulação mundial.

Não estamos brincando com um sistema falido; essa é outra ilusão. Estamos frente a um sistema falido que está em crise. O que é isso? Vamos aprender a pensar com rigor. Por isso digo que é uma ciência social, que a economia é muito exigente. É preciso que de vez em quando nasça um Einstein, para dar conta da renovação da ciência econômica, que é muito mais exigente do que qualquer ciência física, porque seus atores se movem, não há eternidade. Quem disse que esse sistema está falido? Esse sistema acaba de lançar uma sonda em direção a Mercúrio. Que sistema falido é esse? O desafio é maior do que qualquer um de nós pode supor. Não estamos entrando em disputa em um sistema falido que está mal das pernas, é uma ilusão. Claro que pode haver crise em um sistema capitalista, sua natureza é sempre crítica. Quando se tenta acompanhar uma corrida dessas, não há capacidade interna de poupança capaz de sustentar. Como os outros países fazem? A China, citada na última pergunta, contemporânea; impulsiona um certo setor da economia e obriga o outro a andar em ritmo mais lento.

Isso tem custos sociais. É verdade que estamos falando das maravilhas da China. Não podemos nos esquecer de que a China ainda é um país 80% rural; não podemos nos esquecer de que a mão-de-obra da China custa US\$25.000.000,00 por mês. Não há quem possa competir com uma massa desse tipo.

O Brasil não faz contemporização, e, assim, a economia entra num ritmo frenético, em que definitivamente não há capacidade de acumulação. Ou metemos isso na cabeça para formular os projetos de futuro, ou vamos nos danar.

A dívida externa diz que nossa capacidade de acumulação é insuficiente para mover a economia. Aí, toma-se emprestado e pagam-se juros. Mas se se acolhem projetos produtivos, a história é outra.

Vale a pena insistir no que diz a economia política clássica: o sistema é de reprodução ampliada. Não há capitalismo que agüente ficar parado. Estiola-se. Então, sempre se lança na frente uma exigência de poupança e de acumulação maior que a do passado. Isso, quando toma forma incontrolável, exige um esforço gigantesco. Um exemplo é o celular. Qual a indústria que produz celular no Brasil? Como se explica que, em cinco anos, o número de celulares multiplicou-se no País? Só importando. Onde está o poder criativo científico e tecnológico no Brasil para dar conta disso? Quais são as universidades que produzem ciência e tecnologia de ponta no Brasil? Os cinco dedos da mão são demais para contá-las. Quais são os centros tecnológicos das empresas privadas? Fora o da PETROBRAS, não há nenhum. Nenhuma empresa privada investe em processo de criação científico-tecnológico com o peso e a exigência da economia brasileira. Não dá para sustentar uma economia que já está em R\$1.300.000.000,00 com as pernas que o Brasil tem, do ponto de vista produtivo, científico e tecnológico. É simplesmente impossível. Tem-se que importar. E, ao se importar, entra-se na corrida frenética que exige o endividamento e a louca trajetória macroeconômica.

Para mim, esse é o problema central. Por isso não atribuo tais questões à má administração econômica e à incompetência. Eu chamaria o Pedro Malan, por exemplo, de incompetente? Só se o Banco Moreira Salles estiver demente. Evidentemente, o Malan não é incompetente. Sabia o que estava fazendo. Apenas escolheu uma opção, a meu ver, teoricamente baseada em equívocos. Não é porque me oponho à sua política que vou aproveitar o auditório para dizer desaforo a seu respeito. Não se trata de incompetência, a não ser que as escolas de economia não sirvam para nada. Malan formou-se em escola de economia da maior qualidade. Em termos de competência, é, a meu ver, dez vezes melhor que o Palocci. Eu, por exemplo, não entraria no consultório do Palocci.

Banco Central independente é uma excrescência. O Banco Central, em todas as sociedades e economias, é uma das instituições mais fechadas, mais antidemocráticas e mais anti-republicanas que existem. O Banco Central não pode ser independente, ele exige uma vigilância constante da cidadania. Lida com a moeda, que é o divisor de classes por excelência; não pode ser independente. Mesmo em economias mais liberais, como a dos Estados Unidos, as decisões do Banco Central passam por sucessivas mediações até formatar-se numa decisão no topo. O Banco Central americano é dividido em vários Bancos regionais. Tem, por exemplo, sucessivas formas de mediar a decisão final. O Banco Central brasileiro, não. Será submetido agora à aprovação do Senado o nome do novo Diretor do Banco Central. Vocês já viram a sabatina feita pelo Senado para nomear um Diretor ou o Presidente do Banco Central? O "Show do Milhão" é mais complexo que a sabatina do Senado ao Presidente do Banco Central. Eu chamaria o Gugu para fazê-la, porque o Senado fica em amenidades.

Essa instituição não pode ser independente. Sinto muito pelos que pensam de modo contrário. Está na hora de a cidadania começar a se organizar e criar seus próprios mecanismos de controle sobre o Banco Central: interrogá-lo, comparecer à sabatina do Senado, abrir espaços, tornar público o conflito. O Banco Central deveria ser uma instituição para a qual não poderiam ser nomeadas duas categorias de pessoas: nem banqueiros nem narcotraficantes. Todo o resto poderia ser Diretor do Banco Central. Ali está o coração da matéria; ele anula as decisões da cidadania. Toda vez que mexe na taxa de juros, parte do orçamento público vai para o espaço. Que adianta, então, votarmos todo dia 3 de outubro?

Essas são questões complexas. Em vez de simplificarmos, dando independência ao Banco Central, ele que se vire. Não é isso, é preciso tornar complexo o processo. A sociedade moderna é altamente complexa, não suporta esquemas reducionistas. Fazemos um contrato com o Banco Central. Quem já viu uma coisa dessas? Uma República faz um contrato com um ente estatal? Confio em quem, na competência do Sr. Meirelles, fazendo dele um anjo, uma figura sem nenhuma mancha de corrupção? Não gosto de discutir política nem economia com esses vieses. Meu problema não é esse. O problema é que o Banco Central toma decisões cruciais que afetam a soberania democrática e republicana. E não sou cidadão nem eleitor para isso. A meu ver, Banco Central independente é uma excrescência.

Os Bancos Centrais nos países mais desenvolvidos não são assim fáceis. Tudo que pensarmos a respeito do desempenho do FED está errado. Mesmo a sociedade liberal impõe severos limites à atuação do seu próprio Banco Central, e o Brasil não tem por que agora achar que faz um contrato com o Banco Central, e acabou.

Reiterando, a questão da administração da política econômica não é capricho nem vontade de fazer o mal, mas consequência de concepções de economia, de sociedade, de mundo. Tudo isso está na política econômica que o Fernando Henrique desenvolveu. Não era por capricho. Há aqui uma massa de dólares circulando no mundo, então vamos agarrá-la, já que há insuficiência de investimento privado brasileiro, de poupança brasileira, uma vez que o descalabro financeiro do Estado levou a essa situação. Vamos tocar para a frente e agarrar dinheiro internacional. E, aí, eleva-se a taxa de juros, colocando-a nas nuvens. Quer dizer, está se operando com conceitos que são anacrônicos. Isso não é o dólar. Não temos capacidade de controlar o movimento do capital internacional, sobretudo se o País se abre.

É muito fácil falar da China. Nem gosto de falar desse país, porque, para mim, lá impera um sistema ditatorial, e não estou disposto a voltar a esse período. Mas se é para falar, na China não há conversibilidade monetária. Quer dizer, os investidores só vão para onde há total conversibilidade monetária, pois são livres para importar e exportar capitais. Como diz Élio Gáspari, na "Folha": "Certo? Não, errado.". A China não tem nenhuma conversibilidade monetária, entretanto é o país que mais atrai capital estrangeiro.

Portanto as coisas não são dedutíveis umas das outras. Nem a Índia, que é o segundo gigante que está crescendo exponencialmente, tem sistema cambial livre. Isso é conversa fiada. Aliás, são poucos os países que o têm, mas todos os países subdesenvolvidos que o tiveram deram

errado.

A Argentina não se afundou pelas razões que o Luís Paulo mencionou. Ao contrário, afundou-se porque seguiu o receituário ao pé da letra, e não porque se instalou perspectiva dos investidores, desconfiança. Ao contrário, a Argentina seguiu ao pé da letra todo o receituário, fez tudo, chegou às portas de dolarizar sua economia, mas foi um desastre. E está saindo do desastre sem acordo com o FMI. O Banco Central argentino tem de conter a avalanche de investidores privados que lá estão chegando. Tudo está ocorrendo ao contrário.

É mais ou menos isso que queria dizer. Muito obrigado, Presidente, pela complacência.

O Sr. Presidente - A sua reflexão ajuda-nos a pensar. Então, é uma alegria, um prazer, uma honra, tê-lo conosco.

Para encerrarmos este painel, conferiremos a cada um dos componentes da Mesa dois minutos para suas considerações finais. Iniciaremos com a Dirlene, que ainda tem de responder a uma pergunta.

De Rafael Godinho, da PUC-Minas: "O fracasso do Plano Real pode ser atribuído à satisfação dos caprichos da elite dominante? Se a resposta for sim, qual seria a saída para a solução do problema, de forma política e democrática? Como mudar a consciência dos governantes a respeito da importância da economia?".

A Sra. Maria Dirlene Trindade Marques - Sou muito sintética. Na realidade, o Prof. Francisco de Oliveira acabou de responder essa pergunta, mostrando que não é nenhum problema de incompetência, mas um projeto, uma opção política que definiu esse rumo. Então acho que não preciso dizer mais nada.

Convido todos vocês para participarem da próxima reunião, pois a Mesa da tarde dará continuação a essa discussão. Apesar da discordância com o Rosenberg, sua contribuição foi a de nos fazer pensar melhor sobre o projeto apresentado por ele, com todas as contradições que ele mesmo mostrou. Ele expôs algumas premissas, mas as contradizia no mesmo instante. Isso possibilita que façamos uma reflexão melhor sobre essa proposta. À tarde, daremos continuação à discussão.

Agradeço ao Presidente da Mesa, Deputado Adelmo Carneiro Leão, que tão bem conduziu esta reunião, com complacência, concedendo-nos o tempo necessário. Obrigada.

O Sr. Ofir Viana Filho - É importante participarmos de um evento como este, principalmente vocês, jovens estudantes. Quando temos oportunidade de ouvir o Prof. Francisco de Oliveira, no meu caso, sinto-me um leitor pobre. Vejo a necessidade cada vez maior de mais leituras. Se vocês pararem, refletirem, tomara que cheguem à mesma conclusão.

Reforço o convite da Profa. Dirlene para que estejamos todos à tarde, quando ouviremos outras idéias para refletirmos. É importante refletirmos sobre esses problemas e tirarmos da indiferença grande parte dos cidadãos que culpam outros organismos pelas falhas existentes. Estejamos todos aqui, à tarde. Obrigada.

O Sr. Carlos Alberto Teixeira de Oliveira - Cumprimento a excelência dos dois conferencistas e também o alto nível do debate. Lamentavelmente, o que será extraído ao final deste trabalho é que o Brasil está desaprendendo o que é crescimento vigoroso. Precisamos sair dessa armadilha, grande obsessão do País de focar apenas um tema econômico, pelo combate à inflação, quando este já não é mais o grande tema do cenário internacional. A resposta está a um palmo na nossa frente: o País se reconciliar quanto antes com o desenvolvimento, principalmente com taxas de crescimento vigorosas e sustentáveis. Creio que o País tem todas as condições para voltar a crescer como no passado.

Na sessão da tarde, teremos oportunidade de discutir mais esse tema. Agradeço o convite dos dois conferencistas e a oportunidade de estarem conosco nesta manhã.

O Sr. Presidente - O Prof. Francisco de Oliveira, no início de sua exposição, referiu-se a um dito mineiro de que a política é como as nuvens, que a cada instante assumem uma forma diferente. Mas quero dizer que essas formas diferentes dependem de fatores físicos e climáticos. Assim, talvez a política brasileira se pareça com as nuvens, mas há fatores que movem essa política, que determinam a forma das nuvens e o "carregamento" de cada uma delas. Mas, como fazem o vento, a temperatura e o calor, temos que mover a política - e quando digo nós não me refiro aos políticos, mas ao povo brasileiro. Ou seja, nós, Nação, temos de fazer com que as nuvens se movam de modo a fertilizar o solo brasileiro, para constituirmos uma estrutura diferente neste País.

Estou convencido de que, se as nuvens constituem os políticos e os governos, sem uma ação consistente do povo não conseguiremos fazer as mudanças que são tão necessárias. Estou convencido de que, para constituirmos o Brasil como uma grande Nação, capaz de enfrentar esses enormes desafios, que são dependentes de interesses internacionais, precisamos constituir principalmente as universidades em um espaço de articulação mais profunda, de conhecimento e de ação, para que as nuvens não se movam aleatoriamente ou apenas dependentes de ventos diferentes daqueles que movem os nossos sonhos.

Considero a presença dos Profs. Francisco e Luís Paulo e dos demais economistas fator muito importante para reforçarmos a nossa convicção de que, tomando decisões mais acertadas e mais compromissadas com este País, é possível enfrentarmos e vencermos esses desafios.

Agradeço demais a sua presença e as suas reflexões. Se Deus quiser, ainda poderemos usufruir ou, pelo menos, testemunhar um pouco dos avanços deste País, que, estou convencido, não dependem só dos governos, que, por mais bem-intencionados que sejam, não são capazes de promover as transformações que são tão urgentes e necessárias para o Brasil. Isso depende de cada um e de todos nós. Agradeço a presença de todos e, mais uma vez, convido-os para a reunião da tarde, quando daremos continuação às nossas reflexões, para que saíamos daqui mais fortalecidos e mais convencidos de que cada um de nós tem um papel nessas mudanças tão necessárias ao País. Agradeço também a presença dos estudantes da UNA e da PUC, que aqui vieram enriquecer este momento.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as reuniões especiais de logo mais, às 14 horas e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

Presidência do Deputado Márcio Kangussu

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Plínio de Arruda Sampaio Júnior - Palavras do Sr. Fabrício Augusto de Oliveira - Palavras do Sr. Valdemar Servilha - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Márcio Kangussu - Rogério Correia - Wanderley Ávila - Weliton Prado.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Márcio Kangussu) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Rogério Correia, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Plínio de Arruda Sampaio Júnior, Professor de Economia da Universidade de Campinas; Fabrício Augusto de Oliveira, Economista e Consultor; e Valdemar Servilha, Professor de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença em Plenário do Presidente do Conselho Regional de Economia, Sr. Ofir Viana Filho; do Professor Emérito da Universidade de São Paulo, Sr. Francisco de Oliveira; do Presidente da Sociedade de Economistas de Minas Gerais, Sr. Carlos Alberto Teixeira de Oliveira; e da Presidente do Sindicato dos Economistas de Minas Gerais, Sra. Maria Dirlene Trindade Marques.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do Ciclo de Debates Dez Anos do Plano Real.

Palavras do Sr. Plínio Arruda Sampaio Júnior

Boa tarde. Começo agradecendo o convite de vir a Minas conversar com os estudantes, com a população, que vieram aqui discutir o Plano Real.

Elogio a iniciativa da Assembléia, pois é a terceira vez que venho discutir temas nacionais e não tenho notícias da mesma iniciativa por parte da Assembléia de São Paulo. É fundamental entender os problemas nacionais para que entendamos os estaduais. Na pessoa da Profa. Dirlene Trindade Marques, agradeço a iniciativa dos economistas mineiros de provocar um debate qualitativo sobre a política econômica. No ano passado, os economistas organizaram o manifesto "Agenda Interditada" para criticar a política econômica. Esse manifesto propõe alternativas qualitativas de política econômica. Para termos uma agenda alternativa é preciso um diagnóstico dos problemas do Brasil e as possíveis soluções.

Qual o ponto de partida desse diagnóstico? Entender o que é o Plano Real e seu impacto sobre os problemas do povo brasileiro. É preciso um critério de avaliação para fazermos seu balanço. O meu será entender o impacto do Plano no desenvolvimento nacional. Isso nos coloca duas preliminares: entender o que é o Plano Real e o que é desenvolvimento nacional. Como entenderei o Plano Real? No mesmo sentido do pensamento do Prof. Chico de Oliveira. Não como um episódio cirúrgico, mas no sentido lato, como um esforço sistemático de integrar o Brasil no processo de globalização dos negócios. Assim, o Plano tem mais de dez anos. Começa em 1990, quando houve uma inflexão radical na política econômica do Governo brasileiro a partir da decisão do Estado de seguir o receituário do Consenso de Washington, liberalizando a economia.

Em 1992, o Plano Real ganhou ímpeto. Após a abertura financeira e a renegociação da dívida externa, o Brasil foi reintegrado ao mercado de crédito internacional. Assim, o Plano se consolidou em 1994, com a estabilização dos preços e a eleição de um Presidente profundamente comprometido com a promoção das chamadas reformas liberais, a fim de que o Estado brasileiro virasse um Estado neoliberal e de que fosse irreversível a decisão de se inserir subalternamente na globalização.

Por fim, para surpresa da maioria da população, o Plano ganhou novo fôlego em 2003, com a decisão do Governo Lula de reciclar o modelo neoliberal, ou seja, de dar uma solução neoliberal para os problemas do modelo neoliberal. Este é meu entendimento do Plano Real: uma decisão de integrar o Brasil na economia mundial de maneira subalterna, obedecendo as dinâmicas do processo de globalização.

O que entenderei por desenvolvimento nacional? O esforço da sociedade brasileira para controlar seu destino. Essa é a discussão do desenvolvimento nacional, ou seja, a discussão da forma como se controla a transformação e se subordina a mudança a uma vontade social coletiva.

Assim, é necessário descobrir o impacto do Plano Real sobre o futuro do Brasil como um projeto civilizatório, como uma sociedade nacional. Começarei por essa preliminar, porque devemos ter um critério de avaliação do Plano Real. Esse tipo de abordagem, o impacto sobre o desenvolvimento nacional, contrasta com as análises convencionais de política econômica, que, sem questionar os fins do modelo e para quem serve o Plano Real, restringem-se a discutir aspectos instrumentais e operacionais da política macroeconômica. Essa é a perspectiva que domina o debate econômico brasileiro e que monopoliza os meios de comunicação. Ela funciona como um círculo de giz que limita o debate a uma discussão da concessão do acerto e do erro na implementação das políticas capazes de garantir a estabilidade dos preços. Como se a estabilidade dos preços fosse um fim em si.

Essa idéia de transformar inflação baixa num fim em si acaba obliterando a possibilidade de pensarmos em modelos alternativos. Dessa forma, o debate fica polarizado entre alternativas binárias, que vão discutir o acerto ou o erro da política econômica, sem discutir a quem serve a política econômica e sem discutir a continuidade ou o colapso do Plano Real, ou mesmo o seu significado mais profundo.

Entre os apologistas do Plano Real e os seus críticos convencionais, há um surpreendente denominador comum, que é a incapacidade de desvendar novos horizontes para a sociedade brasileira. Nesse marco, o debate do Plano Real é o que tem prevalecido. Por isso, quando chega um novo Governo propondo um outro rumo... - na verdade, a sociedade não tem rumo, assim como o Governo. Dessa forma, o debate acabou restringindo as opções da sociedade brasileira a alternativas canhestras - maior ou menor crescimento num marco de crescimento baixo e de alta instabilidade.

Como vimos nessa manhã, o modelo desloca o centro dinâmico da economia brasileira para o comércio internacional. Portanto, essa é uma economia que tem uma dificuldade estrutural de sustentar o dinamismo econômico. Nesse marco, nesse círculo de giz, esse debate é para discutir a maior ou a menor regressividade social; a maior ou menor concentração de renda. No entanto, nem se questiona a segregação social, que é a marca característica da sociedade brasileira; nem mesmo se discute o "apartheid" social. Apenas estamos discutindo se será maior ou menor a concentração de renda, e não a distribuição da renda e da riqueza.

Assim, nesse círculo de giz, estamos apenas discutindo a maior ou a menor dependência externa. Não estamos discutindo a autonomia e a soberania nacional.

Portanto, essa abordagem do Plano Real acaba negando o debate sobre o significado real desse padrão de política da sociedade brasileira.

Para fazermos um debate mais profundo, temos de começar procurando entender qual é o problema da sociedade brasileira. O José Martí, grande intelectual latino-americano, inspirador da revolução cubana, poeta muito importante, diz: "Conocer es resolver", conhecer é resolver. Resolver o quê? O problema. O ponto de partida do conhecimento é o problema. O ponto de partida da nossa discussão sobre o Plano Real tem de ser o problema do Brasil, porque é isso o que estamos discutindo, não o problema da inflação, que é um aspecto. Estamos discutindo o problema do Brasil.

Qual é o problema do Brasil? O Brasil é uma sociedade em formação do seu Estado nacional, em formação das condições que permitem à sociedade controlar o seu destino. No capitalismo, a variável de controle é o Estado nacional, que é uma máquina de poder com dupla funcionalidade: defender a propriedade privada e disciplinar o trabalho, mas também tem a função de defender a burguesia do burguês, o capitalismo do capital. As sociedades nacionais sem um Estado plenamente constituído são incapazes de fazer a sua história, de controlar o seu destino. Portanto, todo o problema brasileiro gira em torno do problema da formação: formação do Brasil contemporâneo, como dizia Caio Prado; formação econômica do Brasil, reflexão do Celso Furtado; revolução burguesa no Brasil, raízes no Brasil. Todos estão discutindo a formação.

Na longa transição do Brasil-colônia de ontem para o Brasil-nação de amanhã, ficamos enclacrados no subdesenvolvimento e na dependência. A burguesia fez o seu Estado, que aí está. Mas o Estado feito pela burguesia não completa o Estado nacional, porque a revolução nacional ficou pela metade, e a revolução democrática nem sequer foi tocada. Esse é o nosso problema: de formação, sempre.

Nessa longa trajetória, quando pensamos no Brasil, vemos um País subdesenvolvido e dependente, com uma casquinha de modernidade. Mas, no fundo, podemos ver o antigo que existe dentro do Brasil, o arcaico que somos. Este nosso País caminha no fio da navalha, entre a nação e a barbárie. Esse é o dilema brasileiro.

O Furtado, ao refletir sobre o problema do subdesenvolvimento, apresenta uma frase muito útil para pensarmos nos problemas do Brasil, problemas de países subdesenvolvidos. Diz: "O subdesenvolvimento, como o deus Jano, tanto olha para frente como para trás, não tem orientação definida. É um impasse histórico que espontaneamente não pode levar senão a alguma forma de catástrofe social". Dessa forma, ele diz tudo. É a riqueza das formulações sintéticas. O deus Jano é o deus que tem um olho na frente e outro atrás. É o deus da transição. Por isso o primeiro mês do ano chama-se janeiro. É o mês da transição.

Temos de saber se o subdesenvolvimento está olhando para frente, para a formação, a consolidação, a afirmação da nação, ou para trás, para a reversão neocolonial, para a barbárie. Esse tem de ser o nosso critério de avaliação do Plano Real. Por quê?

Porque se o deus Jano olha para a frente, ainda que no subdesenvolvimento, com injustiça, com irracionalidades, a Nação caminhará. Porém, se o deus Jano olhar para trás, a contradição entre Nação e subdesenvolvimento virará um antagonismo inconciliável, prevalecendo a Nação ou o subdesenvolvimento.

Devemos pensar o Plano Real nesse marco. Como tenho apenas mais 3 minutos para pensá-lo, terei de ser rápido e direto. Qual é a tese central? Que o Plano Real sancione o processo de reversão neocolonial provocado pelo processo de globalização dos negócios. O que é o Plano Real? Qual o balanço dos dez anos do Plano Real? É um balanço sombrio, bom para quem participou das privatizações, excelente para quem fez negócio na bolsa de valores e no mercado financeiro de maneira geral, mas péssimo para o povo brasileiro.

Como me restam apenas 2 minutos, não explicarei como se chega a esse diagnóstico, para que possamos fazê-lo no debate. É importante entender o que ocorreu durante esses anos, ou seja, flexibilização do trabalho, privatização, liberalização, ajuste fiscal permanente, política monetária austera. É o Brasil se ajustando às exigências da globalização. Esse ajuste, como bem lembrou o Prof. Chico de Oliveira, não é passivo e inocente; não veio de fora para dentro. A dependência está sendo reciclada, e o neocolonialismo, promovido por agentes políticos internos, que têm as suas responsabilidades políticas e históricas com o povo brasileiro. Essa política provoca uma reversão neocolonial porque ela destrói, agride todos os processos sociais construtivos em curso no Brasil; provoca a desestruturação da indústria, uma ruptura nos mecanismos de mobilidade social, que é a crise monumental de desemprego, a desnacionalização da economia, uma crise federativa, em que a guerra fiscal e as políticas ativas de segregação dos movimentos populacionais são apenas o epifenômeno; provoca, ainda, o desmantelamento do Estado e, o que é mais grave, uma crise da identidade nacional.

O Brasil não acredita em si mesmo. Qual era a esperança que venceu o medo? Era a esperança de manter a inflação baixa? Não, era a esperança de colocar o Brasil em novos rumos. Há o medo da retaliação neoliberal, mas vimos o contra-ataque do medo sobre a esperança, e vivemos uma tremenda ilusão.

Esse é um diagnóstico sombrio, que contrasta com outros, alguns dos quais foram apresentados pela manhã, diagnósticos otimistas, de gente conquistadora, que esquece o passado e só pensa nas conquistas futuras. Esse diagnóstico sombrio diz que o Brasil vem de duas décadas de crise profunda e tem pela frente décadas de crises profundas.

As novas gerações terão um País muito complicado. Estarão se perguntando: Em quem eu acredito?

Quero fechar citando o Pe. Antônio Vieira: "Se quereis profetizar os futuros, consultai as entranhas dos homens sacrificados. Consultem-se as entranhas dos que se sacrificaram e dos que se sacrificam, e o que elas disserem, isso se tenha por profecia. Porém consultar as entranhas de quem não se sacrificou nem se sacrificou nem se há de sacrificar é não querer profecias verdadeiras e querer cegar o presente e não acertar o futuro". Esse é o diagnóstico de nossos grandes pensadores. Esse é o diagnóstico a que chega a reflexão de Caio Prado, Florestan Fernandes, Celso Furtado e Chico de Oliveira. É claro que contrasta com o dos leões do mercado financeiro, mas vocês terão que ver, ao longo da história, quem acertou a profecia.

Palavras do Sr. Fabrício Augusto de Oliveira

Boa tarde. Agradeço à Assembléia e ao CORECON o convite para participar deste ciclo de debates. Cumprimento os integrantes da Mesa, Deputado Márcio Kangussu, e meus colegas e amigos de longa data, Plínio e Valdemar, professores.

O Prof. Plínio já fez uma abordagem bem mais ampla do Plano Real, considerando as teorias de desenvolvimento e a problemática do capitalismo dependente, o que facilita bastante o nosso trabalho.

Infelizmente, não pude participar da reunião da manhã, quando várias outras questões foram tratadas pelos Profs. Chico de Oliveira e Rosenberg. Talvez haja aqui alguma repetição.

Esquematizei a apresentação de minha avaliação do Plano Real de forma a focalizar mais os resultados que ele ainda pode de fato oferecer à sociedade. Formulei a seguinte pergunta central: O modelo econômico atual, considerando os custos que tem imposto à sociedade e os custos maiores que continuarão sendo impostos, tem condições e perspectivas para oferecer melhores dias para a sociedade?

Essa pergunta deve nortear minha exposição, e, para respondê-la, cheguei a formular mais seis perguntas, por meio das quais estaria conversando com as questões levantadas. Entretanto, o tempo é curto, e passarei por elas rapidamente, mesmo porque algumas já foram aqui tratadas.

A primeira pergunta é a seguinte: Há o que comemorar em relação ao Plano Real, a suas conquistas e aos benefícios que trouxe para a sociedade? Há pelo menos uma coisa. A primeira, sempre mencionada, é a estabilidade dos preços. De fato, antes da implementação do Plano Real, a economia se defrontava, desde meados da década de 1980, com a ameaça permanente de um processo hiper-inflacionário, com todas as conseqüências que tal processo acarreta ao tecido econômico e social.

A engenharia do Plano Real conseguiu reverter esse processo. Saímos de uma situação, às vésperas do Plano, em que taxas de inflação estavam próximas a 40% ao mês e ingressamos em um cenário com taxas de inflação que podem ser consideradas de nível moderado e não rastejantes.

É inquestionável que essa conquista tenha de ser atribuída ao Plano Real. Há dez anos, estamos passando por esse quadro de estabilidade monetária, que foi uma conquista desse plano.

Parto para a segunda pergunta: Passados dez anos do lançamento do Plano Real, que benefícios essa estabilidade monetária trouxe para a sociedade? Essa pergunta é legítima. Como o Prof. Plínio expôs, a estabilidade não pode ser vista como um fim em si mesma. Na verdade, a estabilidade monetária é uma condição necessária, embora não suficiente para garantir a criação das condições necessárias para que a economia ingresse em um processo de crescimento sustentado, com todos os benefícios que isso acarreta para a sociedade em termos de expansão da renda, de geração de emprego, de melhor distribuição de renda e de avanço tecnológico.

Portanto, é mais que legítimo, na perspectiva de não se considerar a estabilidade monetária como um fim em si mesma, que se faça essa pergunta.

Não é necessário apresentar os dados relativos aos campos econômico, social e financeiro, para mostrar que, de fato, o Plano Real, em todos os sentidos, representou um retrocesso para o País, pois impôs um custo muito alto. Se observarmos o indicador do PIB, notaremos um crescimento médio, ao longo desses dez anos, de 2.2. O PIB "per capita" da economia praticamente não andou; talvez, tenha sofrido uma pequena involução, mas, pelos dados que levantei, o crescimento foi totalmente medíocre. Entre os extremos, foi de apenas 5%.

A taxa de desemprego, que, pela metodologia do SEAD-DIEESE, era de 15% em 1994, já está, há algum tempo, em torno de 20%. Os indicadores sociais são os piores, o setor público praticamente faliu nesse processo, a carga tributária aumentou dez pontos percentuais do PIB tendo em vista os novos compromissos assumidos pelo Governo. E o mais grave é que o endividamento praticamente dobrou nesse período, saltando de 30% para 60%. Tirando a estabilidade do preço, não podemos, passados 10 anos, considerar que essa estabilidade tenha se traduzido em benefícios para a sociedade. Pelo contrário, ela impôs um custo muito alto.

Rapidamente passo à terceira pergunta: Por que se chegou a essa situação? Pela arquitetura do modelo. Temos de considerar o modelo desde a sua implementação, em 1994, como duas etapas. A primeira vai de 1994 a 1998, e a segunda se inicia em final de 1998, início de 1999, com a mudança da arquitetura do plano, prolongando-se até nossos dias. Infelizmente, o Governo Lula não alterou as peças, mas deu continuidade a esse modelo, radicalizando.

Na primeira fase, a arquitetura do plano esteve assentada em três peças. A primeira foi, inicialmente, um câmbio fixo, com uma paridade limite de até U\$1,00 por R\$1,00. O real não poderia valer menos que o dólar, poderia valer mais. Mas depois, em 1995, a peça foi abandonada. A segunda peça, pelo fato de não se ter construído a âncora fiscal, consistiu no trabalho com uma política de elevadas taxas de juros para manter a atração de capitais externos e controlar o crédito da economia. E a terceira consistiu numa rápida abertura comercial no processo de inserção nessa nova ordem globalizada.

As conseqüências desse modelo, com a precessão do câmbio, elevadas taxas de juros, conduziram o País rapidamente para um grande processo de endividamento. A dívida pública, com proporção do PIB, saltou, de 1994 para 1998, de 30% para 43%, o que despertou uma grande desconfiança dos agentes econômicos, internos e externos, sobre a capacidade de solvência do Estado.

Em 1998, o País quebrou, e tive de recorrer ao FMI para dar continuidade ao plano. A dívida passou a exigir, num segundo momento, uma mudança do modelo para garantir que ela não crescesse de forma descontrolada. As peças do modelo foram alteradas. Adotou-se um modelo com câmbio flutuante, abandonando-se o câmbio fixo, com ampla mobilidade de capitais. Uma segunda peça desse modelo foi o regime de metas de inflação, que substituiu a âncora cambial que predominou na fase anterior. A terceira peça do Plano consistiu na geração de superávits primários elevados e crescentes para impedir o crescimento descontrolado da dívida. Esse novo modelo implicou para o País a renúncia ao crescimento econômico, que é a fase mais dolorosa que estamos vivendo. A economia foi almejada a partir dessa segunda etapa. Esse é o modelo que tem tido continuidade no atual Governo.

Minha pergunta: "esse modelo é sustentável? Ele tem condições de resolver os problemas da economia e com isso remover os obstáculos para o crescimento econômico de forma auto-sustentável?". A resposta é não, por algumas razões. Primeiro, porque todo esforço que tem sido feito pelo Governo tem sido insuficiente para reduzir a dívida a tamanhos toleráveis pelos credores internacionais.

A dívida, como havia apontado, saltou de 30% para 64% ao ano em pouco tempo, e hoje foi reduzida para 56%. Mas o esforço que tem sido feito para pagar a dívida por intermédio da geração de superávits primários tem sido insuficiente para impedir seu crescimento. Trabalhamos com um déficit nominal do setor público que oscila entre 8%, 9% e 10% do PIB e geramos superávits primários equivalentes, no último ano a 4,3%.

O que não é pago é integrado no estoque da dívida. Então, ela tem mecanismo de auto-alimentação e progressividade. E tudo isso apesar de todo o sacrifício e esforço que está sendo feito pela sociedade brasileira para impedir o seu crescimento descontrolado. A situação é insustentável, porque já não há espaço para novos ajustes. Pode ser até que se consiga, mas já não há espaço.

A carga tributária brasileira já foi elevada a níveis intoleráveis, asfixiantes para a atividade produtiva e para a sociedade brasileira. Para garantir o superávit primário, chegamos a uma carga tributária, no ano passado, em torno de 36%. As projeções do IBPT, para este ano, são para uma carga de 38%.

Nessa progressão, pode até ocorrer um processo de desobediência fiscal na sociedade, como já se tem observado em algumas questões tributárias.

O patrimônio público, por meio do processo de privatização, já foi praticamente liquidado. Restam algumas poucas atividades que não foram privatizadas, como a PETROBRAS, a geração de energia, o Banco do Brasil, que são extremamente delicadas. Então, R\$100.000.000.000,00 do patrimônio público foram "torrados" para o abatimento da dívida, no entanto, não conseguiram impedir que ela atingisse esses níveis.

O ajuste pelo lado do gasto do orçamento está nos seus limites. O Governo não tem espaço para cortar mais despesas, porque as chamadas despesas discricionárias, que permitiram ser cortadas, dado o seu enrijecimento, estão reduzidas, no orçamento federal e também nos Governos Estaduais, a menos de 10%. Boa parte desses recursos que estão livres supostamente é destinada ao funcionamento da máquina pública. Portanto, em virtude da Constituição, das normas que protegem determinadas despesas e dos juros, que se tornaram sagrados no orçamento, não há espaço para corte de gastos.

A opção que se tem colocado atualmente é explorar a PPP, parceira público-privada, em vista de já não ser possível endividar-se nem aumentar-se carga. Na situação institucional atual, não é possível reduzir gastos num montante necessário para continuar um ajuste que se tem traduzido em prejuízos grandes para a economia e para a sociedade. Então, surge a PPP como medida salvadora, mas se trata de uma opção que levará a mais endividamento, a mais enrijecimento do orçamento, porque o pagamento dos compromissos assumidos terá de ser priorizado em relação a determinados gastos. Então, não é uma opção muito favorável.

Todo esse esforço permite o desenvolvimento econômico? Não, por algumas razões. O crescimento, de forma sustentada, diz que qualquer ensaio ou surto de crescimento, por pequenos que sejam, esbarram em vários problemas. Um deles são os compromissos assumidos pela política econômica nas metas de taxas de inflação e geração de superávit primário. Qualquer desvio dessas metas força o aborto do crescimento.

Um outro ponto é que o crescimento esbarra em restrições externas fortíssimas dada a alta vulnerabilidade da economia brasileira. Ele termina, portanto, quando essas restrições se acentuam.

Um outro ponto diz respeito aos limites da infra-estrutura econômica, aos gargalos estruturais da economia brasileira, porque o setor público não dispõe de mais recursos para investir nesses setores.

Portanto, temos apagão das estradas e da energia. Qualquer crescimento mais forte acentua esses gargalos e impede a sua continuidade.

Qualquer tentativa de crescimento bate na capacidade de oferta do setor privado, que há tempos não investe. Estamos com uma taxa de investimento global da economia - não discutirei sua qualidade - em torno de 18%, desde 1995. Em 1994, chegou a 21,5%; ninguém investe. Não há perspectivas favoráveis nem confiança do empresariado para investir.

Então, o surto de crescimento, que muitos economistas do mercado estão analisando com otimismo, já está batendo em todos os tetos: capacidade de oferta do setor privado e insuficiência da infra-estrutura. Ele já está pressionando os preços. A política de câmbio está sinalizando que pode elevar as taxas de juros. Portanto, esse pequeno crescimento pode ser abortado.

Nessa perspectiva, trata-se de um modelo insustentável, que não resolve os problemas da sociedade brasileira nem sinaliza que dias melhores virão. Por quê? Porque não resolve o problema, já que a dívida possui determinantes de crescimento que não estão sob controle da política econômica, mas sim do mercado internacional, do cenário nacional, via câmbio, dos especuladores internacionais, da taxa de inflação, dos preços e dos juros, que não estão totalmente sob o controle da política econômica.

A política econômica abdicou de sua autonomia de manejar os instrumentos econômicos, para garantir as metas acertadas nos compromissos com o capital financeiro e com o FMI.

O modelo não abre espaços para o desenvolvimento econômico. As forças do anticrescimento são fortes, barram um crescimento econômico auto-sustentável. Claro que pequenos surtos de crescimento teremos. O que fazer? Na verdade, talvez o Prof. Valdemar retome essa questão, mas temos de buscar outra alternativa de modelo econômico, com outras peças e com um "mix" de instrumentos de política econômica voltados para o crescimento auto-sustentável. Obrigado.

Palavras do Sr. Valdemar Servilha

Primeiramente, cumprimento o Deputado Márcio Kangussu, Presidente desta Mesa, e os meus dois antigos colegas, como disse o Fabrício, não tão velhos assim, Fabrício e Plínio. O Fabrício não merecia meu cumprimento, pois o que ele não quis discutir passou para mim, falando que eu discutiria o assunto. Brincadeira! Cumprimento também esta Casa pela iniciativa, em nome de seu funcionário, meu amigo, jornalista Jurandir.

Agradeço a Assembléia por promover este evento, assim como os economistas, que hoje comemoram 52 anos de existência, em nome dos nossos Presidentes do conselho, da sociedade e do Sindicato dos Economistas, presentes neste evento.

Na verdade, não farei uma discussão tão aberta e ampla, como fez, pela manhã, o Prof. Chico de Oliveira, nosso grande mestre. Talvez não entrarei nessa discussão.

Hoje, acho que hoje o Plínio caminha um pouco mais. Na verdade, que plano é esse? A quem serve tudo isso? Essa é a discussão que o Plínio faz aqui, é sua contribuição. Mas há também outra discussão que traz um detalhamento das perguntas, como fez o Fabrício.

Aproveito a oportunidade para fazer um ajuste comigo mesmo. Concordo com o Plínio, isso veio desde 1990. Há dez anos, tão logo o Plano Real tomou forma, em 1994, inicialmente com a URV, em janeiro, e, posteriormente, em 1º de julho, quando se transformou em real, abandonando a moeda antiga, o cruzeiro, eu já tinha certa dose de indignação.

Somos professores, e aproveito para lembrar que não basta ser professor, é preciso ser educador. Quem me conhece - há aqui alguns ex-alunos e colegas meus - sabe que eu carrego comigo certa dose de indignação com relação à realidade, à sociedade e aos fatos presentes. Naquele momento, não foi diferente: escrevia um artigo tentando fazer um acerto de contas. Para tanto, nem pensei no Sermão do Pe. Vieira que você leu aqui, Plínio. Na verdade, eu tentava ver o que acontece do outro lado, e isso era muito interessante.

Na febre da aceitação generalizada que o Plano Real gerou dentro da sociedade - não chegou aos fiscais do Sarney, de 1986, mas chegou a algo próximo, bem mais adiante -, escrevi um artigo chamado "O Brasil do real e o Brasil real. Meu objetivo era mostrar: olha, existe o Brasil do real, que é o que estão tentando vender-nos; e há o Brasil real, que será aquele do custo, da conta que teremos de pagar.

Agora, é importante fazer um ajuste para saber se, há dez anos, estive mais próximo do Vieira ou se abandonei completamente essa visão, e vou tentar caminhar um pouco dentro dessa morte para pensar sobre se sabemos fazer algo a não ser ficar perplexos. Imagino que todos nós estamos um pouco perplexos com relação ao Plano Real. Podemos conversar sobre algo. Não é demérito se, em determinado momento, dissermos: não temos a fórmula. Até porque estamos cansados de mágica. Devemos partir do princípio de que mágica não dá certo. Mais uma vez, a história nos deu uma lição. Já tínhamos aprendido com o milagre econômico que crescer era fácil, o problema era pagar o custo do crescimento. Com o Plano Real, acabamos aprendendo que cortar a inflação é tão fácil quanto crescer, o problema é pagar o custo político, econômico e social desse corte, que é o que está acontecendo hoje.

Entendo que, no momento em que começava o processo de implantação, tentaram-nos vender isso. O Fabrício se lembra muito bem: cortou-se a inflação, introduziu-se a idéia de como o Brasil é "expert". O Brasil já havia criado muitas vezes; o Brasil criou correção monetária, deu lições ao mundo de que é possível ser criativo. Naquele momento, em 1994, também o foi, criando as duas moedas. De que maneira saiu do dilema do processo da indexação? Fazendo todo o processo de indexação. Talvez seja o único país que tenha aprendido no processo hiperinflacionário, como ocorreu com o processo de hiperinflação na década de 20, em 1923, na Alemanha, que tinha aprendido o que é um processo de indexação total, arrebentando a economia alemã com o marco e colocando a outra moeda internacional como única âncora possível naquele momento. Mas o custo social foi muito grande.

O que fez o Brasil? Conviveu com duas moedas, quebrando uma, ou seja, deixando uma correr com a inflação e a outra não. Com isso, quebra a memória inflacionária, por meio da manutenção dos preços relativos. Após a total indexação, acaba-se com o cruzeiro, transforma-se a URV em real, pegando a unidade, tirando os valores, deixando somente o R de URV, ficando só com o real, que era a parte intermediária. Houve um enorme apelo da sociedade, porque era um nome importante, o real, inclusive com participação histórica.

Com base nisso, quebra-se a memória inflacionária. Eliminava-se um problema. Estabelece, como lembrou bem o Sr. Fabrício, duas âncoras. Chamarei de duas âncoras. Ele pensou em três. Chamarei uma de externa, pensando as duas que o senhor pensou, do ponto de vista externo; e uma, a variável, a âncora interna.

Estabelece-se uma taxa de câmbio, ajudado por aquilo que ele chamou de redução das tarifas de importação, e coloca-se junto a sobrevalorização do câmbio, o que altera tudo, completamente, passando a haver uma mudança na relação de trocas. Acompanhando isso, tem-se um barateamento dos bens importados e um encarecimento dos produtos, dos bens exportáveis e, conseqüentemente, nesse processo, caminharíamos para um problema sério na balança de pagamentos. Como se resolve isso e, ao mesmo tempo, como isso teria de ser coadjuvado? Coadjuvado pela taxa de juros interna.

Todos falaram, naquela época, que a taxa de juros interna tinha uma função importante de atuação como contenção da demanda interna, como prêmio pelo não-consumo. Eu diria que a importância maior foi o que não foi alardeado naquele momento. A taxa de juros interna era para manter o diferencial entre a taxa interna e a internacional, para servir de atrativo ao capital internacional que teria de afluir ao País, ao Brasil, e não migrar em seu retorno para o capital internacional, para a esfera internacional, como forma de garantir o déficit no balanço de transações correntes, o que era iminente.

Alguém falava que foi ingenuidade. Não, o Governo sabia disso naquele momento. Conhecemos todas as pessoas que lá estavam no poder. Nenhum deles era ingênuo, incompetente ou muito irresponsável, desse ponto de vista. Acreditavam que essa era uma saída e, logicamente, tinham de acreditar nos bons ventos do mercado internacional.

Essa âncora que aguçava essa concorrência funcionava como mecanismo de freio dos preços do México, e é aí que vem a história. Como bem lembrou o Sr. Plínio, vem toda a história da auto-suficiência do plano. O plano se bastava. Ele era auto-suficiente. Da auto-suficiência para a arrogância foi um passo. Tínhamos, então, o Imperador D. Fernando. Aliás, D. Fernando II, porque D. Fernando I foi aquele que tiramos do Governo pelo "impeachment". Tivemos um segundo imperador nesse processo.

Mas era lógico, desse passo para a arrogância era um caminho. A grande questão é que, nesse processo todo, essa era a fórmula mais ou menos imaginada, e foi mais ou menos assim que começou tudo e que veio o processo do plano, sem ingenuidade nenhuma. Penso que sabiam o que estavam fazendo.

Um segundo aspecto. Esse era o Brasil do real que eles alardeavam. Mas e o Brasil real? O Brasil real vinha com queda no crescimento, porque se cortavam as exportações, se freava o mercado interno, se aumentava a participação. Só para terem uma idéia, em 1990, 89% do maquinário e equipamento para investimento no Brasil era nacional. Em 1997, apenas 59%. E fomos decrescendo nesse processo. Ou seja, internacionalizamos o processo, não de geração de tecnologia, mas de incorporação da tecnologia do parque produtivo nacional.

Esse era o processo. Houve aumento do desemprego, a partir do segundo semestre de 1995, depois daquele espasmo inicial. Como se deu o crescimento? A economia não cresceu nesse período? Cresceu não por meio da produtividade da mão-de-obra, que cresceu apenas 0,3% ao ano, na década de 80. Na década de 90, entre 91 e 97, passa-se a crescer 8,7% ao ano. Portanto, convive-se com o pior dos mundos. Baixa taxa de crescimento, e - o que é pior - essa baixa taxa de crescimento não é incorporada do ponto de vista do emprego, e marginalizado. Tem-se um mundo onde começamos a construir esta coisa extremamente complicada que herdamos. Esse era o Brasil real.

Por outro lado, este Brasil real herdava também, do ponto de vista externo, o crescimento da dívida externa. Em 1994, a dívida era de

US\$148.000.000.000,00, e, em 1998, de US\$243.000.000.000,00.

Com isso, o Brasil tinha de elevar a taxa de juros, não só para frear o consumo interno, mas também para servir de atrativo para o capital internacional. Isso trouxe o aumento da dívida interna por meio da emissão de novos títulos, até para esterilizar essa moeda internacional que tinha de entrar quando se adotava uma política monetarista, e, por outro lado, decorrente da própria rotatividade da dívida pública, que começava a crescer dentro desse processo. Ela gerava mais emissão, e com isso a dívida interna aumentava.

Em 1994, a dívida interna era de R\$69.000.000.000,00 e saltou, em 1998, para R\$343.000.000.000,00. No primeiro mandato de D. Fernando I, tivemos um crescimento da dívida superior a 400%, mas a sociedade ficou calada. Desde o primeiro momento, fiquei perplexo. A sensação que tive foi a do indivíduo que, como aquele boi que vai para o matadouro e não tem como sair daquele corredor polonês, vai indo para o matadouro desta sociedade brasileira.

Daí veio o déficit público crescente: de 1,3% do PIB de superávit, em 1994, subimos para 4,3%, em 1997. Criou-se a fórmula da saída do nominal para o operacional. O FMI, para aceitar o nosso acordo, teve de criar uma nova fórmula de medição do déficit público. Não fomos tão pouco importantes do ponto de vista da articulação internacional, inclusive da questão levantada aqui do Consenso de Washington. Fomos também importantes dentro dessa história.

Aí vieram as grandes questões. Do ponto de vista das contradições do Brasil real, estávamos com um barril de pólvora instalado aqui. Desemprego, violência, miséria, estagnação e dívida. Nossa única dúvida era quanto ao tamanho do pavio que já estava aceso. O que o Governo fez? Em 1998, fiquei perplexo quando vi no jornal a declaração de um líder empresarial paulista importante, que depois virou Deputado, o qual propôs ao conjunto dos trabalhadores uma greve geral em favor do emprego, das reformas e do crescimento. Vejam a que ponto chegamos: um grande Presidente de uma instituição paulista fazer isso.

O Governo mudou sua preocupação para as contas externas. Como lembrou o Fabrício, introduziu a livre flutuação do câmbio, mas a saída foi parcial. Manteve a segunda âncora da taxa de juros e a aprofundou. Tirou a taxa de câmbio como âncora, mas a substituiu por outra âncora. Agora a estabilização de preços deve ser feita pela política monetária. Mas antes, não, era a atração do capital estrangeiro. Essa âncora era para a sociedade e o capital financeiro acreditarem.

Foi feita a âncora do ajuste fiscal com a fórmula do superávit primário, que era de 0% do PIB em 1999 e chegou a 3,25%, já em 2000. O superávit fiscal deveria compensar o elevado custo da dívida pública. Essa era a solução arquitetada pelo Plano Real. O Governo nem esperou a publicação oficial do resultado das eleições para fazer mudanças.

Naquele momento, passamos a viver um novo Brasil real extremamente complicado, porque a alternativa era conseguirmos acreditar que o plano era, única e exclusivamente, de estabilização ou que, na verdade, poderia fazer toda a solução neoliberal através da crença do liberalismo total, com a liberdade dos agentes econômicos do mercado. Não é nem uma coisa nem outra.

Acreditar que um plano de estabilização possa cumprir o papel de um plano de desenvolvimento, conforme dito pelo Plínio, é miopia ou ingenuidade. Ainda mais o Plano Real, que é umbilicalmente atrelado a um projeto neoliberal. É uma ilusão acreditar que seja uma solução. Por outro lado, temos dez anos de política econômica de curto prazo desvinculada de um projeto de desenvolvimento. Não basta controlar a inflação e o déficit público para o gigante adormecido começar a crescer. O livre jogo das forças de mercado não promoverá o crescimento.

Vi isso apenas na Revolução Industrial inglesa. No arremedo da história, na repetição, os europeus tiveram que ser ajudados pela recuperação americana do pós-guerra; em todos os demais casos, seja na Alemanha, no Japão ou nas recentes experiências asiáticas, houve uma articulação entre a sociedade e o capital e entre o capital nacional e o internacional - todas mediadas pela presença do Estado, que sempre cumpriu esse papel.

Como o Estado brasileiro mediará sem capacidade de atuar como agente de investimento? É o grande captador interno para fazer face ao serviço das dívidas interna e externa. Hoje de manhã, alguns disseram que qualquer crescimento acima de 5%, em um ano, ou de 3%, persistente, esbarra nos problemas externos e na articulação entre o investimento produtivo público e o privado. Esse é o problema.

Portanto, o Estado brasileiro precisa definir rapidamente uma política tecnológica industrial e produtiva e novas políticas de crédito para o setor produtivo e de comércio exterior, para que não seja a recuperação do pré-29, como lembrava a sua discussão na questão anterior. Temos, ainda, que saber o espaço para ação dos capitais privados nacionais e internacionais, a articulação com o investimento público e desarmar a armadilha fiscal sem cair na história pura e simples da carga tributária.

O Fabrício lembrou que a carga tributária aumentou cerca de 9%. Coincidentemente, é justamente o que significam nossos juros em relação ao PIB. Será que é por acaso? Temos que sair dessa armadilha. O Estado não pode mais continuar cuidando, e mal, dos gastos correntes e do serviço da dívida nem abandonar o investimento.

Fabrício, tenho visto apresentarem três alternativas. A primeira é cortar os gastos correntes e os investimentos. Que investimentos cortaremos? Que gastos correntes? Como comprimir saúde, educação, alimentação, entre outros, frente à situação de miséria que vivemos? Estamos no osso. Segundo, dar o calote na dívida. Não sei se alguém pensaria nisso. Terceiro, baixar os juros drasticamente e anular o perfil da dívida. Como fazer isso sem a atuação do Estado como mediador? Sem o respaldo da sociedade e a legitimidade necessária para fazê-lo perante o capital? A sociedade deve fazer essa escolha, e seus representantes devem executá-la. Não adianta permanecermos lamentando a herança maldita que recebemos e dar seqüência a ela.

Prefiro a expressão do nosso mestre Chico de Oliveira, que falou, pela manhã, em desatar o nó-de-marinheiro. Temos de desatar esse nó percorrendo alguma trilha para que possamos avançar mais.

O meu tempo está-se esgotando. Não fui muito além das questões levantadas por você, Fabrício, mas agradeço a paciência de todos por terem me ouvido. Talvez tenha repetido aquilo que os dois expositores falaram de maneira mais própria.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Informamos que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem e sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

O Sr. Ofir Viana Filho - Sr. Presidente da Mesa, Deputado Márcio Kangussu, Profs. Plínio, Fabrício e Valdemar, saúdo todos que aqui compareceram para abrilhantar este evento. Vieram com idéias apropriadas, trazendo esclarecimentos e mostrando como é importante que a sociedade participe da transformação deste País, por intermédio de pessoas jovens como vocês.

A Casa do Economista, por meio de suas entidades representativas, o Conselho Regional de Economia, o Sindicato dos Economistas e a Sociedade dos Economistas, com esta Assembléia Legislativa, entenderam por bem convocá-los. E a platéia está presente para, num momento de reflexão, entender todo este processo de política econômica que estamos atravessando.

O nosso desejo é que o cidadão não fique igual àquele indivíduo que pulou do 12º andar, e, ao passar pelo 6º andar, alguém lhe perguntou: "Como está?". E ele, sorrindo, feliz, respondeu: "Até aqui, tudo bem". Para que esse "tudo bem" seja refletido e discutido com a sociedade e para que ela participe do resultado final, a Casa do Economista, junto com esta Casa, promoveu este encontro.

O nosso agradecimento aos expositores, ao Deputado Márcio Kangussu, em cuja pessoa agradecemos e cumprimentamos todos os demais Deputados, e aos que aqui compareceram. Que não permitam que a indiferença e a negligência sejam mais fortes que o raciocínio e a meditação por que estamos passando.

O Sr. Presidente - Obrigado, Sr. Ofir Viana Filho, Presidente do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais e parceiro da Assembléia neste ciclo de debates. Pergunta dirigida ao Prof. Plínio pelo Sr. Érico Andrade Grossi, do Sindicato dos Economistas: "Em relação ao modelo econômico neoliberal proposto para a sociedade brasileira, gostaria que o senhor comentasse o seguinte antagonismo: se a participação do Estado na economia está se reduzindo por meio das privatizações e das PPPs, por que a carga tributária tem aumentado ao longo destes dez anos de Plano Real? Como compatibilizar eficiência de mercado com aumento da carga tributária?".

O Sr. Plínio de Arruda Sampaio Júnior - Por que a carga tributária aumentou? Basicamente para pagar juros. O tamanho do superávit fiscal, de 4,25%, é mais ou menos o aumento da carga tributária durante o período pós-94, ou seja, estamos pagando tributo para transferir recursos aos banqueiros. Darei um número para os senhores terem uma idéia do que significa essa sangria financeira. Se contabilizarmos todos os gastos do Governo Federal, não importando a origem do recurso - se recurso fiscal financiado por expansão monetária ou por dívida -, constataremos que 57% desse total se destina a amortizações e juros da dívida. São, portanto, despesas financeiras. Aí começa o orçamento. Não teremos crescimento sustentável, porque o eixo dinâmico da economia não é mais o mercado interno. O que é uma política keynesiana? É se endividar para poder fazer aumento de demanda agregada. Toda a nossa capacidade de endividamento é gasta com a rolagem da dívida. Como isso ainda não é suficiente, temos de gerar um superávit fiscal para pagar parte dos juros com dinheiro bom, ou seja, dinheiro de origem fiscal, que não gera novas dívidas. Essa é a resposta.

A segunda questão: como compatibilizar carga tributária com eficiência econômica? É impossível. Mais importante ainda é que, antes da eficiência econômica, temos de enfrentar os problemas sociais. E as pessoas precisam estar bem esclarecidas quanto ao fato de que o Brasil só tem competitividade em setores de baixo grau de incorporação tecnológica, ou seja, o Brasil está virando uma nova economia primário-exportadora. Há um "boom" de exportação. O Ministro chega a falar em milagre verde, mas pensem bem na história do Brasil: o nosso País sempre foi um sucesso de exportação. Primeiro foi a cana, depois o ouro, passando também pelo café, borracha, algodão, cacau. Agora estamos novamente no agronegócio. Não temos capacidade de competir com o exterior nos setores nobres, mesmo que a carga tributária diminua. E ela deve diminuir, porque é regressiva e constitui um ônus desnecessário, imposto sobre a sociedade para honrar dívidas.

O Sr. Presidente - Pergunta de Daniel, da PUC-Minas, dirigida ao Prof. Fabrício: "O senhor concorda que o Plano Real conseguiu estabilizar a economia? Porém falta confiança no Brasil, principalmente quanto à fiscalização, visto que tanto a reforma agrária quanto a tributária não se fizeram de forma satisfatória".

O Sr. Fabrício Augusto de Oliveira - A estabilidade não é duradoura, ou seja, não está assegurada pelos fundamentos da economia. A estabilidade foi obtida às custas de um grande endividamento do Estado e da renúncia ao crescimento. Portanto, qualquer abandono desse compromisso poderá fazer com que retorne a instabilidade. A estabilidade não é suficiente para garantir o crescimento. O Plano Real, que era um programa de estabilização, não estabeleceu uma ponte para o futuro, o que era uma condição necessária.

Pode ser que tenha havido confiança no início do plano, mas ela deixou de existir. Um Estado que apresenta um nível de endividamento de 60%, farol para os credores internacionais e credores internos, coloca-se em situação de insolvência. Isso não desperta confiança. Um Estado que não tem capacidade de investir em infra-estrutura econômica, de reduzir o custo-país e de garantir o crescimento industrial não tem condições de enfrentar os gargalos estruturais, ou seja, a insuficiência de infra-estrutura, esbarrando em portos, estradas, energia e assim por diante. A confiança não está presente.

Todas essas limitações dificultam a realização das reformas. O Estado não dispõe de recursos suficientes para realizar reforma agrária, uma vez que boa parcela do orçamento está comprometida com o pagamento dos juros. Não se pode realizar reforma tributária, pois uma reforma tributária decente implica perda de recursos. O sistema teria de ser modernizado, eliminando-se cobranças em cascata, que depõem contra a competitividade e a reorganização do sistema federativo. Com isso, o Governo Federal perderia recursos, o que limita a realização da reforma tributária, aumentando a desconfiância dos agentes econômicos em relação à capacidade de o Estado resolver os problemas de forma a obter-se crescimento auto-sustentado.

O Sr. Presidente - Pergunta de Vinícius Gontijo e João Lucas, do Centro Universitário UNA, dirigida ao Prof. Valdemar: "Uma vez que o senhor não considera a estabilização essencial para o crescimento, o que o senhor diz sobre o efeito de concentração de renda causado pela inflação?".

O Sr. Valdemar Servilha - Em nome do Fabrício e do Plínio, agradeço por você nos ter chamado de jovens. Pela forma como a pergunta está feita, dá a impressão de que fiz apologia da inflação. Se passei essa impressão, provavelmente me expressei mal. Essa não foi a idéia do meu pronunciamento.

Não sou contra o combate à inflação nem contra o processo de estabilização, mas contra a forma como isso foi feito, ou seja, a escolha realizada para elaborar, para criar esse processo antiinflacionário, a busca da estabilização. Portanto, estava criticando o alto custo do processo de estabilização que promovemos na economia brasileira.

Longe de mim defender a inflação. Na verdade, a história sempre nos ensinou, ao longo do tempo, que, em momentos de liberalização maior, há crescimento, ou seja, é muito mais fácil crescer quando há o mínimo de inflação, desde que sob certo controle. Assim diziam os trabalhistas ingleses do pós-guerra, com o "stop and go", e assim eram todas as economias ocidentais desenvolvidas nessa política, principalmente as do pós-Segunda Guerra Mundial, como as da Alemanha, da Itália, etc.

Não quero a estabilidade de per si. Não quero a estabilidade de Franco, na Espanha, nem a de Salazar, em Portugal. Esses dois países tiveram estabilidade ao longo do tempo, mas para nada construir. A estabilidade não quer dizer nada.

A outra questão que se coloca na pergunta é a da distribuição de renda. Não nego terminantemente que essa distribuição, por meio de um imposto inflacionário, possa ser danosa à sociedade. Com o comprometimento da renda e do poder de compra do assalariado, pode ser problemática. Não há dúvida de que se pode postergar o reajuste e jogá-lo para a frente.

Entretanto, não podemos negar que qualquer outra política inflacionária pode não ter esse requisito e ainda assim ser concentradora. Tirando o processo de distribuição de renda gerado no imediato pós-94, de lá para cá, só concentramos a renda.

Lanço o desafio de me mostrarem que a estabilidade está chegando ao bolso do trabalhador, pois, na verdade, está chegando ao bolso do rendimento financeiro. O Plínio colocou que está indo para o banqueiro, mas acredito que está indo também para todos os detentores do capital privado que aplicam no setor financeiro. O Banco não é o único ganhador. Não há aquela situação maquiavélica contra o Banco. A renda financeira está sendo maior. Por isso, há um prêmio pelo não-consumo. Ninguém investe nem migra, já que há o rendimento fácil do outro lado.

O Sr. Presidente - Adriano Miglio dirige uma pergunta ao Prof. Plínio: "Como recuperar o emprego? Quais as reformas essenciais para promover o desenvolvimento?"

O Sr. Plínio de Arruda Sampaio Júnior - A situação nos é posta da seguinte forma: a inflação concentra renda. Portanto, deduz-se que este modelo não a concentra. Porém isso não é verdade. Vocês prepararam muito bem esse caderno, e, na pág. 16, pode-se constatar que, na divisão da renda entre capital e trabalho, houve uma brutal elevação da renda do capital, em detrimento da renda do trabalho.

Há várias maneiras de medirmos a distribuição de renda, e, na maioria delas, o Plano Real revelou-se altamente concentrador de renda, em parte pelo problema do desemprego. Como resolvê-lo? Não basta crescer. Escutamos o dia inteiro que "se crescer, resolve", mas isso não basta. O modelo é ruim quando se cresce, e é pior se não faz crescer. Ficáramos menos mal se ele fizesse crescer, porém ele não resolve o problema do desemprego.

Temos hoje, aproximadamente, 40% da força de trabalho desempregada ou no subemprego. Para resolver esse problema, precisamos fazer uma mudança profunda no modelo econômico como um todo.

Qual é o eixo disso? Primeiramente, seria integrar quem não tem emprego. Temos de realizar a reforma agrária para conter as pessoas no campo, impedindo que venham para a cidade. Tem de haver uma política em que o Estado gere emprego, pois ele é um dos principais geradores. Tem de haver uma política de pleno emprego e um modelo econômico que o priorize. Uma das maneiras de gerar emprego é socializar os existentes, reduzindo a jornada de trabalho, apesar de, com isso, o Brasil perder competitividade internacional. Mas há maneiras de o País se defender disso fora desse modelo. Se persistirmos no modelo do nó-de-marineiro, o ajuste sempre cairá nas costas do trabalho e do meio ambiente, dois ativos de que a burguesia brasileira dispõe para participar da globalização dos negócios.

O Sr. Presidente - Pergunta dirigida ao Prof. Fabrício, de Leônidas Cristiano Cota, da PUCMinas. "Por se tratar de um País comerciante global, o Brasil poderia usar seu alto poder de barganha para negociar ou assumir uma postura de ameaça de moratória para pagar a dívida externa com mais flexibilidade, negociando, a longo prazo, a dívida interna, para podermos investir em áreas estruturais, como educação, saúde, vias de escoamento e outras?"

O Sr. Fabrício Augusto de Oliveira - Essa questão é muito delicada. O Brasil está na mesma trajetória objetiva da Argentina. Em algum momento, teremos de proceder a uma renegociação da dívida. A Argentina, cujo modelo foi decantado como um exemplo a ser seguido, até mesmo pelo capital financeiro internacional e por instituições como o FMI, capotou há pouco tempo e está discutindo um abatimento na dívida em torno de 75%. Os credores estão oferecendo 40%, mas é provável que cheguem a 60% ou 65%, porque o País simplesmente quebrou. E o modelo era o mesmo do Brasil.

Chegamos a um nível de estoque da dívida que apresenta uma dinâmica de crescimento alimentada pelos seus próprios encargos, mesmo com os elevados superávits que o País está gerando. É muito difícil reverter esse processo, porque não há mais privatização e carga tributária, e o orçamento está totalmente enrijecido, com despesas obrigatórias e protegidas.

Em algum momento, poderia ser deslançado um processo de renegociação, talvez obtendo-se algum ganho, para que seja feita uma renovação dos compromissos da política econômica e uma redefinição desse modelo. Caso nada seja feito nesse sentido, em algum momento isso acabará acontecendo.

O País poderia comandar um processo ou pelo menos começar a colocar em discussão um debate dessa natureza, porque isso, sem pessimismo, parece-me inevitável. O Brasil é um País com grande peso no cenário internacional. Tem capacidade de comandar esse processo e de obter ganhos pelo que representa no conjunto da economia mundial.

O Sr. Presidente - Pergunta de Carlos Frederick Gontijo Teixeira, da Faculdade Estácio de Sá, para o Prof. Valdemar Servilha: "Parece que a única solução para o crescimento seria uma queda gradual da taxa de juros, aliada ao aumento da produção e ao investimento, com a parceria público-privada na infra-estrutura. O que impede que isso aconteça e qual seria o caminho para que isso se realizasse?"

O Sr. Valdemar Servilha - Você começa no caminho correto. Temos de fazer algo para que, depois de tudo que discutimos hoje, não venhamos a sofrer o "efeito Orloff": "Eu sou você amanhã". Não apenas nós iremos sofrer o "efeito Orloff". Já sofremos o "efeito tequila" do México, como eles também já sofreram algumas vezes o "efeito caipirinha". Neste momento, caminhamos para uma situação extremamente complicada. O que todos procuraram mostrar foi que estamos por conta da política econômica adotada ao longo desse tempo, qualquer que seja o nome. O que importa é que se tenha uma organização em tudo que vem sendo aplicado o "efeito caipirinha", na década de 90 e nesta década, no Brasil. Basta a boa-vontade de governantes. Não bastam os belos olhos dos mandatários, dos Ministros ou de quaisquer outros. O capital não tem pátria, vai se aninhar onde se sente mais bem protegido, e há alternativas que esse mercado, adotará e, tranqüilamente, ao longo do tempo, correremos o risco de ficar com a brocha na mão. Toda essa história caminha numa determinada direção. Toda a discussão mostra que temos um problema. Tudo o que podemos fazer na direção do investimento está indo para o serviço da dívida. Até para resolver, para desonerar o parque produtivo para que possamos crescer, para que possamos recuperar e adotar políticas de emprego, precisamos recuperar a capacidade do Estado, não apenas de investir, mas de mediar a articulação entre o capital privado, nacional e internacional. Não sou daqueles que têm a ilusão de que vamos gravitar independentes do capital financeiro internacional. O que estou querendo dizer é que ele pressupõe uma articulação com o privado, mas a parceria público-privada da forma como está não nos levará a lugar nenhum. Com todo o respeito que tenho à Amazônia, digo que é mais ou menos como a Transamazônica - liga o nada a lugar nenhum. Em toda essa história, é mais ou menos o que estamos construindo. Portanto, temos de construir as bases para a ação do Estado e para que o capital privado possa articular-se e encontrar seu espaço de ação. É nisso que estou insistindo.

O Sr. Presidente - Pergunta de Juliano Carlos Vieira Cruz, do Núcleo de Estudos Marxistas, dirigida ao Prof. Plínio: "No atual estágio do desenvolvimento das forças produtivas, no sistema capitalista é possível obter-se um modelo que não seja o neoliberal?"

O Sr. Plínio de Arruda Sampaio Júnior - Essa é uma ótima pergunta. Vou entrar na pergunta anterior. Não vai haver crescimento nenhum, muito menos 15 anos de crescimento sustentável.

Vamos ter ciclos de crescimento medíocres e efêmeros. O modelo é anticrescimento, asfixia o mercado interno e estrangula a capacidade de investimento da economia. Então, mesmo quando o cenário internacional for favorável, o crescimento acaba esbarrando em gargalos. Para superá-los, o Brasil teria de investir U\$16.000.000.000,00 ao ano nos próximos anos. No ano passado, o orçamento do Governo Federal para investimento era de R\$13.000.000.000,00, mas a execução ficou abaixo dos 6%. Isso é para vocês terem noção da distância. Isso é uma papagaiada. É claro que não acontecerá.

Não sobrou resposta para a próxima questão.

Há espaço para um outro modelo nessa ordem global, fora do ponto de vista do capitalismo? Acho que não, mas se trata de uma discussão complicada e longa. Pensem bem. Qual é a lição que temos de tirar do Governo Lula? É um Governo portador de uma vontade de mudança. Mudança socialista? Não, mesmo porque não prometeu isso. Digamos social-democrata. Então, se esse Governo não consegue mudar, qual conseguirá? E por que isso não acontece? Porque o sistema se organiza de maneira ultraconservadora. Se não é possível mudar no capitalismo, temos de mudar fora dele. A população brasileira quer a mudança. Essa é uma discussão muito pertinente. Devemos colocá-la na agenda e tratá-la com todo o cuidado e tempo, para termos uma convicção clara sobre isso.

O que o neoliberalismo diria dessa pergunta? Diria que não é possível mudar. É a teoria do fim da história. A burguesia acha que não há outra opção.

O Sr. Presidente - Depois da resposta do professor, ficamos meio fora do ar.

O Sr. Plínio de Arruda Sampaio Júnior - Não deveria, pois é um companheiro, ex-PC.

O Sr. Presidente - A bem da verdade, não.

O Sr. Plínio de Arruda Sampaio Júnior - O PPS não é um descendente do PC? Portanto é comunista e companheiro, a bem da verdade.

O Sr. Presidente - Pergunta do Cássio Gomes, aluno da PUC, para o Prof. Fabrício Augusto: "O que o Governo Lula tem feito para reduzir, mesmo que pouco, a grande dívida dos Estados?"

O Sr. Fabrício Augusto de Oliveira - Que eu saiba, absolutamente nada. A questão federativa sofreu uma forte desconstrução na década de 90, principalmente a partir do Plano Real. Ela foi necessária para o ajuste. Uma reorganização conduz à desconstrução federativa. Qualquer rediscussão do pacto federativo implica retirada de recursos do Governo Federal. Portanto qualquer iniciativa nesse sentido inclui a dívida que foi absorvida pela União. A União transformou as dívidas mobiliárias, nos Estados e nos municípios que a renegociaram, em dívida contratual. Então, qualquer revisão dos termos da dívida implicaria em o Governo assumir alguma parcela do seu ônus e renunciar, pelo menos, ao recebimento de parcela desses encargos. Isso rebate diretamente na questão do cálculo do superávit primário. O Governo tem de abrir mão de receitas.

Hoje o Governo amarra uma reforma tributária que, para obter sucesso, teria de englobar uma discussão prévia do pacto federativo, com a redefinição de encargos e responsabilidades entre os entes e com a readequação dos mecanismos de financiamento. Não se discute isso, que é uma condição necessária e prévia para uma reforma tributária de qualidade, porque o Governo Federal perderá receita.

Em relação à dívida, apesar dos vários esforços ou das pressões feitas pelos Estados e pelos municípios, o Governo sequer se dispõe a discutir a mudança dos termos dessa dívida para aliviar as finanças do Estado, jogando toda a responsabilidade num campo legal, a LRF, que proíbe a revisão dos termos do acordo da dívida. O Governo afirma, com razão, do ponto de vista legal, que qualquer revisão dos termos tem de ser feita por legislação no Congresso; portanto não há iniciativa para reduzir a problemática financeira dos Estados e dos municípios.

O Sr. Presidente - João Lucas e Vinícius Gontijo, do Centro Universitário UNA, perguntam ao Prof. Valdemar Servilha: "Foram citados os modelos de "Catchingup" alemão, japonês e asiático. O Estado brasileiro não tem capacidade de investimento, mesmo assim poderia copiá-los? O agronegócio não se trata de retrocesso ao período cafeeiro?"

O Sr. Valdemar Servilha - Não quero ser catastrófico e dizer que estamos voltando ao período colonial. Longe de mim pensar assim. Não quero ser contra o agronegócio, até mesmo pela minha profissão e pelo meu trabalho. Sou economista e trabalho muito a questão da economia agrícola e do agronegócio. A grande questão é articularmos isso a um processo econômico no seu conjunto de agregação de valor. Por exemplo, se analisar o agronegócio, imbricando-o com a política, principalmente de biotecnologia, que está diretamente ligada à questão da fixação do nitrogênio no solo, a qual, por sua vez, está ligada ao setor de fertilizantes, que, no âmbito mundial, está sendo migrado e fundido com as indústrias química e farmacêutica, num único bloco conseguirá criar articulações e complexos produtivos capazes de encontrar uma saída. Mas isso não basta. Por outro lado, você terá de pensar, do ponto de vista tecnológico, por segmentos e setores, o que chamei de política industrial. Temos de fazer um trabalho exaustivo com todos os segmentos. Não vejo isso ser feito. Na política atual, esse trabalho não tem espaço. Não critico o atual Governo. Faça essa crítica desde a década de 90. Essa discussão está fora da ordem do dia há muito tempo.

Com relação a copiar o modelo alemão e japonês, considero impossível. Já fizemos a opção. Por exemplo, a reforma do nosso setor financeiro, que o Fabrício conhece bem, foi fundamentada no modelo americano, de especialização das funções financeiras. Portanto, não há espaço para copiarmos qualquer modelo, seja o alemão ou o japonês, que é um modelo centralizador. No modelo japonês, os sete grandes grupos permeiam toda a estrutura produtiva, centralizada numa instituição financeira que tem o papel de amearhar recursos da sociedade e transferi-los ao setor produtivo.

Então, dado o modelo que temos, não há como copiar. Para fazer isso, teríamos de fazer uma reforma e uma reformulação ampla no setor financeiro e, principalmente, no fiscal, o que é outra história, outro modelo e busca de alternativa.

O Sr. Presidente - Pergunta do Érico Andrade Grossi, do Sindicato dos Economistas, para o Prof. Plínio de Arruda Júnior: "Frente ao contexto vigente da dívida pública, pagamento de juros, dependência do capital externo, escassez de infra-estrutura e intervenção do FMI, quais seriam as políticas econômicas e sociais adequadas para buscar o crescimento econômico sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população?"

O Sr. Plínio de Arruda Sampaio Júnior - Como essa pergunta é fácil, aproveito para voltar às duas anteriores. Primeiro, acho que o Fabrício foi injusto com o Governo Lula, quando disse que ele não encaminhou nenhuma solução para os problemas financeiros dos Estados e municípios. De certa forma, ele encaminhou, sim. Como esses problemas estão sendo agravados de maneira brutal, e os Estados e municípios estão

chegando a uma situação de insolvência, é uma maneira de encaminhar uma solução pela falência de fato do setor público brasileiro. Não se trata de administrar a situação; ela está se deteriorando. Aliás, aprendo com o Prof. Fabrício.

Quero falar sobre outra questão abordada aqui também. O Brasil vai entrar no Primeiro Mundo? Nunca. O Brasil nunca vai entrar no Primeiro Mundo. É possível o Prof. Chico de Oliveira ganhar uma luta de boxe contra o Myke Tyson, conforme foi discutido hoje pela manhã? É impossível. Será que não? Será que ele não acerta um golpe? Se acertar, o Myke Tyson nem perceberá. É possível uma pessoa pobre ter o nível de gastos de uma pessoa rica? De maneira sustentada, é impossível. Eventualmente, poderá ter um jantar de uma pessoa rica. É possível uma sociedade pobre como a nossa generalizar o estilo de vida, os padrões de consumo das economias centrais para o conjunto da população? É impossível. Então, vamos tirar isso da cabeça, para podermos encaminhar, enfrentar os nossos problemas. Como é que se faz para crescer? O nosso problema não é o crescimento, mas o desenvolvimento. E não há mágica capaz de fazer esse modelo crescer. Não cresceu nas últimas duas décadas e não há nenhum motivo para imaginar que crescerá nos próximos 15 anos. Ao contrário, o cenário hoje é muito pior que o de 20 anos atrás. A situação econômica é muito mais grave, e o cenário internacional é muito mais complexo. Como você disse, não há solução a curto prazo.

Há solução para os problemas brasileiros? Claro que sim, mas não sem antes haver uma ruptura, um corte, uma descontinuidade, tendo ainda de pagar um pedágio da transição. Podemos discutir isso depois.

O Sr. Presidente - Pergunta do Prof. Ofir para o Prof. Fabrício de Oliveira. "Professor, e quanto ao curso de economia? E nossas universidades, grandes atores dessa peça, que o Governo ou os Governos pregam? Como você analisa?"

O Sr. Fabrício Augusto de Oliveira - O próprio Ofir pode responder a essa pergunta.

O Sr. Presidente - Prof. Fabrício, o Prof. Plínio gostaria de responder.

O Sr. Plínio de Arruda Sampaio Júnior - A nossa universidade, em regra, tem funcionado para reforçar o colonialismo cultural, priorizando o ensino de manuais de macroeconomia produzidos nos Estados Unidos, em detrimento do rico pensamento latino-americano e brasileiro, que tem, na pessoa de Celso Furtado, seu expoente máximo.

O Sr. Presidente - Pergunta do Sr. Juan Vicente, da PUCMinas, para o Prof. Valdemar. Com a fragilidade do peso argentino e com o real mais valorizado que nunca, qual o futuro do MERCOSUL?"

O Sr. Valdemar Servilha - Nessa hora, nem recorrendo ao sermão do Padre Vieira para responder a isso. É uma futurologia complicada de fazer. Os nossos irmãos argentinos, provavelmente, não gostariam que ficássemos aqui discutindo suas fragilidades, que hoje são muitas.

Acredito que há futuro para o MERCOSUL. O cenário é complicado. Concordo que temos dificuldade de crescimento, dadas as circunstâncias, as formulas, a estrutura na qual estamos inseridos. Ainda que signifique, como lembra o Sr. Fabrício, começar a repensar a discussão internacional, colocá-la na ordem do dia, temos que estudar a questão dos blocos econômicos. Precisamos articular não apenas o MERCOSUL, que é um ótimo mecanismo aglutinador e de incorporação dos fracos para, de uma certa forma, enfrentar a opressão dos fortes, do Mike Tyson que vem. Se o Chico de Oliveira, do Ceará, juntar-se a alguém do Maranhão, de Natal, terá aumentada sua chance de, pelo menos, ouvir gritarem para ele se abaixar na hora que o Mike Tyson for atingi-lo. A união dos nordestinos talvez faça coisa semelhante.

Há uma questão importante de que não tratamos aqui. Temos de reconhecer que este Governo vem fazendo esforço brutal, do ponto de vista da respeitabilidade internacional, para a articulação e a aglutinação, dentro do sistema internacional, entre os países da periferia. Tem conseguido algumas vantagens, principalmente na questão da disputa do protecionismo. Isso é importante não pela expansão e vitória dos países - seja do MERCOSUL, seja da articulação com os outros países -, mas pelo fato de a nossa balança resolver o nosso problema de balança de pagamentos e de transações correntes. É muito importante para começar a colocar em xeque algumas discussões e rediscutir a questão das prioridades e dos protecionismos.

Não somos os protecionistas, eles o são. Eternamente somos acusados de protecionistas, mas quem fez protecionismo a vida inteira foram os países desenvolvidos. O MERCOSUL é um elemento importante. Não podemos nos fragilizar. Todo processo de união é importante até porque há os problemas sociais.

Temos aí um horizonte: Venezuela, mais que Argentina, apresenta uma situação grave, porque traz comoção, uma motivação nacional politicamente diferente da existente na Argentina.

Temos uma unidade na América Latina que julgo importante para tratarmos dessa questão. Não a descarto, pois é fundamental.

O Sr. Presidente - Pergunta do Sr. Paulo Vítor, da PUC, para o Prof. Plínio. O senhor citou que o principal problema do País está em sua formação. Qual seria a solução?!

O Sr. Plínio de Arruda Sampaio Júnior - O que é o problema da formação? O problema é que estamos numa fase ainda de estruturação dos pilares do Estado nacional. É mais ou menos como se falássemos que a sociedade brasileira está grávida de um Estado nacional. Esse é o problema do Brasil. Problema de gravidez, problema de formação.

Qual é a solução? É parir. Qual é o nosso problema? Nessa gravidez, o País está ameaçado de aborto. Esse é um processo de reversão neocolonial. A solução é rapidamente fazer o parto da Nação. O que é um parto da Nação? Como estamos debatendo, devemos começar a falar as coisas claramente. A nossa classe dominante é tão poderosa que é capaz de fazer vaca amarela. Se alguém falar alguma coisa, tem de comer tudo na panela. E acaba não falando.

Como se chama um pacto de Nação? Como os americanos chamaram? Revolução Americana. Como os franceses chamaram? Revolução Francesa. Como os chineses chamaram? Revolução Chinesa. Proponho que se chame Revolução Brasileira. Só para manter a tradição.

Qual é a solução? O que está na pauta do País? O parto da Nação, completar a Nação. Está em pauta a Revolução Brasileira. Como está na pauta venezuelana a Revolução Venezuelana. Olhando a América Latina inteira, e em particular a América do Sul, percebemos que está entrando em nova era de revoluções. Elas podem não vingar. Se não vingarem, teremos aqui novas colônias, as colônias do neoliberalismo. E a barbárie que acompanha a falta de Estado em uma sociedade capitalista.

O Sr. Valdemar Servilha - Plínio, você diz que a sociedade brasileira está grávida e só está faltando parir a Nação. A diferença que existe talvez seja que o processo de concepção não ocorreu e estamos ainda no namoro. Concordo com você, mas falta esse processo todo para chegarmos

à construção do Estado Nacional. Isso ocorre em face da globalização, que não dá espaço ao mercado nacional.

Por exemplo, hoje, se analisarmos o faturamento dos dez maiores grupos econômicos mundiais, constatamos que correspondem aos PIBs do Brasil, da Argentina, do Chile, do Paraguai, do Uruguai, da Venezuela, do Peru e, para não dizer que somos latino-americanos, também o da Austrália. Esses oito países dão exatamente o faturamento dos dez maiores grupos. Essa é a grande questão. Ter espaço para o Estado Nacional é um processo muito complicado.

O Sr. Plínio de Arruda Sampaio Júnior - Se não houver espaço para Estados nacionais na periferia do sistema capitalista, entra em questão que a Revolução Brasileira tem como tarefa enfrentar os problemas do Brasil, como a segregação social, a dependência externa, mas tem-se de fazer esse confronto enfrentando-se o capitalismo.

O Sr. Presidente - Aproveitando a presença do Prof. Valdemar, peço licença ao Thales Braga para fazer essa pergunta a ele. Pergunta da PUC Consultoria: "Prof. Waldemar, você concorda que há muito a explorar na área de consultoria em agronegócios no Brasil? Comente o assunto e fale sobre como é ser consultor."

O Sr. Valdemar Servilha - Na verdade, essa pergunta deveria ser dirigida ao Fabrício, que no nosso currículo apareceu como consultor. Ele é mais consultor do que eu. É uma brincadeira.

Na verdade, me defini como sendo alguém que tinha alguma familiaridade com o agronegócio. Hoje, consultor é todo aquele que presta um determinado tipo de trabalho para uma determinada organização. Por organização hoje se pode entender toda sociedade civil que vem se organizando, todo setor produtivo que vem se organizando e ainda o Estado brasileiro, que está progressivamente, dada a escassez de funcionários públicos e devido aos processos pelos quais está passando, terceirizando suas funções.

Vejam o que se gerou de terceirização com a privatização no País. Hoje, o papel do consultor é muito eclético e ultrapassa, em muito, as barreiras da época em que me formei, quando ser consultor era uma coisa extremamente rara.

Hoje, ele é uma coisa maior, decorrente das transformações e do desemprego, que levaram muitos a se constituírem como consultores no mercado.

Sobre o agronegócio, temos um caminho enorme a percorrer; um processo de transformação e criação de valores. Estamos acostumados a crescer por meio da fronteira. Como? Com incorporação de trabalho e de terra. Hoje, o mercado cresce diferente. Há um processo de comercialização e de aglutinação dentro da estrutura e do complexo produtivos. Vejo isso como um mercado promissor, com possibilidades de enorme crescimento, mas não como solução do problema nacional. É uma alternativa para crescimento. Do ponto de vista da política tecnológica, de soberania nacional, creditícia e patrimonialista, quanto mais orgânico, mais imbricado, melhor.

O Sr. Presidente - Há duas perguntas para o Prof. Fabrício. A primeira é do estudante Thiago, da PUC-MG: "Você concorda que o Brasil poderia baixar a taxa de juros sensivelmente, tendo em vista que vivemos uma época de inflação de custos e não de demanda? Seria mais difícil controlar os custos ou as conseqüências de uma taxa de juros alta?".

Pergunta do aposentado, do Governo Federal, Joubert Furtado: "Nos anos de 2003 e 2004, qual o crescimento da carga fiscal comparada com 2002, tendo em vista que, em 2002, parcela considerável da arrecadação foi decorrente do Imposto de Renda sobre fundos de pensão, por decisão do STF?".

O Sr. Fabrício Augusto de Oliveira - Há alguns anos, a carga tributária conta com receitas extraordinárias. De fato, para se avaliar a carga tributária produzida pelos impostos tradicionais e contribuições, é necessário desconsiderar as receitas extraordinárias, levando-se em conta que elas não se repetem. Em 2002 e 2003, os fundos de pensão, depois de perderem uma demanda no STF, tiveram de pagar os atrasados, algo em torno de R\$7.000.000.000,00, o que teve um peso importante na composição da carga.

Entretanto, nos últimos anos, o Governo tem conseguido suprir a redução das receitas extraordinárias a partir da instituição, ampliação ou mudança da natureza de outros impostos. Apesar das receitas reduzidas, a carga tributária cresce. De acordo com o IBGE, em 2002, foi de 34,9; em 2003, de 35,6; e há projeções de que supere 37 este ano. Por quê? Temos a CIDE, que não integrava a carga tributária e foi ampliada durante o Governo Lula.

Existe a transformação do PIS, em decorrência da extinção da cumulatividade, que, por ter elevado alíquotas, aumentou consideravelmente a arrecadação; existe ainda a mudança da COFINS e a ampliação das alíquotas da contribuição social sobre o lucro, além das mudanças do INSS que geraram receitas adicionais de R\$500.000.000,00.

Portanto, o Governo tem sido altamente capaz de manter a trajetória tributária em ascensão.

Sobre a segunda pergunta, "crescimento apesar da redução das despesas extraordinárias", do Thiago, concordo plenamente com isso. Numa política monetária em que a inflação é de custos - esse é o caso predominante no Brasil -, somente agora começa a haver alguma pressão pelo derramamento dos efeitos do crescimento do setor externo para o mercado interno.

A política econômica é inócua para reverter o processo inflacionário. Mas isso não consta na cartilha do pessoal do Banco Central, porque existe a composição de preços livres e preços monitorados, e estes últimos são, praticamente, preços indexados ao dólar, portanto sofrem as influências da volatilidade e da desvalorização cambial. Essa política monetária não tem efeito nenhum, porque ela se traduz nos gastos com telefone, energia, ou seja, são os preços monitorados pelo Governo. Ela não tem efeito, ou melhor, o seu efeito é apenas sobre os preços livres. Então, para garantir metas, eles deprimem ainda mais o mercado interno, em que há a predominância desses preços livres para compensarem a alta dos preços monitorados que estão influenciados principalmente pelo câmbio e pelo comportamento dos índices de atacado. Isso é inócua.

Assim, há um grande espaço para que se reduza a taxa de juros real da economia, mas isso não é feito devido aos interesses existentes por trás disso. Além do mais, há sempre um temor de que isso possa provocar maiores fricções na economia e aumentar a inflação, com base num diagnóstico equivocado.

Custos há dos dois lados. Mas parece-me que o custo mais elevado é resultante do rebatimento que as altas taxas de juros possuem sobre o nível da dívida no País.

O Sr. Presidente - Essa foi a última indagação. Se me permitem, farei uma última pergunta. Durante uma das perguntas, o Prof. Plínio disse

que gostaria de ter um prazo de 40min para respondê-la. Essa questão de tempo nos preocupa a todos, pois somos escravos dele. Assim, não podemos ter o privilégio de ouvir pessoas iluminadas como vocês da mesa.

No entanto, como o senhor viu, a maioria dos participantes eram jovens. Isso deve trazer profunda alegria ao Deputado Adelmo Carneiro Leão, que propôs esta reunião. Teremos a reprise desta reunião no dia 20. Por uma questão de tempo e esperança, e ainda diante de uma pergunta que nos deixou uma resposta pessimista, o que o senhor diria a esses jovens? Como eles deveriam aproveitar o tempo para que não percamos a esperança?

O Sr. Plínio de Arruda Sampaio Júnior - Acho o seguinte: temos de ver a realidade, contabilizar os problemas e procurar descobrir as suas possíveis soluções. Estou dizendo que no modelo neoliberal a sociedade brasileira caminha para um grave impasse econômico, social e político. Portanto, está na agenda da sociedade brasileira buscar novos rumos para o País. O Brasil tem novos rumos. Mas, para alcançarmos novos rumos, temos de criar, de inovar, de lutar por um outro caminho.

O que diria aos jovens que aqui vieram? Diria que o novo, a criação, vem de duas partes: do pensamento crítico e da luta social. Quem tiver compromisso com o Brasil tem pela frente uma longa trajetória de crítica, de estudo, de pensamento, de debate e de luta política e social. Alguém dirá que estou propondo à juventude luta. É só da luta que pode vir a esperança. Se temos uma lição a tirar deste Governo é a de que o povo não deve esperar nenhuma conquista social que não possa agarrar com as próprias mãos.

Preferiria vir aqui dizer que teríamos 15 anos de crescimento fácil, na maior tranquilidade. Mas isso seria mentir. Na verdade, temos pela frente uma conjuntura difícil, mas temos de enfrentá-la. É possível criar um País justo, digno, enfrentar os nossos problemas? É claro. O Brasil é imenso, com alto grau de desenvolvimento das forças produtivas. O que falta é colocarmos a nossa economia a serviço do povo. Essa é uma luta que depende de vontade política. O que está agora em questão é se construir essa vontade política.

Encerro, elogiando muito a iniciativa da Assembléia e dos meus companheiros economistas de Minas Gerais e a presença dos estudantes, porque deste tipo de debate nascerá a possibilidade de termos a convicção do que não nos serve e de que temos de nos sacrificar para construirmos algo novo para o Brasil e para as próximas gerações.

O Sr. Presidente - Obrigado, Prof. Plínio. Indago ao Prof. Waldemar e ao Prof. Fabrício se gostariam de fazer as suas considerações finais.

O Sr. Valdemar Servilha - Em relação a essa questão, sinto que podemos ter-lhes passado alguma visão pessimista. Essa não foi nossa intenção, nem minha, e, com certeza, nem do Plínio, do Fabrício e, pela manhã, do Chico de Oliveira ou do Luís Paulo Rosenberg. Nenhum de nós veio aqui tentar ser "sacana", acabando com as esperanças que, porventura, os trouxeram a este Plenário.

Lembro-me de um artigo que o Fernando Pedreiras, jornalista brasileiro, escreveu em 1964, cujo título era genial: "Os brasileiros, esses incorrigíveis otimistas". Acreditavam em tudo, no golpe militar, que tinha todas as razões corretas que se pudesse imaginar. Em primeiro lugar, temos isso.

Em segundo lugar, não poderíamos cair no engodo fácil, demagógico, de tentar dizer-lhes o que gostariam de ouvir. Não poderíamos facilitar-lhes o caminho do chamado iluminismo. O iluminista é aquele que pensa a realidade da maneira que gostaria que fosse, não da maneira que é. Não queremos contribuir para esse iluminismo em suas cabeças.

Na verdade, a nosso ver, discutimos as questões que julgamos ser a causa de se terem, durante todo esse período, problemas na implantação do Real, que aí está, para que possamos pensar.

Se não acreditarmos na sociedade, nessa juventude que aqui está, para que discutir o que está errado e o que precisa de mudanças? Gosto muito de poesias, e um dos meus poetas prediletos é Fernando Pessoa, que diz que a verdade consiste, única e exclusivamente, na procura da verdade. É isso que estamos fazendo aqui. Não temos a verdade, mas estamos em busca dela para tentar construir o sonho de manter a esperança intacta no coração e na alma do brasileiro.

Vocês, jovens, serão testemunhas das transformações que, talvez, nós não estejamos aqui para ver. É a construção da nova sociedade pós-globalização. Vocês assistirão a essa nova sociedade. Creio que vocês fazem isso na universidade. Participarão do processo eleitoral, ou seja, exercerão o direito e o dever da cidadania. É assim que se constrói o horizonte e se mantém a esperança intacta. Agradeço à Assembléia Legislativa e aos meus colegas economistas, que tiveram a feliz idéia do debate.

O Sr. Fabrício Augusto de Oliveira - Não houve aqui o objetivo de transmitir pessimismo, mas o realismo das limitações que o modelo traz à sociedade. Continuo acreditando, pois é possível acreditar que as mudanças são possíveis. Não se pode perder a esperança. Precisamos ter iniciativa, pressionar o Governo, questionando as verdades colocadas para a sociedade como absolutas, capazes de resolver todos os problemas. Questionar permanentemente, adotar medidas e participar de atividades que conduzam à reversão, pois a mudança desse processo é fundamental. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Adelmo Carneiro Leão, a quem parabeno pela sua iniciativa.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Como já é tarde, as pessoas estão cansadas. É uma honra ter contado com figuras expressivas, atores importantes da construção, se Deus quiser, de uma nova história para o nosso País.

Estou esperançoso porque sei que o grande processo de transformação deste País não se concentra e não se finda nos nossos governantes, mas no conjunto da sociedade, da juventude, dos trabalhadores. Há disposição de muitos e bons governantes para transformar o País, o que nos dá esperança e orgulho.

Quando chegar ao final de meu mandato, e me perguntarem o que fiz por Minas Gerais - e há muitas pessoas que, ao fazerem essa pergunta, pensam no mata-burro, nas obras rodoviárias, enfim, nas obras materiais -, direi que lutei e trabalhei, com muita convicção e satisfação, para criar na Assembléia, com a ajuda de muitos e importantes Deputados, o espaço do debate e da reflexão de temas relacionados à nossa vida, desde as questões internas, locais e pontuais, até às da mais alta dimensão e relevância, como a ALCA.

Deputado Márcio Kangussu, quero parabenizá-lo por seu trabalho e dizer que é uma alegria tê-lo conosco novamente.

Durante a campanha eleitoral, fui às salas de aula - sou professor -, compareci a grandes debates e participei de muitas discussões. Naquele tempo, defendia a candidatura do nosso Presidente Lula e apresentava duas questões, com muita ênfase. A primeira era a existência do superávit. Naquele momento, dizíamos que não podíamos conceber, em um país com tantos problemas, tamanha exclusão e tanto

desemprego, que o Governo lidasse com um superávit de 3,75%. Tenho muita dificuldade de explicar essa situação hoje e não consigo entender por que o Governo que defendi e em que acredito para fazer as mudanças deste País trabalha com um superávit acima do que condenávamos em nossos discursos e propostas. Isso me causa constrangimento.

Há uma outra questão que também não está resolvida e que não é problema apenas do nosso glorioso Vice-Presidente da República, pois também falávamos nela insistentemente. Não poderíamos prever e ter crescimento neste País com aqueles juros escorchantes. Entretanto eles continuam exagerados, absurdos.

Precisamos ter ousadia e determinação para vencer esses desafios. Não os apresento aqui para condenar um Governo do qual faço parte, mas porque esse desafio deve ser colocado para nós com muita seriedade. Não resolveremos os problemas do Brasil com essa condução e por meio desses mecanismos.

O nosso Governo já avançou em alguns aspectos. Chico Buarque, há algum tempo, quando lhe perguntaram se estava satisfeito com o Governo Lula, disse: "Eu não estou satisfeito, mas o Presidente também não deve estar.". Quero fazer minhas as palavras do Chico Buarque, com a esperança de que o Presidente Lula não esteja definitivamente satisfeito com a situação. E esperamos que essa insatisfação ainda toque seu coração, inteligência e capacidade de luta, para que, juntamente com vocês, conosco e com os jovens, possamos fazer do Brasil a nação com que sonhamos nossos antepassados que lutaram pelo bem e pela justiça.

O Sr. Presidente - Profs. Plínio de Arruda Sampaio Júnior, Fabrício Augusto de Oliveira e Valdemar Servilha, tenham a certeza de que palavras iluminadas e verdadeiras como as que proferiam neste tarde servirão para que formemos melhor os nossos conceitos.

Dr. Ofir Viana Filho, Dra. Maria Dirlene Trindade Marques e Dr. Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, em nome desta Casa, agradecemos a companhia e a parceria na execução deste ciclo de debates.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 33ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 26/8/2004

Presidência do Deputado Rêmoló Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado João Bittar - Exibição de vídeo - Lançamento de carimbo e de selo personalizado - Palavras do Sr. Alair Martins do Nascimento - Entrega de placa - Palavras do Sr. Presidente - Apresentação musical - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Rêmoló Aloise - Adélmo Carneiro Leão - Adalclever Lopes - Antônio Genaro - Dalmo Ribeiro Silva - Domingos Sávio - Fábio Avelar - Jayro Lessa - João Bittar - Luiz Humberto Carneiro - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Navarro Vieira - Weliton Prado.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Luiz Humberto Carneiro, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomarem assento à mesa os Exmos. Srs. Bonifácio Andrada, Advogado-Geral do Estado, representando o Governador do Estado, Dr. Aécio Neves; Alair Martins do Nascimento, Presidente do Grupo Martins; ex-Senador Arlindo Porto; José Alcino Bicalho, Cônsul do Marrocos, representando o Cônsul-Geral do Japão, Sr. Rinaldo Soares; Jerzy Markiewicz, Cônsul da Polônia; Manoel Mendes de Freitas, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; João José Pinto Reis, Diretor Regional dos Correios em Minas Gerais; e o Deputado João Bittar, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o Grupo Martins pelo transcurso dos seus 50 anos de fundação.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvirem o Hino Nacional, que será interpretado pela Sra. Silvana Gasques.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado João Bittar

Exmos. Srs. Deputado Rêmoló Aloise, 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e nosso grande amigo,

representando o Deputado Mauri Torres, Presidente desta Casa; Bonifácio Andrada, Advogado-Geral do Estado, representando o Governador Aécio Neves; Alair Martins do Nascimento, Presidente do Grupo Martins, nosso homenageado e estimado amigo, pessoa que admiro profundamente; José Alcino Bicalho, Cônsul do Marrocos, representando o Cônsul-Geral do Japão; Jerzy Markiewicz, Cônsul da Polônia; Manoel Mendes de Freitas, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; João José Pinto Reis, Diretor Regional dos Correios; prezados senhores e prezadas senhoras; amigos e amigas; amigos e colaboradores da empresa do nosso homenageado; clientes do nosso homenageado; crianças aqui presentes, boa noite.

Uma história conta que um homem estava andando e viu uma loja com a inscrição "Loja de Deus". Surpreso, entrou na loja e percebeu que, atrás do balcão, encontrava-se um anjo. Perguntou o que a loja vendia, e o anjo respondeu: "Vendemos felicidade, alegria, desenvolvimento, progresso, trabalho, prosperidade e harmonia".

Imediatamente, esse homem, ainda mais surpreendido, disse: "Mas tudo aqui deve ser muito caro". E aquele ser alado que ali estava respondeu: "Não, senhor. Tudo aqui é de graça". "Como? Tudo é de graça?" "Sim, tudo é de graça". "Então, por favor, me dê muito amor, muita harmonia, muita alegria, muito desenvolvimento, muito progresso, muito trabalho, muita prosperidade. Quero muito de tudo que o senhor tem nessa loja." O ser alado se afastou e voltou com uma caixinha, entregando-a para o cliente. O cliente olhou surpreso e disse: "Mas o senhor não entendeu, eu pedi muito de tudo". E o ser alado respondeu: "Meu amigo, tudo que temos aqui é de graça, mas só fornecemos as sementes. Quem tem que cultivar tudo é a própria pessoa".

Começo contando essa estória, porque há 50 anos o nosso querido e admirável amigo Sr. Alair Martins tinha em suas mãos apenas sementes. O Sr. Alair Martins, que nasceu em 1934 no Distrito de Matinéia e se transferiu para Uberlândia, levava em suas mãos as sementes da esperança, da disposição para o trabalho, da vontade de realizar, da construção de uma vida feliz, harmoniosa e de realizações. Lançou essas sementes em terra fértil. A tradução do nome Uberlândia é "terra fértil", e o Sr. Alair soube lançar suas sementes nas terras de Uberlândia. Cinquenta anos depois estamos aqui a homenagear o Grupo Martins, seu fundador e seu Presidente, Sr. Alair Martins. A história do Grupo Martins se confunde com a história de Uberlândia. Uberlândia completa, na próxima terça-feira, 116 anos, e o Grupo Martins completou, no dia 17 de dezembro do ano passado, 50 anos de fundação. Estamos aqui para homenagear um grupo e seu fundador, que é um exemplo de trabalho, um exemplo de progresso e prosperidade. Na realidade, soube cultivar e cuidar das sementes. Hoje, o Grupo Martins é motivo de orgulho para a população de Uberlândia, de Minas Gerais e do Brasil. Nosso Grupo Martins de Uberlândia é uma árvore extremamente frondosa, e sua sombra se estende sobre todo o território nacional. Seus frutos alimentam, vestem e dão dignidade a milhões de pessoas por todo o País. São seus colaboradores, seus fornecedores, seus clientes, os clientes dos seus clientes, que na verdade formam toda a população do nosso País. Além disso, prezados amigos, temos também a seiva do Grupo Martins, que poderia ser representada por sua frota, que leva tudo aquilo de que as pessoas precisam a cada canto e recanto deste País: vida, assistência, esperança e otimismo.

As raízes do Grupo Martins são fortes, firmes e poderosas, porque estão alicerçadas nos valores e nos princípios que o Sr. Alair estabeleceu para a sua vida e para a sua equipe, que é altamente profissional. Podemos representar o tronco do Grupo Martins pela sua megaestrutura, como empresa associada à alta tecnologia, que permeia todos os seus negócios.

Sr. Alair, esse é o exemplo de que a obra que realizou realmente poderia ser personificada na estrutura de uma grande árvore frondosa.

Certa vez, um amigo me disse que a maior atitude que um ser humano poderia tomar em sua vida seria plantar uma árvore frutífera, porque, nesse momento, não sabemos nem conhecemos aqueles que usufruirão daquela árvore. Poderemos, um dia, passar, mas a árvore permanecerá, alimentando e dignificando a vida de todas as pessoas. Esse homem que cuidou dessa semente, transformando-a nessa grande árvore e cultivando-a durante estes 50 anos, pedimos a Deus que o abençoe, para que possa continuar ao nosso lado por mais 50 anos. Ele é o nosso grande e querido amigo Sr. Alair Martins, que aqui está.

Como o homem que cultivou essa árvore, ele soube adubá-la na dosagem certa, fazer as podas no momento certo e, acima de tudo, soube regá-la diariamente com o suor do seu trabalho. Somente o Sr. Alair, que aqui está, e provavelmente a Sra. Vanda, também presente, saberão nos dizer quantas vezes terá regado essa grande árvore, até mesmo com lágrimas.

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, gostaria de abraçar, de cumprimentar e de homenagear o Sr. Alair, a Sra. Vanda, o Juscelino, o Alair Júnior, o Renato, as suas noras, os seus oito netos, os seus colaboradores, os seus fornecedores e os seus clientes, que fizeram parte da sua vida, da sua história e da sua obra, que completa 50 anos.

Muito obrigado, Sr. Alair Martins, pelo que fez pela cidade de Uberlândia. Muito obrigado, Sr. Alair Martins, pelo que fez pelo Estado de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Alair Martins, pelo que fez pelo nosso Brasil. Muito obrigado a todos.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistirem a vídeo institucional sobre os 50 anos do Grupo Martins.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Lançamento de Carimbo e de Selo Personalizado

O locutor - Senhoras e senhores, neste instante, o Ministério das Comunicações e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos irão proceder ao lançamento do carimbo postal comemorativo e do selo personalizado dos 50 anos do Grupo Martins. O carimbo comemorativo circula nas peças filatéticas e na correspondência das instituições que pleiteiam a sua emissão, propagando, por meio de imagem e legenda, o tema que lhe deu origem. Tem local de lançamento e período de circulação definidos com base nos fatos e eventos que comemora.

O selo escolhido para receber as obliterações é o selo personalizado, com tarifa de primeiro porte nacional, acrescido de espaço destinado à divulgação de imagens definidas pelo cliente. Ele documenta um acontecimento especial, pessoas, logomarcas de empresas, entre outros fatos que podem ser registrados. Nesta ocasião, a empresa Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A. está utilizando-se desse produto dos Correios em sua correspondência, para divulgar aos clientes e parceiros os seus 50 anos de fundação. Dessa forma, a mensagem da empresa Martins estará sendo veiculada de Belo Horizonte para todos os lugares.

Convidamos o Sr. João José Pinto Reis, Diretor Regional dos Correios em Minas Gerais, para se aproximar da mesa de lançamento.

Informamos que as peças carimbadas pelas autoridades convidadas para o ato passarão a fazer parte do acervo filatélico dos Correios e servirão como fonte de pesquisa e registro de tão importante acontecimento no contexto histórico e sociocultural.

Para a primeira obliteração, convidamos o Exmo. Sr. Deputado Rêmolo Aloise, neste ato representando S. Exa. o Presidente desta Casa,

Deputado Mauri Torres.

- Procede-se à aplicação do carimbo e à assinatura da cartela.

O locutor - Para a segunda cartela oficial de lançamento, convidamos o Sr. Alair Martins do Nascimento, Presidente do Grupo Martins.

- Procede-se à aplicação do carimbo e à assinatura da cartela.

O locutor - Para a terceira obliteração, convidamos o Exmo. Sr. Deputado João Bittar, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

- Procede-se à aplicação do carimbo e à assinatura da cartela.

O locutor - Para a quarta e última obliteração, convidamos o Exmo. Sr. Advogado-Geral do Estado, Bonifácio de Andrada, neste ato representando S. Exa. o Governador do Estado de Minas Gerais, Aécio Neves.

- Procede-se à aplicação do carimbo e à assinatura da cartela.

Palavras do Sr. Alair Martins do Nascimento

Exmo. Sr. representante do Governador Aécio Neves, Advogado-Geral do Estado, Bonifácio de Andrada; Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Mauri Torres, representado nesta solenidade pelo Deputado Rêmoló Aloise; Exmo. Sr. Deputado João Bittar, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, que muito me sensibiliza; demais membros da Mesa, autoridades presentes, senhores e senhoras, fico muito sensibilizado pelas palavras brilhantes, em nome de todos que ajudaram a construir o Martins ao longo dos anos. Divido essa alegria com todas as pessoas que têm nos ajudado. Muito obrigado por esse reconhecimento. Aos Deputados que representam os legítimos interesses do povo mineiro, nosso agradecimento pela aprovação desta homenagem. Agradeço ainda a presença de todos os convidados, autoridades, amigos, fornecedores, clientes, familiares, bem como a todos que vieram de longe para me prestigiar neste momento tão importante para nossa organização. Quero destacar nossos colaboradores, que, de uma forma ou de outra, têm ajudado a construir nosso Brasil e nosso Estado. Fizeram sempre um trabalho ligado ao desenvolvimento do País, ao bem-estar dos nossos clientes, médios e pequenos. Sem o apoio dos nossos fornecedores e a preferência do nosso cliente, não conseguiríamos apresentar aquilo que gostamos de fazer, a distribuição. Realmente, temos empregado toda a tecnologia disponível. Somos muito atentos ao que se faz nos países do Primeiro Mundo. Somos pioneiros em muitos sistemas. Implantamos sistemas em primeira mão, o que vem facilitar uma logística mais econômica e eficiente. Não faríamos isso se não tivéssemos as pessoas qualificadas. Pode-se ter as melhores ferramentas e capital, mas a diferença está nas pessoas.

Estamos muito felizes, porque começamos com uma pequena loja há 50 anos. Jamais pensamos que um dia desenvolveríamos esse trabalho importante e reconhecido em todo o País. É um trabalho sério, praticado com transparência dentro dos princípios da ética e da moral. Sentimos orgulho de dizer de onde saímos e aonde chegamos. Crescemos com a força de um trabalho que não tem nada a esconder, porque é sério. Pagamos todos os impostos. Sentimos ainda o prazer de dizer que temos a Universidade Martins do Varejo. Nos últimos dez anos, contamos com mais de 80 mil brasileiros, o que é gratificante para nós, porque isso é fruto de resultados. Cada cliente que passa por treinamento aumenta a sua participação na empresa, cresce e torna-se um pequeno empresário bem-sucedido para competir com as grandes redes. Esses benefícios oferecidos aos nossos clientes nos deixam muito felizes, porque o futuro da distribuição depende do sucesso dos nossos clientes. Tenho a oportunidade de agradecer a alguns deles que aqui estão. Obrigado por nos prestigiarem ao longo dos anos, principalmente por nos terem eleito a melhor empresa de distribuição do País. É muito bom receber esse reconhecimento. Dividimos essa alegria com todos os nossos colaboradores. Temos a responsabilidade de sempre melhorar, porque temos a consciência de que, por melhor que seja, ainda é insuficiente. Isso é importante, porque amanhã, temos de ser melhores que hoje. Não ficamos envaidecidos pelo reconhecimento, mas achamos que uma das grandes qualidades do homem é saber receber elogios e não ficar vaidoso. Sempre temos a consciência de que amanhã será melhor que hoje. Agradecemos a todos os que nos prestigiam neste dia. No próximo centenário do Martins, eu estarei aqui, juntamente com todos os que nos prestigiam hoje. Obrigado por tudo.

Entrega de Placa

O locutor - Senhoras e senhores, a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, por meio do Deputado Rêmoló Aloise, Presidente desta solenidade, homenageia o Grupo Martins, procedendo à entrega de placa alusiva a esta ocasião, que contém os seguintes dizeres: "Desde a sua fundação, o Grupo Martins vem concorrendo para a grandeza de nosso Estado. Além de se destacar pela geração de empregos e pelo comprometimento com programas de responsabilidade social, é ainda a maior e melhor empresa atacadista da América Latina. A homenagem da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais a esse importante grupo mineiro na passagem dos seus 50 anos de atividade."

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Bonifácio Andrada, Advogado-Geral do Estado, representando o Governador Aécio Neves; Alair Martins do Nascimento, Presidente do Grupo Martins; José Alcino Bicalho, Cônsul do Marrocos; Jerzy Markiewicz, Cônsul da Polônia; Manoel Mendes de Freitas, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; João José Pinto Reis, Diretor Regional dos Correios; querido amigo Deputado João Bittar, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Senador Arlindo Porto; a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais tem a satisfação de prestar esta homenagem aos 50 anos do Grupo Martins, a maior empresa atacadista de Minas Gerais.

Um grupo empresarial mineiro, que, ao longo dos anos, vem crescendo com responsabilidade, gerando empregos e mantendo programas sociais, exemplo de gestão voltada igualmente para o progresso e para a promoção da cidadania.

A história desse gigante no mundo diversificado dos negócios tem seu começo em Uberlândia, com um pequeno armazém de secos e molhados. Hoje, com um faturamento superior a R\$2.000.000,00, comercializa desde alimentos a produtos eletroeletrônicos, de construção civil, veterinários e farmacêuticos. Cada segmento constitui uma unidade estratégica de negócio, com administração independente.

No varejo alimentar, trabalha com marcas exclusivas, com mais de 1.500 itens de excelente qualidade, que garantem a fidelidade do consumidor. No ramo eletroeletrônico, como distribuidor, responde por 1/4 do varejo nacional. A agilidade na entrega corresponde à oferta adequada, segura e eficiente de transporte. A liderança nacional está presente ainda nos segmentos de material de construção e veterinário, também comercializados pela Internet. A confiabilidade junto ao consumidor é garantida pelo uso intensivo da tecnologia, associado à alta qualificação do pessoal.

O Grupo Martins está presente em todos os Estados brasileiros, com quatro centrais de armazenagem capazes de gerenciar o fluxo de mercadorias e informações para os locais mais longínquos do País.

Destacam-se, igualmente, o Farma Service e a Smart Varejos. A primeira empresa atende a quase a metade das farmácias do País, o que representa um leque de 23 mil clientes. A segunda responde por um inédito projeto de associativismo, num bem estruturado programa de parceria, protegendo o varejo independente, identificando uma marca padrão para reconhecimento da comunidade.

Tradição e inovação, os dois caminhos entrelaçados no percurso do Grupo Martins, provocam admiração nacional, expressa na homenagem dos Correios com o lançamento do carimbo e do selo comemorativos do cinquentenário de suas empresas.

Minas Gerais se orgulha de ter visto nascer e de abrigar o Grupo Martins. Esta Casa, pelos representantes do povo mineiro, deseja uma longa e feliz história para o nosso grupo cinquentenário. Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvirem a Sra. Silvana Gasques, que apresentará as músicas "Fascinação", de Marcheti e Seraldy, e "Semente do amanhã", de Gonzaguinha.

- Procede-se à apresentação musical.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as reuniões especiais de segunda-feira, dia 30, às 8h30min e às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 26/8/2004

Presidência do Deputado Rêmoló Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Inexistência de quórum para votação - Discussão, em turno único, dos vetos à Proposição de Lei Complementar nº 85 e à Proposição de Lei nº 16.145; encerramento da discussão - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.726/2004; encerramento da discussão - Discussão, em 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 355/2003, 1.402, 1.538 e 1.559/2004; encerramento da discussão - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - George Hilton - Adalclever Lopes - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Ermano Batista - Fábio Avelar - Gustavo Valadares - Jô Moraes - João Bittar - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Kangussu - Márcio Passos - Maria Olívia - Marília Campos - Olinto Godinho - Padre João - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Navarro Vieira - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 360, 438, 621, 743 e 985/2003, apreciados na reunião extraordinária realizada ontem, à noite.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que não há quórum para votação, mas que o há para discussão das matérias constantes na pauta.

- A seguir, têm sua discussão encerrada, cada um por sua vez, em turno único, o Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 85, que dispõe sobre a elaboração, a alteração e a consolidação das leis do Estado, e o Veto Total à Proposição de Lei nº 16.145, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Nova União o imóvel que especifica; em 1º turno, o Projeto de Resolução nº 1.726/2004, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica; e, em 2º turno, os Projetos de Lei nºs 355/2003, do Deputado Arlen Santiago, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Curvelo o imóvel que especifica; 1.402/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar com o Município de Carneirinho o imóvel que especifica; 1.538/2004, do Governador do Estado, que altera para Companhia de Tecnologia de Informação do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE - a denominação da Companhia de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE -, de que trata a Lei nº 6.003, de 12/10/72; e 1.559/2004, do Governador do Estado, que autoriza a Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte - ASSPROM - a permutar o imóvel que especifica.

Encerramento

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria em fase de discussão e persistindo a falta de quórum para votação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião especial de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 13ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Participação Popular NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 12/8/2004

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Gustavo Valadares e Leonardo Quintão, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Valadares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão. A Presidência comunica aos membros da Comissão sobre a realização do Parlamento Jovem e os convida a participar do evento. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 2004.

André Quintão, Presidente - Gustavo Valadares - Leonardo Quintão.

ATA DA 10ª REUNIÃO Ordinária da CPI do Café, em 19/8/2004

Às 9h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Navarro Vieira, Sargento Rodrigues, Fábio Avelar, Domingos Sávio (substituindo este ao Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BPS) e Padre João (substituindo o Deputado Rogério Correia, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Navarro Vieira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente registra a presença do Sr. Márcio Lobato, Delegado da Polícia Civil; do Ten.-Cel. PM Dâmocles Freire Júnior, da PMMG, e do Sr. Itamar Peixoto, técnico da Secretaria de Fazenda, que acompanham e auxiliam permanentemente os trabalhos da Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir o Sr. Gesiel Salgueiro Canoas, ex-Gerente da agência do Banco do Brasil em São Sebastião do Paraíso, e comunica o recebimento de ofícios dos Srs. Cezário Baptista, liquidante da Cooperativa Mineira Agropecuária de Muzambinho - COOMAM -, e Carlos Alberto Paulino da Costa, Presidente da Cooperativa Regional dos Cafeicultores em Guaxupé - COOXUPÉ -, encaminhando documentação solicitada. A Presidência informa que o convidado não poderá comparecer e justificou sua ausência, ficando seu depoimento para ser prestado em nova data, a ser marcada posteriormente. O Presidente passa à fase de discussão e votação de proposições da Comissão e passa a Presidência ao Vice-Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, para apresentar requerimento em que solicita que a reunião prevista para ser realizada no Município de Poços de Caldas seja transferida para a sede do Poder Legislativo, onde serão ouvidos os convidados e intimados que prestarão esclarecimentos sobre a cooperativa daquele município. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. O Presidente informa que o teor desta reunião encontra-se, na íntegra, nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos auxiliares permanentes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 2004.

Sargento Rodrigues, Presidente - Sebastião Navarro Vieira - Rogério Correia - Domingos Sávio.

ATA DA 21ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 25/8/2004

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Biel Rocha e Gilberto Abramo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Biel Rocha, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e obter esclarecimentos sobre denúncias de ameaças e violações aos direitos humanos de que tem sido vítima o Sr. Pedro Theodolino da Silva, ex-Prefeito Municipal de Rio Piracicaba. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Fernando Antônio Fagundes Reis, Secretário Particular do Governador do Estado, publicado no "Diário do Legislativo" do dia 21/8/2004; e Gilvan Alves Franco, Coordenador da Procuradoria de Justiça Especializada em Crimes de Prefeitos Municipais, em que justifica sua ausência nesta reunião. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 47/2003, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, apresentado pela Comissão de Direitos Humanos, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Administração Pública (relator: Deputado Biel Rocha). Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Durval Ângelo (9), em que solicita realização de ato público no dia 26/8/2004, às 13 horas, na Praça Sete, nesta Capital, destinado a relembrar o falecimento do "barman" Anderson Rodrigues Teixeira, ocorrido no local, e reiterar pedido de providências às autoridades competentes quanto ao esclarecimento do caso e de outros relativos às vítimas de violência, arbitrariedade e abuso de poder; seja pedida à Área de Taquigrafia desta Casa a transcrição da fita que contém depoimentos prestados ao Presidente desta Comissão, no dia 24/8/2004, sobre a operação policial de desocupação de acampamento de camponeses da Fazenda Salitre, no Município de Patrocínio; seja realizada reunião desta Comissão para ouvir denunciantes no dia 26/8/2004; seja dirigido pedido de informações técnicas ao Comandante-Geral da PMMG, sobre pó químico de cor branca atirado contra os acampados na referida operação policial; seja pedido ao Instituto Médico Legal - IML -, a designação do Dr. Roberto Campos, Médico Legista e Professor da UFMG, para examinar os laudos médicos dos camponeses detidos nessa operação policial; seja pedida à Superintendência do INCRA em Minas Gerais cópia do acordo de desocupação da Fazenda Salitre; realização de reunião destinada a audiência pública, no dia 19/9/2004, para discutir a desocupação da Fazenda Salitre; seja pedida ao Comandante-Geral da PMMG lista dos policiais militares e do GATE que participaram dessa desocupação; sejam encaminhadas cópias das notas taquigráficas da reunião realizada em 18/8/2004 à Corregedoria do Tribunal de Justiça e ao Procurador-Geral de Justiça, a fim de que sejam tomadas providências em relação às reclamações contra a Dra. Maria José Starling, Juíza da Comarca de Esmeraldas; e do Deputado

Roberto Ramos, em que solicita informações ao Presidente da OAB-Seção Minas Gerais sobre as providências e medidas adotadas para a apuração de reclamações de clientes do advogado Edson José Teixeira, que atua principalmente no Município de Campo Belo. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados, que discorrerão sobre o assunto mencionado. Registra-se a presença dos Srs. Zaino Gomes Martins, Presidente da Câmara Municipal de Rio Piracicaba; Pedro Theodolino da Silva, ex-Prefeito Municipal de Rio Piracicaba; José Assis Couto, Inspetor de Detetives da 1ª Delegacia de Polícia de Contagem; Jorge Figueiredo Cota, Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Rio Piracicaba; Helvécio Caldeira; João Bosco Cota; e Geraldo Mendes dos Reis, ex-Presidente do PT de Rio Piracicaba, os quais tomam assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 2004.

Durval Ângelo, Presidente - Biel Rocha - Domingos Sávio.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Especiais da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões especiais da Assembléia para as 8h30min e as 14 horas do dia 30/8/2004, destinadas à realização do Fórum Técnico: "Cultura: Política e Financiamento".

Palácio da Inconfidência, 27 de agosto de 2004.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação de Conselheiro do Tribunal de Contas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Biel Rocha, Dinis Pinheiro, Gustavo Valadares e Olinto Godinho, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 30/8/2004, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de proceder à arguição pública do indicado Deputado Wanderley Ávila e, se possível, votar o parecer e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 2004.

Djalma Diniz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação de Conselheiro do Tribunal de Contas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Biel Rocha, Dinis Pinheiro, Gustavo Valadares e Olinto Godinho, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 30/8/2004, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de proceder à arguição pública do indicado Alexandre Bossi Queiroz e, se possível, votar o parecer e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 2004.

Djalma Diniz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial da Fruticultura

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Pimenta, Ana Maria Resende, Leonardo Quintão e Roberto Ramos, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/9/2004, às 14h30min, no Plenarinho IV, com a finalidade de se debaterem a organização e a gestão social da fruticultura, com os seguintes subtemas: "Cooperativismo-Associativismo", "Qualificação da Mão-de-Obra", "Segurança no Trabalho", "Fruticultura Familiar e Indústrias Caseiras", e se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 2004.

Laudelino Augusto, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 997/2003

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 997/2003, de autoria do Deputado Mauri Torres, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 14.608, de 23

de janeiro de 2003, foi aprovado no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 997/2003

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 14.608, de 23 de janeiro de 2003, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sem-Peixe o imóvel que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O parágrafo único do art. 1º da Lei nº 14.608, de 23 de janeiro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 1º – (...)

Parágrafo único – O imóvel de que trata o "caput" deste artigo destina-se a permuta pelo imóvel de 352m² (trezentos e cinquenta e dois metros quadrados), situado na Rua Afonsina Repoles, nº 330, no Município de Sem-Peixe, registrado sob o nº 1.266, a fls. 3 do livro 2-K-1, no Cartório de Registro de Imóveis de Dom Silvério, Comarca de Alvinópolis, para que este possa ser utilizado pela Administração Pública municipal."

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2004.

Maria Olívia, Presidente - Ana Maria Resende, relatora - Laudelino Augusto.

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 26/8/2004, as seguintes comunicações:

Do Deputado Wanderley Ávila, notificando o falecimento do Sr. Josenilson Rodrigues da Silva, ocorrido em 7/8/2004, em Pirapora. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Wanderley Ávila, notificando o falecimento do Sr. Maurício D'Fonseca de Souza, ocorrido em 7/8/2004, em Pirapora. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Mauri Torres, notificando o falecimento do Sr. Francisco Alves, ocorrido em 23/8/2004, em Viçosa. (- Ciente. Oficie-se.)

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

64ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 24/8/2004

O Deputado Jayro Lessa* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, trago hoje um artigo do jornalista Carlos Lindenberg, que tratou, com grande competência e estilo - aliás, qualidades que lhe são peculiares em todos os artigos - a posição dos Deputados desta Assembléia Legislativa quanto à reeleição da Presidência desta Casa.

Carlos Lindenberg resume de forma magnífica a situação: nem tudo que serve ao Governo serve ao cidadão. E também todos nós sabemos que não estamos entre quatro paredes: os olhos, não só os de Minas, mas os de todo o Brasil estão atentos ao resultado dessa questão.

Prossigo, agora, lendo a íntegra do artigo publicado pelo jornal "Hoje em Dia", nesta terça-feira. E peço aos nobres colegas que me ouçam com atenção e reflitam bem sobre o nosso papel e as conseqüências de nossas ações nesta Assembléia Legislativa e sobre a nossa reciprocidade no cumprimento do dever diante da sociedade de Minas Gerais.

O título da matéria é "Reeleição Rompe Tradição". (- Lê:) "Os olhos dos estrategistas do Palácio do Planalto estão voltados para Minas com essa história da reeleição do Deputado Mauri Torres na Presidência da Assembléia Legislativa. É que projeto idêntico gestado no Planalto, visando à reeleição do Deputado João Paulo Cunha para a Presidência da Câmara e do Senador José Sarney para o Senado, tem sofrido forte resistência dos partidos de oposição, entre os quais o PSDB do Governador Aécio Neves.

Se a idéia vingar aqui, essa oposição ficará enfraquecida em Brasília. E o Planalto quer, porque precisa da reeleição de João Paulo e do Senador José Sarney. É uma idéia ruim, do ponto de vista da democracia, embora necessária para o Governo, do ponto de vista político.

Mas, há muito tempo, o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva trocou o modelo do princípio da responsabilidade pelo do princípio do resultado — por esse modelo, como ensinava Maquiavel, os fins justificam os meios. Pois é esse o mesmo princípio que começa a ser cogitado como solução para a Assembléia Legislativa de Minas, por inspiração do Palácio da Liberdade e com suas bênçãos.

O velho Liberdade gostou da atuação do Deputado Mauri Torres na Presidência da Assembléia. Durante todo esse período, o Legislativo atendeu

às necessidades do Executivo. O Presidente não criou nenhum obstáculo ao Governo, a cujo partido pertence. É verdade que alguns vícios do passado foram combatidos, ainda que nem todos tenham sido erradicados, de forma que a recondução do Presidente quebra uma tradição da Casa, mas serve aos objetivos do Governo do Palácio da Liberdade.

O problema é que nem tudo que serve ao Governo serve ao cidadão. Isso vale tanto para o comportamento heterodoxo de Brasília quanto para Minas Gerais. O País ainda se lembra que o Senador Antônio Carlos Magalhães conseguiu, quando Presidente do Senado, reeleger-se.

Reeleito, fez o que fez: fraudou o painel do Congresso e, para não ser cassado, teve de recorrer ao artifício da renúncia, após o que conseguiu reeleger-se Senador da República. É evidente que a República fica mais pobre quando um dos seus Senadores usa expediente como esse para sobreviver na política, assim como o Legislativo também perde substância como poder quando se transforma na extensão da vontade ou das necessidades do Governador do Estado ou da Presidência da República. É inegável que, quando isso ocorre, dá-se uma relação promíscua entre o Executivo e o Legislativo. É evidente que isso não interessa à democracia nem serve ao cidadão. O Executivo tem um papel claro a cumprir, e o Legislativo tem outro. Quando isso se mistura, e o cidadão não sabe exatamente onde um começa e o outro acaba, ocorre um golpe na credibilidade das instituições. Não é por outro motivo que o prestígio dos que se dedicam à política anda sempre em baixa nos últimos tempos.

Há quem diga que, no caso da reeleição à mineira, não é fácil juntar 48 Deputados para que mudem o artigo da Constituição do Estado que proíbe a artimanha. Bobagem. O Palácio da Liberdade tem argumentos suficientes para juntar mais do que 48 Deputados para votar a seu favor, ainda mais se o Governo Federal entrar na parada para criar o precedente que lhe ajudará a quebrar a resistência da oposição tucana e do PFL. Como? Orientando o PT mineiro a votar com o Governo no caso da reeleição do Mauri Torres.

Há quem sustente também que a reeleição só se impõe, no caso de Minas, porque o Deputado Mauri Torres mostrou que é da confiança do Governo. Há de se perguntar: para presidir um Poder é preciso que se tenha a confiança do chefe do outro Poder? E, entre tantos Deputados, só um na Assembléia responde inteiramente à confiança do Governador do Estado? E por que, afinal, o Governador Aécio, um nome que se impõe a todo o País como modelo de um político de nova têmpera, precisaria de um expediente desses para manter o equilíbrio entre os Poderes em Minas, como reza a Constituição e manda a tradição republicana?"

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, agradeço a atenção dispensada a esse assunto que julgo de grande importância. Peço à população de Minas Gerais que tome conhecimento do que está acontecendo nesta Casa com relação à reeleição da Mesa, pois será proposta uma emenda à Constituição. Peço aos Deputados que tenham consciência e que procurem informar-se sobre o que aconteceu em outros Estados.

Em 20 Estados, a reeleição da Mesa já é possível. Sou capaz de citar o caso do Espírito Santo, com o José Carlos; do Rio de Janeiro, com o Sérgio Cabral; e do Maranhão, onde, por 11 anos, o mesmo Presidente continua à frente da Assembléia Legislativa. Tenham consciência de que faremos um mal a Minas Gerais e à Assembléia Legislativa, Casa Ímpar e poderosa. Temos de ter mais consciência do que faremos com o nosso mandato e com a nossa Casa Legislativa. Esse ato será maléfico não apenas nesta legislatura, mas por toda a eternidade. Peço que lutem e trabalhem contra a reeleição, para que ela não aconteça.

O Deputado Leonardo Quintão (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Jayro Lessa. Essa matéria veio em grande hora para a Assembléia. Somente um homem como V. Exa. teria a coragem de ocupar esta tribuna para trazer essa discussão. As conversas a respeito da reeleição acontecem pelos corredores e gabinetes. Há alguns meses, tivemos essa experiência no Congresso. Lá, a discussão não foi boa, tanto que a emenda foi derrubada. Nesta Casa, devido ao período eleitoral, muitos Deputados ainda não atinaram para a questão.

O nosso nobre colega, Presidente Mauri Torres, é um homem de bem, parlamentar de excelência e Presidente zeloso para com esta Casa. Enfrentamos aqui dificuldades de todas as formas. É necessário que o nosso Presidente olhe para os Deputados e para esta Casa, mesmo diante das dificuldades que tem enfrentado com sabedoria e com zelo.

Realmente, chegou a hora de discutirmos a questão da reeleição. Nesta Casa, como o Deputado Mauri Torres, temos parlamentares de confiança do Governador. Considero-me, mesmo sendo do PMDB, da base do Governo, um parlamentar de total confiança do Governador. V. Exa. também, Deputado Jayro Lessa. V. Exa. já provou à sociedade que é homem de sucesso. Homem humilde, que peregrinou pelos Estados Unidos, lá trabalhou, voltou para o Brasil e recomeçou sua vida trabalhando em união com sua família. Por isso Deus o abençoou em seus negócios. Basta vermos a história do Deputado Jayro Lessa para dizer que é um homem de sucesso. Agora dá sua parte de volta para a sociedade, tendo sido eleito Deputado Estadual. Muito obrigado, Deputado Jayro Lessa, pela sua hombridade de suscitar essa discussão.

Deixo aqui meu relato, Sr. Presidente. Precisamos discutir essa matéria nesta Casa. O Presidente está com a mão na testa, pensando muito a respeito da reeleição, o que me traz uma grande emoção. Devemos discutir. Muito obrigado.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Jayro Lessa. No meu modo de pensar, temos que analisar o processo sob seus estágios. O primeiro estágio é o de colher assinaturas para discutir a reeleição da Mesa diretora. Nenhum de nós pode deixar de apoiar essa discussão. Se não assinarmos essa emenda, nunca a sociedade mineira saberá qual é a posição dos Deputados aqui presentes. O primeiro estágio é o da discussão. Depois vem a fase de votação e, depois, de eleição da Mesa.

Particularmente, não tenho medo de nenhum tipo de reeleição, principalmente num fórum privilegiado como este. Temos 77 pessoas conscientes. Um País onde já se instituiu a reeleição do Presidente da República sem sair do seu mandato, de Prefeito, de Governador, Senador, Vereador e Deputado, qual é o crime de permitir que haja reeleição de uma Mesa diretora? Teríamos que discutir uma coisa mais ampla, que seria acabar com a reeleição, principalmente do Executivo, uma tradição quebrada pelo Fernando Henrique Cardoso, como Presidente do Brasil. Isso é algo que tem que ser revisto. Mas, a existir a reeleição, como temos hoje, em todos os níveis, não sei porque fazer um cavalo de batalha por causa da reeleição da Mesa. Não podemos confundir reeleição com recondução.

O Deputado Jayro Lessa* - Gostaria que ficasse registrado aqui que, se houver a reeleição, será toda a Mesa reconduzida no próximo ano.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - O senhor está tendo uma idéia preconcebida desta Casa. Está achando que as pessoas não sabem pensar, que não têm autonomia no seu voto.

O Deputado Jayro Lessa* - Você está colocando palavras na minha boca.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - Não estou querendo debater com V. Exa., muito pelo contrário, estou usando seu horário. Estou dizendo que não podemos confundir as coisas. Temos que entender que nesta Casa há 77 líderes que têm de ter responsabilidade sobre seu voto. Se a Mesa diretora tem se conduzido bem, não vejo nenhum inconveniente em reelegê-la. Se não tem, vamos usar nosso direito, nosso discernimento para escolher uma melhor diretoria. Tenho palavras elogiosas e críticas à Mesa. Não posso negar que o Mauri, sob o ponto de vista de moralizar alguns procedimentos nesta Casa, foi muito eficiente.

No entanto, muitas vezes ele não dá instrumentos para que o Deputado tenha maiores armas para desempenhar o seu papel. Mas isso podemos exigir dos futuros candidatos a Presidente desta Casa.

Pensar que só o atual Presidente ficará a serviço do Executivo, Deputado Jayro Lessa, seria muita ingenuidade de nossa parte. Não conheço nenhum Presidente do Poder Legislativo que não esteja a serviço do Poder Executivo. Temos de acabar com isso, não mudando o nome, e sim, o comportamento. Não basta mudar a pessoa, temos de mudar a prática na maioria das Assembléias Legislativas, para que o Presidente não fique sempre a serviço do Executivo.

Nós, que compomos o Poder Legislativo, temos de nos unir para exigir a independência desta Casa a fim de que ela possa, de uma maneira harmônica, exercer o seu papel de fiscalizar e legislar em prol de seus eleitores, e não do Chefe do Executivo.

O Deputado Jayro Lessa* - Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Jô Moraes - Sr. Presidente, caros Deputados, queridas Deputadas, nós, hoje, recebemos nesta Casa a visita dos professores e professoras da rede pública estadual, que há 15 dias paralisaram os seus trabalhos como um gesto último de pressão para sensibilizar o Governador do Estado, a fim de que ele os receba e apresente uma contraproposta em atenção às suas reivindicações.

Tenho absoluta certeza de que esta Casa, tanto os Deputados da Oposição quanto os da base do Governo, não se negarão a dar o seu irrestrito apoio para que o Governo Aécio Neves reabra, efetivamente, as negociações.

Digo isso porque cada Deputado que está aqui sabe perfeitamente das precárias condições salariais e de trabalho dos professores e das professoras da rede pública estadual.

Não me cabe aqui repetir à exaustão aquilo com que cada um de nós convive nas escolas. Sim, ainda se mantém um nível de qualidade e atenção na rede pública estadual deste Estado, devido não ao atendimento das condições salariais e de trabalho, mas em razão de um decisivo compromisso dos professores com a educação e com o futuro do Estado. Esse é um fato muito especial, já que essa luta é antiga. Professores e professoras tiveram uma enorme paciência na sua luta durante o primeiro semestre a fim de verem atendidas as condições mais elementares. Veio o plano de carreira, mas veio sem tabela. Além disso, uma série de outras questões está em pendência. Por esse motivo, tomaram a decisão de entrar em greve.

Deputados e Deputadas, o que mais me assusta é o fato de que, na semana passada, num ato absolutamente inexplicável, a Polícia Militar de Minas Gerais jogou bombas contra as professoras, apenas por estarem reivindicando os seus direitos. Que coisa mais atrasada! Eu diria ao Governador Aécio Neves: onde está o compromisso com a democracia? Onde está o compromisso com o Estado democrático de direito que impede que professores caminhem nas ruas? E impede por meio de bombas. Que coisa mais antiga, jogar bombas! Essas bombas atingiram homens e mulheres que têm o único compromisso de servir a este Estado. As explicações foram as mais absurdas: "Foi um erro de comando". Erro de comando!

Eu e o Deputado Rogério Correia estamos acompanhando a luta dos trabalhadores neste Estado. Sempre fizemos um esforço no entendimento com o Comando da Polícia Militar, a fim de que houvesse espaço para a luta. Vamos organizá-la. Se está atrapalhando o trânsito, vamos nos organizar. Isso sempre foi conseguido, desde o momento em que pactuávamos pela defesa do direito de usar o espaço público para lutar e o direito que o Estado tem de organizar o processo e a dinâmica da cidade.

Deputado Rogério Correia, fiquei absolutamente transtornada quando professoras e professores me ligaram dizendo: "É inexplicável. Estávamos aqui e, de repente, explodiam as bombas contra nós.". Que Estado de direito é esse? Digo isso, porque essa preocupação nos é muito cara, ilustres Deputados da base de sustentação do Governo Aécio.

Tivemos, na semana anterior, a desocupação da FHEMIG pela Polícia Militar. Os Deputados Adelmo e Rogério Correia acompanharam essa desocupação. Foi um absurdo. Por que o Governo Aécio Neves não agiu conforme a lei, não entrou no Ministério Público para recuperar o direito a ocupar os espaços? Por que não negociou? Por que escolheu o horário de 22 horas para invadir o prédio e, de forma agressiva, insidiosa, tentar desocupá-lo? Poderia muito bem ter negociado, como foi feito depois.

Portanto, faço um alerta aqui sobre essa questão. Gostaríamos de cobrar não somente da Oposição, mas também da Situação, da base de sustentação do Governo, uma posição, pois não admitiremos, caras Deputadas e caros Deputados, que se retomem os velhos tempos do Estado autoritário, em que se tratava a questão social como caso de polícia. Não admitiremos que novamente a Polícia Militar, que deveria estar intimidando e combatendo os criminosos, enfrente os professores. Em vez de o Estado receber o comando dos professores, o seu sindicato, para negociar, ele prefere jogar bombas neles. E onde? Na Av. Amazonas, no cruzamento com a Contorno. Prefere entrar, na calada da noite, às 22 horas, para desocupar a rede FHEMIG, com um aparato militar que assustou a todos os que vivenciaram o fato.

Antes de passar a palavra ao Deputado Rogério Correia, peço a todas as Deputadas e a todos os Deputados desta Casa que se irmanem a nós.

Se a concepção de Estado que o Governador Aécio Neves tenta implantar neste momento é a do autoritário, é preciso saber que esse mesmo Estado pode se voltar contra cada um de nós, até mesmo contra este Poder.

Estamos apresentando um requerimento que, tenho certeza, terá o apoio das Deputadas e dos Deputados desta Casa, para que o Comando da Polícia Militar se explique, e para que o Governador Aécio Neves explique a esta Casa e ao povo de Minas Gerais por que mudou sua posição dita de defesa do Estado democrático, para tratar a luta reivindicatória, justa e legítima, com bombas de gás.

Nesse requerimento, queremos ter a resposta e a apuração da responsabilidade de quem usou a bomba e de quem deu a ordem para usá-la contra os trabalhadores.

Não nos calaremos enquanto houver a ameaça de se retomarem os velhos tempos das bombas contra os trabalhadores e enquanto não tivermos essa resposta.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputada Jô Moraes, parabenoza-a pela abordagem do ato de repressão do Governador Aécio Neves. Esse ato é de responsabilidade do Governador, pois é ele quem comanda a Polícia Militar no Estado.

V. Exa. abordou com muita propriedade o acontecido. Lembrei-me de momentos tristes da história do nosso País. Em 1979, os professores

foram recebidos com bomba e água. O episódio marcou aquele ano como o de retomada das lutas. De lá para cá, muitas coisas aconteceram, como a eleição de um Presidente da República que, em 1979, como operário, também foi vítima da repressão da ditadura militar.

Com o tempo, muito progredimos. Em 2004, uma manifestação pacífica foi recebida com bombas; faltou a água. Será que o Governo estava preparado para reprimir como antigamente? O ato foi o mesmo: a repressão a um movimento justo. Infelizmente, esse tem sido o tratamento do Governador a todas reivindicações populares. Ele conta com o silêncio da imprensa quanto às reivindicações dos trabalhadores. É impressionante!

Com esse silêncio, ele já reprimiu os movimentos dos policiais militares e dos servidores da saúde. Eu e o Deputado Adelmo Carneiro Leão estivemos lá e vimos, na calada da noite, a polícia retirar os trabalhadores. Eram 23 horas. Não se pode fazer isso. Há uma lei que protege os trabalhadores, impede qualquer repressão ou retirada noturna, mas o Governador não a respeitou. Agora ele repete com os professores o mesmo gesto repressivo. Ele não se preocupa em negociar. Solicitamos que essa negociação seja aberta. Os professores querem que o Governador os receba e discuta a pauta de reivindicações, que é extremamente justa. O Governador sabe disso.

Nenhum Secretário é capaz de vir a esta Casa - não quiseram vir hoje - porque não têm coragem, pois sabem que é impossível defender o atual quadro de salários dos professores da rede estadual de ensino. Uma professora de 1ª a 4ª séries ganha um piso salarial menor que o salário mínimo. Outro dia, o Governador criticou o piso salarial, mas sua professora ganha um piso salarial de aproximadamente R\$230,00.

O piso salarial de um professor é de R\$212,00. Cadê a tabela salarial prometida após a aprovação do plano de carreira? Os professores foram pacientes e esperaram a aprovação do plano de carreira. Esperaram também que o Governo determinasse a data de envio da tabela. Mas o Governador não disse uma palavra de alento aos professores do Estado.

A greve é mais do que justa. Ela requer o apoio de todos os Deputados. É preciso que os Deputados da base do Governo lhe digam que é impossível manter esse quadro da educação no Estado. Pior ainda é responder a isso escondendo-se no silêncio da imprensa e reprimindo o movimento dos professores. Isso não levará a solução alguma; só fará com que os professores ampliem a sua luta, mantenham a greve e demonstrem ao Governo que merecem respeito.

A Deputada Jô Moraes - Obrigada. Não bastassem as precárias condições salariais e de trabalho, no ano passado houve corte de benefícios absolutamente elementares, como vales-transporte e bônus. São cortes injustificáveis e que se compensariam com outras medidas que o Governo poderia usar contra os grandes grupos econômicos deste Estado.

Sr. Presidente, se muitas vezes V. Exa. registra a veemência com que trato os temas, este tema do Estado autoritário me é muito caro. Há quatro meses estava na portaria da FIAT para o lançamento de uma campanha salarial, em cima de um carro de som com lideranças sindicais. Havia 15 viaturas da PM cercando não sei o quê de ameaça na portaria. Não havia nem ameaça de greve. Fui para a porta da TEC e SID, meu Deus, tive que pular no meio porque a Polícia foi arrancar sindicalistas quando deixou os seguranças da fábrica armados do lado de fora ameaçando-os. Também em uma fábrica da cidade industrial, precisamos interferir para que a Polícia permitisse que o sindicato fizesse uma assembléia com os trabalhadores apenas para discutir.

Sou de uma geração que sabe muito bem o que é Estado autoritário. Sou de uma geração que viveu a perseguição e a prisão, por isso valorizo sobremaneira pelo menos o direito de brigar e de lutar. Pelo menos isso, o Governador Aécio Neves deve se comprometer a respeitar. Daí a minha veemência. Tenho certeza de que toda esta Casa apoiará e se irmanará com os professores e professoras na legítima reivindicação de que sejam reabertas pautas elementares de incorporação do PRC e do abono, questões que podem ser absolutamente resolvidas, porque não ampliam a folha de gastos. Por que essa intransigência do Governo em apresentar um ajuste fiscal? A única maneira de equilibrar as contas é compreender que o Estado é uma máquina e que não está a serviço dos trabalhadores e trabalhadoras deste Estado, e sim está a serviço de um mercado etéreo que pressiona e faz com que aqueles que merecem ver atendidas suas reivindicações não as tenham. A solidariedade desta Casa, com certeza, será ampla para que sejam retomadas as negociações para valer e para que tenhamos um mínimo de recuperação dos direitos das professoras e dos professores no Estado de Minas.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - V. Exa. disse que já está apresentando um requerimento relativo à questão da greve e da repressão. Pediria a V. Exa. que acrescentasse um aditivo solicitando ao Governador que não viaje antes de resolver essa questão.

A Deputada Jô Moraes - Como a previsão da viagem do Governador é para o dia 27, essa data é a referência para que agilize e encaminhe nossa reivindicação. Tenho certeza de que o problema dessa greve, a greve da paciência e da generosidade, será resolvido prontamente com apoio desta Casa.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 24/8/2004, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adelmo Carneiro Leão

exonerando, a partir de 30/8/2004, David Soares Bemfica do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando David Soares Bemfica para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

nomeando Renato de Souza Gomes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2004

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2004

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços de manutenções preventiva e corretiva em equipamentos de informática da ALEMG.

Licitante vencedora: Infoelektrik Comércio de Materiais Eletrônicos Ltda.

Eduardo de Mattos Fiuza, Pregoeiro.

Aviso de Licitação

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 163/2004

COLETA DE PREÇOS Nº 163/2004

Em 24/8/2004, a Assembléia Legislativa rescindiu, amigavelmente, a Ordem de Compra nº 163/2004, relativa ao item 53, junto à Empresa CMC Produtos para Laboratórios Ltda., com base no art. 79, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.